DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, quarta-feira, 8 de outubro de 1975 — ANO VIII - Nº 153

Comissão da Nigéria visita o Governador Elmo Farias



Grupo de técnicos e parlamentares da Nigéria esteve no Palácio do Buriti, em visita ao governador Elmo Serejo Farias.

Os nigerianos estão no Brasil em missão oficial e em Brasília vieram observar aspectos administrativos relacionados à construção da cidade.

Segundo revelaram os visitantes, há interesse naquele País africano em interiorizar a capital, transferindo-a de Lagos, que fica no litoral. Posteriormente arquitetos e planejadores deverão visitar Brasília para colher maiores detalhes sobre a mudança e construção da Capital brasileira.

Depois de assistir ao audiovisual "Brasília, menina moça", que conta a história dos quinze anos da cidade, os nigerianos percorreram os principais pontos do Plano Piloto, em companhia de um guia do Departamento de Turismo do DF.

A comitiva esteve no Buriti acompanhada pelo encarregado de negócios da Embaixada da Nigéria, A.A. Joseph, e o secretário do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores, Abílio Cantuária.

Culturais

Teatro de amadores da FENATA numa promoção da FCDF

"O vaso suspirado", de Francisco Pereira da Silva, é a peça que o Teatro Ariano Suassuna está encenando no Teatro Gálpão, em colaboração com a Federação Nacional de Teatro Amador, Fenata. O espetáculo continuará em cartaz até amanhã.

As sessões, diárias, têm início às 21 horas, custando os ingressos dez cruzeiros, inteira, e cinco cruzeiros, meia-entrada.

PROGRAMAÇÃO FCDF

A apresentação de "O vaso suspirado" é promovida pela Fundação Cultural do Distrito Federal, que tem programados para o mês corrente mais os seguintes espetáculos teatrais: de 9 a 12 - "Homem não entra", de Cidinha Campos, Heloneida Studart e Rose Marie Muraro, na Sala Martins Pena, nos horários de 21 horas (dias 9 e 10), 20 e 22 horas (dia 11) e 18 e 21 h (dia 12), com ingressos a trinta e cinco e vinte e cinco cruzeiros; de 11 a 19 - "A construção", de Altimar Pimentel, pelo Grupo Katharsis (Cac-Ceub), no Teatro Galpão, às 21 horas (todas as noites), a dez e cinco cruzeiros; de 31 a 2 de novembro - "O assalto", de José Vicente e direção de J. B. Galvão, pelo Grupo Mensagem, na sala Martins Pena, às 21 horas, com ingressos a dez e cinco cruzeiros.

Todos os espetáculos têm a colaboração da Fenata.

Danças modernas e regionais na UnB

Até o final do ano deverão se apresentar no Ginásio do Centro Desportivo da UnB, vários grupos de danças regionais e modernas formados por alunos de todos os departamentos do Campus, numa iniciativa da Câmara de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília.

Os grupos serão orientados e treinados pela professora de Ginástica Rítmica do Departamento de Educação Física, Laura Elvira Sales Joviano e os elementos dos grupos que mais se destacarem durante o período de treinamento deverão realizar três apresentações num só dia no Ginásio do Centro Desportivo.

A primeira apresentação, será sobre Criatividade Experimental envolvendo movimento e música, a 2ª apresentação sobre a dança Regional do Nordeste e a 3ª sobre a Dança Regional do Sul.

Titular da CSAP da SEA tomou posse ontem

A recem-criada Coordenaçao do Sistema de Administração de Proprios da SEA, teve seu titular, Sr. Hércules Bonifácio Ferreira, empossado no último dia seis, em solenidade realizada no Gabinete do Secretario de Administraçao, Sr. José Afonso Monteiro de Barros Menusier, com a presença de seu Chefe de Gabinete, Sr. Jose Antônio Dias, alem de grande número de funcionários e familiares do novo Coordenador.

A vida funcional de Hércules Bonifacio é significativa pelo exercício de cargos importantes em varios orgaos da Administração do GDF, onde sempre cultivou a dedicação, o zelo, a eficiência e a amizade dos colegas.

No ato de posse, o Sr. Menusier ressaltou as qualidades do empossado e demonstrou júbilo pela valiosa aquisição que a SEA acaba de fazer com a integração de Hércules Bonifácio na equipe de colaboradores diretos de sua administração.

OPÇÃO: servidores convocados

Servidores do GDF, licenciados para trato de interesses particulares, em licença extraordinária ou licença para acompanhar cônjuge, estão sendo convocados para opção pela inclusão no novo Plano de Classificação de Cargos. O prazo para apresentação é de dez dias. (página 2).

BRB faz doação de carro à CEI



O Banco Regional de Brasília, através de seu presidente, Fernando Tupinambá Valente, doou um carro Volkswagen à Campanha de Erradicação de Invasões.

A entrega das chaves do automóvel à presidente da CEI, Primeira-Dama da Cidade, dona Edwaltriz Pithon Farias, foi feita pelo diretor do BRB, Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, no Salão Nobre do Palácio do Buriti.

Provas do HFA no autódromo

As provas para o concurso destinado ao preenchimento de vagas nos quadros de copeira e pessoal de cozinha do Hospital das Forças Armadas serão realizadas domingo, no autódromo do Centro Desportivo Presidente Médici.

De acordo com entendimentos mantidos entre a superintendência da AUD e a diretoria da HFA ficou acertado que as provas serão efetuadas no setor das cadeiras do autódromo a partir das 8 horas.

Estão inscritos para o concurso aproximadamente setecentos candidatos, que deverão estar no local às 7h 30min, munidos de lápis preto, caneta esferográfica azul e cartão de identificação.

Essa é a primeira vez que as dependências do autódromo são utilizadas para esse tipo de atividade. Anteriormente a AUD vinha realizando provas no ginásio do CDPM.

GDF convoca servidores para opção por escrito

Estão sendo convocados para apresentarem opção pela concorrência à inclusão no novo Plano de Classificação de Cargos - como clientela originária, secundária ou geral - vários servidores do Governo do Distrito Federal atualmente licenciados para trato de interesses particulares, em licença extraordinária ou licença para acompanhar o cônjuge. Esses servidores, cujo endereço é desconhecido da Coordenação do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração, integram relação nominal dos que não atenderam a notificação anteriormente expedida pelo órgão.

No prazo máximo de dez dias, deverão apresentar a opção por escrito perante a CSP-SEA, no edifício Brasília, 11° andar, Setor Bancário Sul. A opção é referente à concorrência a inclusão no novo Plano de Classificação de Cargos de categorias funcionais que integrarão o Quadro de Pessoal do Distrito Federal instituído pela Lei n° 5.920: de 19 de setembro de 1973.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de convocação está publicado no Diário Oficial do GDF, "Distrito Federal", de ontem esclarecendo que "a opção pelo novo Plano de Classificação de Cargos do Distrito Federal importará na desistência da licença a partir do dia imediato à inclusão no novo Plano".

Outra informação contida no mesmo edital é a de que "a falta de manifestação formal no prazo estabelecido será considerada como opção tácita pela desistência de concorrer ao novo Plano".

Reabertas ao tráfego pistas Norte do eixão



As pistas Norte do Eixo Monumental foram reabertas ao tráfego hoje, a partir das 6 horas. As obras de pavimentação do trecho em frente ao Setor Hoteleiro foram concluídas ainda ontem.

O restabelecimento do tráfego naquela via - que dá mão no sentido Rodoviária-Palácio do Buriti - deve-se à conclusão do viaduto lateral Norte, que integra o conjunto que o GDF constrói para ligação direta entre as duas vias W/3.

PISTAS SUL

Quanto às pistas Sul do Eixo Monumental (mão no sentido Tribunal de Justiça do DF-Rodoviária) prevê-se sua reabertura ao tráfego dentro de vinte dias. Para isso as vinte máquinas pesadas e os oitenta operários que estão em operação no viaduto Norte serão transferidos, a partir de hoje, para o viaduto Sul.

Para acompanhar essa etapa dos trabalhos esteve ontem no local o superintendente da Novacap, José Reinaldo Tavares, que imprimiu o ritmo de 24 horas de trabalho naquele canteiro de obras.

Federação de ginástica será criada em Brasília

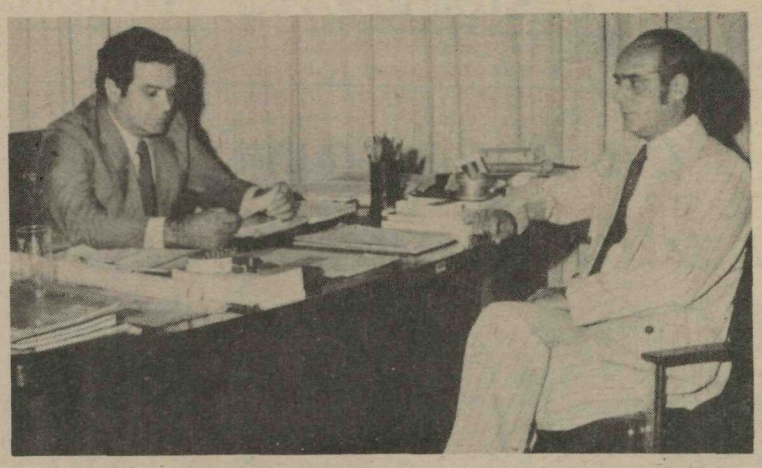
Os clubes esportivos de Brasília vão fundar a Federação de Ginástica, para que este desporto possa progredir ainda mais na Capital, colocando-se no mesmo nível técnico do Rio Grande do Sul, Guanabara e Minas Gerais. Os clubes terão apoio do Governo do Distrito Federal, através do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação.

A ginástica em Brasília, em caráter competitivo, só tem sido praticada no meio estudantil e, como as disputas praticamente se restringem aos jogos estudantis uma vez por ano, nossos ginastas não conseguem acompanhar o desenvolvimento técnico que se verifica em estados onde existem federações, com programações durante todo o ano.

A FEDERAÇÃO

O DEFER, nomeou grupo-tarefa para elaboração dos estatutos, regimento geral e regulamento dos campeonatos da Federação Brasiliense de Ginástica, que será criada durante assembléia geral

CEASA: posse de diretores reeleitos em assembléia-geral

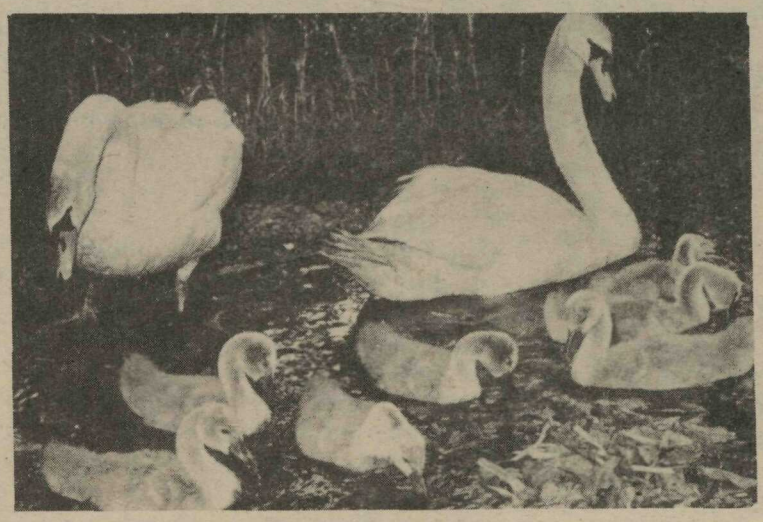


Os diretores da Ceasa-DF - ex-Cenabra - srs. Luiz Henrique Ferreira Horta (presidente), e Pedro Antônio Castro Candiota (financeiro e administrativo), reeleitos na última assembléia-geral foram empossados ontem.

A solenidade contou com a presença do secretário Pedro Dantas, da Agricultura, e do presidente da Companhia Brasileira de Alimentação-COBAL, sr. Mário Ramos Vilella.

O ato foi presidido pelo procurador-geral substituto do Governo do Distrito Federal, Roberto Pires Barbosa, que enfatizou o desempenho exercido pelo dirigentes da Ceasa para dinamizar o órgão responsável pelo controle do abastecimento da Capital Federal. Estiveram presentes à cerimônia grande número de convidados e funcionários da empresa.

Zoológico de Brasília tem 24 novos moradores



Quatorze filhotes de cisnes brancos e dez de ema nasceram no Jardim Zoológico de Brasília esta semana.

Os filhotes dos cisnes são alimentados de ração preparada com aveia descascada e verdura picada.

A alimentação dos filhotes de ema constitui-se de flores e brotos, sendo complementada pela administração do Zôo com ração reforçada composta de ovo, farinha de ostra, carne moída e verdura picada.

Os quatorze filhotes são de duas ninhadas, sete de cada cisne-mãe.

Pela vivacidade, elegância e graciosidade com que se apresentam em qualquer situação, as duas fêmeas de cisne têm nome de "Guerusa" e "Malvina", assim "batizadas" em alusão às personagens da novela "Gabriela", baseada no conhecido romance de Jorge Amado e muito popularizado na TV.

O zôo de Brasília possui trinta cisnes adultos, quatro dos quais têm pescoço preto. São aves menores que os cisnes brancos e, como estes, raros no Brasil..



G D F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO

EXPEDIENTE

"DISTRITO FEDERAL"

Órgão Oficial do Governo do Distrito Federal

Diretor
Antônio Castelo Branco

Redação e Administração

SBS - ED. BRASÍLIA - 12° ANDAR - FONE: 24-1303

Composição e Impressão

OFICINAS DO "CORREIO BRAZILIENSE" SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS FONE: 23-3450 - RAMAL 10.

Destaques

A caminho de Fortaleza, onde participará de um Congresso Medico da sua especialidade, esteve em Brasília o oftalmologista espanhol, Alfredo Muñoz, que afirmou: "O estado ocular do Ministro Golbery é excelente, não havendo a menor suspeita de que ele possa sofrer novo descolamento de retina".

xxx

Na ultima segunda-feira, o Presidente Ernesto Geisel recebeu as cartas-credenciais dos novos Embaixadores da Líbia e do Senegal, respectivamente, os Diplomatas El Muntasser e Simon Senghor, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

xxx

A senhora Ruth Frota acaba de assumir a Coordenação-Geral da Campanha "Natal ao Alcance de Todos", que tem em sua presidência Dona Helena Borja, esposa do Presidente da Camara, Deputado Célio Borja.

xxx

Em visita oficial, chegará ao Brasil no próximo dia 12 deste mês de outubro, o Presidente do Gabao, que **cumprirá intenso programa** em nosso Pais, destacando-se em sua parte social, o banquete que tera lugar no Palácio do Itamarati, oferecido a esse ilustre visitante **pelo Chanceler e a senhora** Antônio Francisco Azeredo da **Silveira, às 21 horas, do dia 13.**

xxx

O Presidente da República acaba de autorizar a dispensa do ponto dos servidores públicos federais e autárquicos que, comprovadamente, comparecerem aos seguintes conclaves: "VIII Congresso Brasileiro de Cancerologia" - a realizar-se em João Pessoa, na Paraiba, **de 8 a 11 do corrente mês de outubro** — e, "Congresso Pan-Americano de Pediatria", a ter lugar em São Paulo, no período de 12 a 18 de outubro.

xxx

A República Democrática Alemã festejou ontem sua "Data Nacional", com o Embaixador Gunther Severin oferecendo um "Vinho de Honra", em sua residência da Península Sul.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO N.º 3.015 DE 07 DE outubro DE 1975

Altera o Decreto nº 2.566, de 5 de março de 1974, e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o Decreto nº 2.981, de 19 de agosto de 1975,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam reclassificados para o nível 6 da escala de retribuição do Grupo-Polícia Civil, os funcionários classificados no nível 5, Classe B, da Categoria Funcional de Médico Legista, Código PC-202, de que tratam os Anexos I e II do Decreto nº 2.566, de 5 de março de 1974.

Art. 2º - A Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, apostilará os títulos de nomeação dos servidores atingidos por este Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 07 de outubro de 1975
87º da República e 16º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO N.º 3.016 DE 07 DE outubro DE 1975

Dá nova redação às alíneas a e b do artigo 8º do Decreto nº 2.390, de 8 de outubro de 1973, que dispõe sobre a estruturação do Grupo-Serviços de Transporte Oficial e Portaria.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º - As alíneas a e b do artigo 8º do Decreto nº 2.390, de 8 de outubro de 1973, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 8º - .....

.....

a) para a Categoria Funcional de Motorista Oficial:
- comprovação de habilitação profissional e habilitação através de verificação de conduta funcional;

b) para a Categoria Funcional de Agente de Portaria:
- comprovação de aptidão física.

.....

.....

.....

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 07 de outubro de 1975.
87º da República e 16º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria do Governo

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar, JORGE ABUDE DA SILVA SOBRINHO, matrícula nº 18.157, da Função em Comissão símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Cadastro da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Sobradinho da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar JORGE ABUDE DA SILVA SOBRINHO, matricula nº 18.157, para exercer a Função em Comissao simbolo FC-08, de Chefe da Seção de Arquivo Técnico da Divisao Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administraçao Regional de Sobradinho da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar ALCEU CAMPOS DA PAZ, matrícula nº 18283, da Função em Comissão símbolo FC-04, de Diretor da Divisão de Obras, da Administração da Cidade Satelite do Nucleo Bandeirante da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar ALCEU CAMPOS DA PAZ, matrícula nº 18283, para exercer a Função em Comissão simbolo FC-04, de Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de **Planaltina da Secretaria do Governo do Distrito Federal.**
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, ADONIAS PEREIRA LIMA, Carpinteiro, nível 9, matrícula nº 850, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão simbolo FC-10, de Chefe da Seção de Obras e Reparos da Divisão de Obras, da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, CARLOS EDUARDO ALENCAR VANETTI, matrícula nº 18.486, da Função em Comissao, simbolo FC-3, de Diretor da Divisão de Informaçao e Estatistica, da Coordenação do Sistema de Planejamento, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir de 1º de outubro de 1975.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, MAURICIO BATISTA DE OLIVEIRA Escriturario, nível 08-A matrícula nº 14.976, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão símbolo FC-14, de Encarregado de Turma de Construção Civil da Seção de Obras e Reparos da Divisão de Obras, da Administração da Cidade Satelite do Núcleo Bandeirante da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei nº 3751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar, JOSUE GOMES PINTO, Desenhista, nível 12, matrícula nº 0714, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão simbolo FC-08, de Chefe da Seçao de Arquivo Técnico da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Sobradinho da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar JOSUE GOMES PINTO, Desenhista, nível 12, matrícula nº 0714, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Cadastro da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Sobradinho da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar IARA MARIA PINHEIRO, para exercer a Função em Comissão simbolo FC-10, de Secretária Datilógrafa da Administraçao Regional de Taguatinga da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar MARCILIO FERREIRA OLIVEIRA, para exercer a Funçao em Comissão símbolo FC-04, de Diretor da Divisão de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar ELIANA TEIXEIRA AGOSTINI, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-10, de Chefe da Seção Financeira, da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Brazlândia da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os Decretos 48.297, de 17 de junho de 1960 e 70501, de 11 de maio de 1972, tendo em vista o que consta do Processo nº 42348/75-FEDF,
RESOLVE:

Dispensar, a pedido, EURIPIDES CARDOSO DE MENEZES, da funçao de membro do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 23 de setembro de 1975.
ELMO SEREJO FARIAS
WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1975
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20 e artigo 47 da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960 e de acordo com o Decreto nº 70.501, de 11 de maio de 1972,

RESOLVE:

Designar o suplente ABEL RAFAEL PINTO, para exercer a funçao de membro do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 23 de setembro de 1975.
ELMO SEREJO FARIAS
WLADIMIR MURTINHO

DESPACHOS

Secretaria de Administração

E.M.
Nº 24 /75-SEA

Brasília, 26 de setembro de 1975

Senhor Governador:

Pelo Decreto nº 2.981, de 19 de agosto de 1975, as classes A, B e C da Categoria Funcional de Médico Legista passaram a distribuir-se pelos níveis 4, 6 e 7 da escala de retribuição do Grupo-Polícia Civil, aprovada pela Lei nº 6.020, de 3 de janeiro de 1974.

Anteriormente à expedição do Decreto supra mencionado, essas classes se distribuiam pelos níveis 4, 5 e 7. A elevação da classe B, do nível 5 para o nível 6, foi feita em decorrência de pedido de revisão formulado pela Secretaria de Segurança Pública e por sugestão do Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP, como medida tendente a evitar a fuga dos Médicos Legistas para outras possibilidades que lhes oferecem os Serviços Públicos Federal e do próprio Distrito Federal, na área de atividades específicas da medicina.

Em decorrência da expedição do Decreto nº 2.981, de 1975, faz-se agora necessario alterar o Decreto nº 2.566, de 5 de março de 1974, que classificou no nível 5 os Médicos Legistas incluídos no Plano e que, de conformidade com a ordem de classificação obtida no respectivo processo seletivo, ficaram na classe B dessa Categoria Funcional.

Neste sentido, a Secretaria de Administração elaborou o anexo projeto de decreto, que tenho a honra de submeter à esclarecida apreciação e à assinatura de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência as expressões de elevada estima e profundo respeito.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do
Distrito Federal

De acordo. Baixe-se o ato.
Em, 06/10/75.

Consultoria Jurídica

Processo nº 062.977/75
Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Seção de Orçamento e Finanças
Assunto : Liberação de Subvenções Sociais, destinadas a entidades beneficentes, com dispensa do comprovante de registro na SEC.

EMENTA: SUBVENÇÃO SOCIAL - Secretaria de Educação. Necessidade de registro prévio para recebimento. Em casos especiais, e mediante Parecer favorável do Secretário de Educação, pode ser autorizada a liberação da Subvenção pelo Governador (Dec. nº 1.350/70, art. 5º, II, na redação do Dec. nº 1.782/71).

PARECER Nº 09/75

Através o Ofício de nº 688/75, propõe o Senhor Secretário de Educação e Cultura ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a "liberação de Subvenções Sociais, destinadas a entidades beneficentes e consignadas no Orçamento desta Secretaria para o atual exercício financeiro, independentemente de estarem ou não, as referidas entidades, registradas no Departamento de Inspeção e Ensino desta Secretaria" - SIC -

2. Justificando a pretensão, louvou-se no Parecer nº 007/75 da 2a. Subprocuradoria Geral, da lavra do Procurador JÚLIO CÉSAR DE ROSE, quando afirma, "in verbis":

> "O registro na DIVISÃO DE INSPEÇÃO DE ENSINO DA SEC só poderá ser exigido, a partir de 1974 e servirá para liberação das Subvenções Orçamentárias da Lei de Meios a ser elaborada e votada este ano de 1975, para ser executada no próximo ano de 1976" (grifos do original).

3. A despeito deste pronunciamento, aprovado plenamente pelo Senhor Procurador-Geral, a matéria de que versa o presente processo foi-nos encaminhada para exame.

É o Relatório.

PARECER

Muito embora se reconheça que o assunto concer

nente à liberação de recursos destinados a subvencionar entidades beneficentes tenha sido exaustivamente - e com a profundidade necessária - analisado no Parecer nº 007, da 2a. SPRG, no caso vertente, e pela sua especificidade, merece ele aqui ser mais uma vez tratado, à luz do que dispõem o Decreto nº 1.350, de 20.05.70, o Decreto nº 1.782, de 28.08.71 e a Portaria nº 17, de 12.07.73, da Secretaria de Educação e Cultura - diplomas que o regulamentam no âmbito do Distrito Federal.

2. Assim, de início, cumpre verificar que o Decreto nº 1.350, de 20.05.70, expressava em seu Art. 5º, inciso II:

> "Art. 5º - Não se concederá ou pagará, conforme o caso, subvenção social a instituição que:
> .....
> II - Não tenha sido fundada, organizada e registrada no órgão competente de fiscalização até 31 de dezembro do ano anterior ao da elaboração da Lei Orçamentária.

3. Com advento do Decreto nº 1.782, de 23.08.71, alterado ficou o dispositivo supra mencionado, o qual passou a ter uma nova redação, a saber:

> "II - Não tenha sido fundada, organizada e registrada no órgão competente até 31 de dezembro do ano anterior ao da elaboração da Lei Orçamentária, salvo casos especiais, autorizados pelo Governador do Distrito Federal e instruídos com parecer favorável do titular da Secretaria a que estiver vinculada a entidade beneficiada."

4. Por aí se constata que objetivou o Executivo dar uma maior amplitude na disciplina da matéria, porquanto, consoante originariamente estabelecera, liminarmente se afastava do rol das beneficiadas aquelas que não atendessem àqueles requisitos básicos. Ao revés, por força dessa nova sistemática, "casos especiais" passaram a ser distintamente considerados, como exceção à regra geral.

5. Como complemento, o Art. 6º do Decreto nº 1.350 - que permaneceu inalterado - prescreveu:

> "Art. 6º - Os titulares das Secretarias a que se refere este Decreto baixarão os atos necessários ao cumprimento das disposições aqui fixadas."

7. E, face essa delegação de poderes, surgiu a Portaria nº 17, do titular da Secretaria de Educação e Cultura, de 12.07.73 - publicada no DISTRITO FEDERAL do dia 24.07.73 - que, depois de acompanhar no seu Art. 10º, letra "b" o disposto no Art. 5º, item II, do Decreto nº 1.350/70, na redação que lhe fora dada pelo Decreto nº 1.782/71, estatuiu em seu Art. 12º, letra "f":

> "Art. 12 - Para se habilitarem ao recebimento de subvenções as entidades deverão anexar ao requerimento:
> f) comprovante de registro da entidade na SEC"

8. Por fim, nas suas "DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS" determinou:

> "Art. 15 - Para o ano de 1973 as entidades ficam dispensadas do disposto no Art. 10, letra "b", da presente Portaria."

9. Retornando aos autos e à questão aí ventilada, salta aos olhos sua deficiente instrução, posto que enquanto se anexou cópia do Decreto 1.350/70, o mesmo não se verificou no que concerne ao Decreto 1.782/71 - por inteiro relevante no trato da matéria - podendo induzir o intérprete a equívocos.

10. Não obstante, a proposição lastreia-se no Parecer nº 007/75, da 2a. Subprocuradoria Geral, mormente quando esclarece que a exigência só pode ser observada "a partir de 1974 e servirá para liberação das Subvenções Orçamentárias da Lei de Meios a ser elaborada e votada este ano de 1975, para ser executada no próximo ano de 1976".- sic -.

11. Cumpre assinalar, reiterando aliás afirmação anterior, que é exaustiva a análise levada a efeito por aquele órgão e naquele pronunciamento.

12. Entretanto, a despeito dessa nuance, vem a Secretaria de Educação ressaltar um único dado que concorre para o deferimento de sua pretensão. Se equívoco se constatar em um isolado pensamento, desfigurado não está o seu conjunto, até porque só assim, sistematicamente, é possível interpretar um pronunciamento jurídico.

13. Dentro dessa concepção, nota-se que o multirreferido Parecer não diz respeito ao assunto ora "sub examen", senão é concernente à liberação de subvenção para uma entidade relativa ao exercício de 1974.

O presente Processo trata de liberação também de subvenções, porém consignadas no orçamento daquela Pasta para o atual exercício financeiro.

14. Mesmo que se queira adotá-lo, atenção merece ser dispensada ao seu item 8, "in verbis":

> "No ano de 1973, no entanto, nao foi procedido o registro de nenhuma entidade na DIVISÃO DE INSPEÇÃO DE ENSINO DA SEC, pois a primeira a ser registrada foi a requerente CENTRO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL PLANALTO e esse registro data de 23/01/74 (fls. 15). Pode-se supor que, dada a necessidade das entidades se adaptarem as exigencias da Portaria 17, nao tenha havido possibilidade material desse registro face a circunstância da publicaçao da mesma ter ocorrido em fins de julho de 1973" - grifos nossos -

15. Daí deflui que é uma suposição do ilustre Procurador que o subscreveu, sem que tragam os autos quaisquer esclarecimentos a este respeito emanados da Secretaria interessada.

16. No rigor dos dispositivos invocados, para o corrente exercício, o registro poderia ser exigido porquanto as entidades teriam, desde a publicação da Portaria - julho de 1973 - até o final do mês de dezembro daquele ano que providenciar o mencionado registro. Senão vejamos:

> Art. 10, letra "b" - Portaria 17/73;
> Art. 5º, item II - Decreto 1.350/70, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto 1.782/71:
>
> > Orçamento 1975 - elaborado e votado em 1974.
> > Ano anterior à elaboração da Lei Orçamentária - 1973 .

17. Aliás, é incompreensível que desde 1970 tenha o Governo disciplinado a matéria e só em 1973 tenha a Secretaria de Educação baixado "os atos necessários ao cumprimento das disposições aqui fixadas". Então, entender-se que só para o próximo exercício poder-se-á exigir o registro é procrastinar mais ainda um assunto que há cinco anos vem se arrastando.

18. Em verdade, tudo leva a crer que o escasso prazo fornecido tenha dificultado as entidades de se adaptarem às novas exigências, como bem ressaltou o ilustre Procurador Júlio César de Rose. Também o Governo, acrescente-se, deve ter atentado para o problema, daí ter dado uma nova redação ao Art. 5º, item II do Decreto nº 1.350/70.

19. Nestes termos, no momento, "data maxima venia" das opiniões em contrário, é de ser aplicado o Decreto nº 1.782, de 23.08.71:

> "Não tenha sido fundada, organizada e registrada no órgão competente até 31 de dezembro do ano anterior ao da elaboração da Lei Orçamentária, salvo casos especiais, autorizados pelo Governador do Distrito Federal e instruídos com parecer favorável do titular da Secretaria a que estiver vinculada a entidade beneficiada" - grifos nossos-

20. Em razão desse dispositivo, é plenamente lí

cita a exigência do registro. No entanto, em casos especiais pode vir a ser dispensado, desde que assim autorize o Chefe do Executivo após prévio pronunciamento da Secretaria interessada.

21. Se, efetivamente, ocorreu a impossibilidade material de as entidades beneficiadas cumprirem com a determinação, à Secretaria cabe indicar as razões que conduziram a esta impossibilidade. Uma vez sendo genérica, ampla e concernente a todas as Entidades, para o corrente exercício todas se situam nos casos especiais previstos no dispositivo legal.

Pelas razões expendidas, somos de Parecer que, inexistindo o competente registro, as subvenções de que trata o Processo só poderão ser liberadas por autorização expressa do Governador do Distrito Federal que deverá ser precedida de Parecer favorável do titular da Secretaria de Educação e Cultura, a quem compete esclarecer se como especiais podem ser tratados os presentes casos.

Salvo Melhor Juízo, é o que se nos parece.

Consultoria Jurídica, Brasília, D.F., 01º de outubro de 1975.

FRANCISCO FONTES HUPSEL
CONSULTOR JURÍDICO

De acordo. Encaminhe-se à Secª de Educação.
02/10/75

Gabinete Civil

Atos do Chefe

PORTARIA DE 06 DE OUTUBRO DE 1975

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 6º, do Decreto nº 2.461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

conceder ao servidor Luiz Gonzaga Pereira da Silva, Garção, nível 07, matricula nº 10.447, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal, a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) do valor do referido nível, prevista no artigo 1º, item I, combinado com o artigo 2º, do Decreto nº 2.461, de 11 de dezembro de 1973.
Distrito Federal, 06 de outubro de 1975
JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 06 DE OUTUBRO DE 1975

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 6º, do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

mandar cessar o pagamento de gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) do valor do nível, concedida pela Portaria de 27 de dezembro de 1971, revalidada pelo Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973, à servidora Irany de Souza Silveira, Costureira, nivel 05, matrícula nº 5898, lotada no Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 06 de outubro de 1975
JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 18 DE ABRIL DE 1975

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

autorizar Isauro Carneiro Filho, Assessor, DAS 102.1, a viajar ao Rio de Janeiro, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 18 de abril de 1975
JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

Gabinete Militar

Atos do Chefe

PORTARIA DE 06 DE OUTUBRO DE 1975

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 6º, do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

conceder ao 2º Sargento PM Paulo Roberto da Silva, da Polícia Militar do Distrito Federal, à disposição do Serviço de Segurança do Gabinete do Governador do Distrito Federal, a gratificaçao de representação no valor de Cr$ 780,00 (setecentos e oitenta cruzeiros), prevista no artigo 1º, item I, combinada com o artigo 4º, letra a, do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973.
Distrito Federal, 06 de outubro de 1975
GUARACY DE LIMA FURTADO - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

Órgãos vinculados ao Gabinete Civil

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D.

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 069 DE 02 DE OUTUBRO DE 1975.

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇAO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso XIV do Artigo 2º do Decreto nº 2519 de 28 de dezembro de 1973, combinado com o inciso II do Regimento desta Administraçao aprovado pelo Decreto nº 2520, da mesma data.
RESOLVE:
Designaro Coronel PM. RUBENS FERREIRA para Assistente do Serviço Operacional da Administraçao das Unidades Desportivas do Distrito Federal
Brasília-DF, 02 de outubro de 1975.
TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente.

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 77 75
01 de outubro de 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V de 12 de julho de 1971.

RESOLVE:
Dispensar a pedido PAULO EULER TEIXEIRA PIRES do Emprego em Comissao de Chefe da Seção de Audiovisual EC-06, deste Departamento a partir de 30 de setembro de 1975.
Brasília, 01 de outubro de 1975
MARIA AUGUSTA A. DE OLIVEIRA Diretora Substituta

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 03 DE OUTUBRO DE 1975

O SECRETARIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967, e tendo em vista o constante do Processo Nº. 80.246/73,

RESOLVE:

DETERMINAR a prestação de serviços extraordinários em caráter especial, previstos no Artigo 5º., do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, ao funcionário DEUSDEDIT VICTORINO COELHO, Oficial de Administração, nível 14—B, matrícula, nº. 5.945, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado na Coordenação do Sistema de Orçamento, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, na base de 50% dos seus vencimentos e no valor mensal de Cr$ 357,00 (trezentos e cinquenta e sete cruzeiros), a partir da publicação desta.

Brasília, 03 de outubro de 1975

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA.

COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE OUTUBRO DE 1975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "b", Inciso II do Artigo 1º. do Decreto nº. 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

determinar a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto no Artigo 1º., do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, ao servidor RAIMUNDO SOARES ARAGAO, matrícula nº. 18.557, ocupante da Função em Comissão símbolo FC—10, de Secretário Datilógrafo, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, na base de 75% dos seus vencimentos, no valor mensal de Cr$ 1.010,00, a partir da publicação desta até 31/12/75.

Brasília, 02 de outubro de 1975
ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE SETEMBRO DE 1975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLANDIA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "a", inciso II, do artigo 1º, do Decreto nº. 2.755, de 25 de outubro de 1974.

RESOLVE:

DETERMINAR a prestação de serviço extraordinários em caráter especial, previstos no artigo 5º., do Decreto "N" nº. 618 de 12 de junho de 19967, ao servidor SILVIO CRUZ DE OLIVEIRA, Trabalhador, nível 01, matrícula, 01724, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado nesta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir da publicação desta até 31 12 75, na base de 50% e no valor mensal de Cr$ 130,00.

Brasília-DF, 23 de setembro de 1975

ANTONIO NETO DE GODOI

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 1975

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 4º., do Capitulo I, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 2.819, de 31 de dezembro de 1974.

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do quadro anexo, os valores destacados pela Ordem de Serviço, nº. 11, de 09 de setembro de 1975.

Brasília-DF, 16 de setembro de 1975

Engº. EDUARDO MUNDIM PENA
Administrador do SRIA,

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 14 /75, DE 12 DE SETEMBRO DE 1 975

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Região Administrativa V - Sobradinho
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Seção Financeira - RA-V

ATIVIDADE E/OU PROJETO - Elemento	SITUAÇÃO		TOTAL
	ANTERIOR	ATUAL	
RA 2.011 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Sobradinho			
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	26.000,00	16.000,00	16.000,00
RA 2.048 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública na Região Administrativa de Sobradinho			
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	67.000,00	92.000,00	92.000,00
RA 1.030 - Ampliação do Sistema de Iluminação Pública na Região Administrativa de Sobradinho			
4.1.1.0 - Obras Públicas	100.000,00	120.000,00	120.000,00
RA 1.009 - Urbanização na Região Administrativa de Sobradinho			
4.1.1.0 - Obras Públicas	1.275.000,00	1.221.689,00	1.221.689,00

ADMINISTRAÇAO REGIONAL DE SOBRADINHO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/75-RA-V, DE 12 DE SETEMBRO DE 1975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 4º das Normas para Execuçao Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 2 819, de 31 de dezembro de 1974,

RESOLVE:

Alterar, na forma dos quadros anexos, os valores destacados pela Ordem de Serviço nº 12/75-RA-V, de 28 de julho de 1975.

Sobradinho, 12 de setembro de 1975

FERNANDO CORASSA

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 1975

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE/CSN/SEA.
3º TRIMESTRE

PROJETOS E/OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
RA 2.036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASRIA.		
3.0.0.0 - Despesas Correntes		
3.1.0.0 - Despesas de Custeio		
3.1.2.0 - Material de Consumo	20.936,00	
4.0.0.0 - Despesas de Capital		
4.1.0.0 - Investimentos		
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	84.547,00	
4.1.4.0 - Material Permanente	7.421,00	112.904,00
(CENTO E DOZE MIL, NOVECENTOS E QUATRO CRUZEIROS).		

Paulo de Tarso Q. Monteiro
SF - DAG - ASRIA
CHEFE

OSVALDO TEODORO
D.A.G. - ASRIA
DIRETOR

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL IND E AB...

EN ... EDUARDO MUNDIM P...
ADMINISTRADOR

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/75, DE 12 DE SETEMBRO DE 1 975

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Região Administrativa V - Sobradinho
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Programação e Controle - CSM/SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - Elemento	SITUAÇÃO		TOTAL
	ANTERIOR	ATUAL	
RA 2.011 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Sobradinho			
3.1.2.0 -- Material de Consumo	15.000,00	33.000,00	
4.1.4.0 - Material Permanente	10.854,00	10.000,00	43.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 14 /75, DE 12 DE SETEMBRO DE 1 975

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Região Administrativa V - Sobradinho
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Cadastro Financeiro - CSP/SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - Elemento	SITUAÇÃO		TOTAL
	ANTERIOR	ATUAL	
RA 2.011 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Sobradinho			
3.1.1.1 - Pessoal Civil			
01 - Vencimentos e Vantagens Fixas	818.313,00	805.000,00	
02 - Despesas Variáveis	22.000,00	23.500,00	
3.2.3.3 - Salário Família	129.227,00	128.500,00	957.000,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 06 DE OUTUBRO DE 1975

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX, do artigo 91, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 21, letra "A", do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, o funcionário AGUINALDO CAMPOS NETTO, Orientador de Ensino Médio, Código MG1.02.19, matrícula nº 3.705, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Diretor do Centro de Seleção e Treinamento desta Secretaria, no período de 6 de outubro a 4 de novembro de 1975, por motivo de férias.

Brasília, 06 de outubro de 1975.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 1º DE OUTUBRO DE 1975.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX, do artigo 91, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

AUTORIZAR, nos termos dos artigos 24, 25, 26, 27, 28 e 29 do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, o funcionario FAUZI NAGIB SALIBA, Assistente de Organizaçao Rural, nível 16-B, matrícula nº 10.233, para responder pelo expediente da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, até a investidura do seu titular.

Brasília, 01 de 10 de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administração

PORTARIA DE 03 DE OUTUBRO DE 1975
O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso III do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978 de 14 de agosto de 1975,
RESOLVE:
DESIGNAR, ALTINO PEREIRA BORGES, Diretor da Divisão de Manutenção, símbolo FC-5, matrícula nº. 1.268, NICOLAU BONIFACIO, Chefe da Seção de Borracharia da Divisão de Manutenção, símbolo FC-12, matricula nº. 1.347 e MAURO MONTEIRO, Chefe do Posto de Lavagem e Lubrificação da Divisão de Manutenção, símbolo FC-9, matrícula nº. 11.656, todos da Coordenação do Sistema de Transportes Internos desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem comissão encarregada de proceder à avaliaçao das carcaças de pneus que se encontram na referida Coordenaçao.

Brasília, 03 de outubro de 1975

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administraçao

PORTARIA Nº. 171 DE 3 DE OUTUBRO DE 1.975.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Capítulo I, Artigo 4º., das Normas de Execução Orçamentaria e Financeira no Exercício de 1.975, aprovadas pelo Decreto nº. 2.819, de 31 de dezembro de 1.974.

RESOLVE:

1º. — Ficam destacados, na forma dos quadros anexos, às Divisões de Cadastro Financeiro e de Programação e Controle, os valores correspondentes aos Elementos de despesa a serem **empenhados no 4º. TRIMESTRE por esses órgãos.**

2º. — Fica a Seçao de Orçamento e Finanças desta Secretaria autorizada a movimentar os valores correspondentes aos Elementos de despesa constante do quadro anexo.

Brasília, 03 de outubro de 1.975

JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº171/DE 3 DE OUTUBRO DE 1 975.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG - SEA

Atividades	Elementos	VALOR	TOTAL
SEA 2.005 -	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração		
	3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	946.363,79	
	3.1.4.0 - ENCARGOS DIVERSOS.....	129.067,85	1.075.431,64
SEA 2.044 -	Encargos de Administração Geral		
	3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	98.991,67	
	3.1.4.0 - ENCARGOS DIVERSOS.....	6.329,42	105.321,09
Proj. SEA 1.002 -	Implantação do Sistema de Microfilmagem		
	3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	120.000,00	120.000,00
			1.300.752,73

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº171 DE 3 DE OUTUBRO DE 1 975.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE -CSM-SEA

Atividades	Elementos	VALOR	TOTAL
SEA 2.005 -	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração		
	3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO.....	151.513,36	
	4.1.3.0 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES.....	27.150,00	
	4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE.....	45.049,12	223.712,48
SEA 2.044 -	Encargos de Administração Geral		
	3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO.....	2.357.526,91	
	4.1.3.0 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES.....	-	
	4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE.....	-	2.357.526,91
			2.581.239,39

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 11 DE 3 DE OUTUBRO DE 1 975.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - CSP - SEA

Atividades	Elementos	VALOR	TOTAL
SEA 2.005 -	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração		
	3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL		
	01 - Vencimentos e Vantagens Fixas.....	310.000,00	
	02 - Despesas Variáveis.....	37.000,00	
	3.2.3.1 - INATIVOS.....	150.000,00	
	3.2.3.2 - PENSIONISTAS.....	2.000,00	
	3.2.3.3 - SALÁRIO FAMÍLIA.....	132.372,00	
	3.2.5.1 - OBRIGAÇÕES DAS ENTIDAS PÚBLICAS.....	1.000,00	
	3.2.7.6 - PESSOAS.....	5.000,00	637.372,00
SEA 2.024 -	Programa de Formação do Patrimônio do servidor Público		
	3.2.7.6 -		
	05 - Formação do Patrimônio do Servidor Público.....		637.372,00

PORTARIA DE 02 DE OUTUBRO DE 1975

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 do Decreto "N" nº 618 de 12 de junho de 1967, tendo em vista a decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e autorização do Governador do Distrito Federal, exarada no Processo nº 26.864/75

RESOLVE:

DETERMINAR, nos termos do artigo 1º do Decreto "N" nº 618 de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, até 31 de dezembro do corrente ano, a VIRGINIA MELLO BAPTISTA DA SILVA, Assessor Auxiliar, simbolo FC-5, matrícula nº 6.785, da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, com o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) da remuneração mensal, no valor de Cr$1.649,00 (um mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros)

Brasília, 02 de outubro de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administraçao

DESPACHOS

PROCESSO Nº.: 27.096/74
INTERESSADO: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇAO
ASSUNTO: Processo Administrativo

Tendo em vista as conclusões da Comissão designada pela Portaria de 14/11/74 publicada no "Distrito Federal" nº. 189 de 10/12/74, constantes do processo acima referido, e impossibilidade da Administração exercer o poder disciplinar nos termos do parágrafo único do artigo 213 da Lei nº. 1.711/52, combinado com os artigos 109 e 231 do Código Penal, determino o arquivamento dos autos.

Brasilia, 2 de outubro de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 63.290/75
INTERESSADO: LEILA SOUKI MUNAYER — Mat. 8.185—SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., Inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 02 de outubro de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administração do Distristo Federal

PROCESSO Nº.: 6.952/75
INTERESSADO: DECIO DEL SARTO — Mat. 2.007 — SEF
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

INDEFIRO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 02 de outubro de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº.: 24.409/75
INTERESSADO: PAULO AFONSO DE OLIVEIRA — Mat. nº. 15.050 — SEA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

INDEFIRO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo periodo de 2 (dois) anos, de acordo com o paragrafo 2º. do artigo 110 da Lei nº. 1.711/52.

Brasília, 03 de outubro de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 64.531/75
INTERESSADO: MARIA AZIRA DE ALMEIDA MARTINS — Mat. 7847—SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 03 de outubro de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

LICENÇA ESPECIAL — DEFERIDA
Despacho: - CONCEDO, nos termos do artigo 2º, combinado com o artigo 5º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL, de seis meses aos funcionarios abaixo qualificados.

Proc. 065871/75
Nome: Flora Rios Mendes
matrícula: 7.645
Cargo: Prof. Ensino Medio nível: MGl. 02.19
Relativo ao decenio de: 05.09.65 a 02.09.75
Clayr Rochefort de Almeida
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP—SEA
Luiz de Souza Moura
Chefe da Seção de Cadastro Funcional

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

Atos do Diretor

"ARBITRAMENTO DE DIARIAS"

O DIRETOR DA DIVISAO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ARBITAR 05 (cinco) diárias, no valor unitário, e total, com fundamento nos arts. 135 e 136 da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952 e na forma do disposto no item I do art. 3º. do Decreto nº. 1735, de 6 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

MATR.: 6190
NOME (s): HÉLIO DOS SANTOS MACHADO
NIVEL OU SIMBOLO: DAS 101.2
UNITARIO: 399,60
TOTAL: 1.998,00

Determinar à Seção de Registro Financeiro, que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, ao (s) funcionários acima relacionados.

Brasília-DF, 1º. de outubro de 1975
ANTONIO ALBERTO BOQUADY.
Chefe da Seção de Processamento de Vantagens
DCFi— CSP— SEA

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP— SEA—GDF.

Resumo da folha de pagamento nº. 02.10/75 da SES, referente à (s) diárias por afastamento da sede:

Nome: Hélio dos Santos Machado
Matr/6190
Cargo/Função: Diretor do Núcleo de Planejamento
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: Cidade de São Paulo-SP.
Período: De 13 a 17 de outubro de 1975.

Valor: Cr$ 1.998,00 (Um mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros).

Brasília-DF, 02 de outubro de 1975.

Eliesse Ferreira Alves
Chefe da Seção de Registro Financeiro
CDFi— CSP.

Eucário Godinho Filho
Coordenador do Sistema de Pessoal
SEA
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP- SEA— GDF.

"ARBITRAMENTO DE DIARIAS"

O DIRETOR DA DIVISAO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ARBITRAR 06)seis) diárias, no valor unitário e total, com fundamento nos arts. 135 e 136 da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952 e na forma do disposto no item I do art. 3°. do Decreto n°. 1735, de 6 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

MATR: 18319
NOME (s): NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
NIVEL OU SIMBOLO: ESPECIAL
UNITARIO: 399,60
TOTAL: 2.397,60

MATR.: 18388
NOME (s) NORMISA DE SOUZA CARVALHO
NIVEL OU SIMBOLO: FC—05
UNITARIO: 399,60
TOTAL: 2.397,60

Determinar à Seção de Registro Financeiro, que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, ao (s) funcionários acima relacionados.

Brasília-DF, 02 de outubro de 1975

ANTONIO ALBERTO BOQUADY.
Chefe da Seção de Processamento de Vantagens
DCFi— CSP— SEA
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP— SEA—GDF

Resumo da folha de pagamento n°. 06.10/75 da SES, referente à (s) diárias por afastamento da sede:
Nome: Newton Muylaert de Azevedo e Normisa de Souza Carvalho
Matr.: 18.319- 18.388
Cargo/Função: Secretário de Estado e a Assessora Auxiliar.
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: Cidades de São Paulo-SP. e Rio de Janeiro—RJ.
Período: De 08 a 13 outubro de 1975
Valor: Cr$ 4.795,20 (Quatro mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e vinte centavos).
Brasília-DF, 03 de outubro de 1975
Eliesse Ferreira Alves
Chefe da Seção de Registro Financeiro
DCFi— C.S.P.
Eucário Godinho Filho
Coordenador do Sistema de Pessoal
SEA.
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP- SEA— GDF.

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 01 DE OUTUBRO DE 1975
O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto n°. 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto no artigo 16, do Decreto n°. 2.951, de 22 de julho de 1975,
RESOLVE:
designar UBIRAJARA CAVALCANTE SANTANA, Agente Fiscal de Tributos "B", matricula n°. 7.895, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Fiscalizaçao Tributária, Símbolo FC-5, da Divisão da Receita de Sobradinho, do Departamento da Receita, desta Secretaria, durante suas férias regulamentares, no período de 13.10 a 11.11.75.
Distrito Federal, 01 de outubro de 1975.
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 01 DE OUTUBRO DE 1975
O SECRETARIO DE FINANCAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto n°. 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto no artigo 16, do Decreto n°. 2.951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:
designar FRANCISCO XAVIER DE MOURA FREITAS DURAES, Exator, nivel 16, matricula n°. 1.841, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seçao da Receita, Simbolo FC-5, da Divisão da Receita de Sobradinho, do Departamento da Receita, desta Secretaria, durante suas ferias regulamentares, no período de 13.10 a 11.11.75.
Distrito Federal, 01 de outubro de 1975
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇAO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SALÁRIO FAMILIA — CONCEDIDO —
MATRICULA: 07.800
NOME: Adolfo Dias Lopes
DEPENDENTE: Gustavo Adolfo Sena Lopes, filho, nasc. em 06.09.75

SALARIO FAMILIA — CANCELADO
MATRICULA: 05.441
NOME: Neuzimar Pereira dos Santos
DEPENDENTE: Lilian Maria Luiza de Souza Jaico, TGR., nascida em 14 de janeiro de 1973. Cancelar o benefício a partir de dezembro de 1974, em virtude da dependente ter voltado à companhia da Genitora e ja ter sido cancelado por Ex-Oficio.
MATRICULA: 05.441
NOME: Neuzimar Pereira dos Santos
DEPENDENTE: Maisa Haydés Margarida de Souza Jaico, TGR., nascida em 29 de janeiro de 1974. Cancelar o beneficio a partir de dezembro de 1974, em virtude da dependente ter voltado à companhia da Genitora e já ter sido cancelado por Ex-Oficio.

SALARIO FAMILIA — CANCELADO
MATRICULA: 05.481
NOME: Ovidio Dourado
DEPENDENTE: Maria Telma dos Santos Chaves, TGR., nascida em 21 de setembro de 1952. Cancelar o benefício a partir de julho de 1975, em virtude da dependente ter contraido matrimônio no dia 12 de julho de 1975, conforme documentação apresentada.

MATRICULA: 16.843
NOME: PEDRO ALVES DOS SANTOS
DEPENDENTE: Justiniano Alves dos Santos, filho, nasc. em 09.06.54. Cancelar o benefício a partir de julho de 1975, em virtude do dependente ter contraído matrimônio no dia 26.07.75, conforme documentação apresentada.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 98 da Lei 1.711/52
Atilano da Costa Madureira — Mat. 01.559
Período: 18.09 a 27.09.75
Atestado: 2861/75 — SM
José Bittar —
Mat. 02.113
Período: 21.09 a 05.10.75
Atestado: 2835/75 — SM
Tereza Souza Assunção
Mat. 07.891
Período: 03.09 a 02.10.75
Atestado: 2457/75-SM
Tomaz Borges de Carvalho
Mat. 16.878
Período: 14.09 a 30.09.75
Atestado: 2827/75 — SM
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 99 da Lei 1.711/52
Braz Joaquim da Silva
Mat. 00.819
Período: 30.08 a 28.09.75
Laudo Médico: 2404/75 — SM
Sebastião Canuto dos Santos
Mat. 02.267
Período: 11.08 a 09.10.75
Laudo Médico: 2492/75 — SM
Madalena Aparecida F. Monteiro
Mat. 13.395
Período: 06.09 a 05.10.75
Laudo Médico: 2451/75 — SM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123, 97 e 98 da Lei 1.711/52
Pedro Correia da Silva
Mat. 02.239
Período: 08.09 a 28.09.75
Atestado: 2838/75 — SM
Benedito França de Lima
Mat. 12.607
Período: 15.09 a 22.09.75
Atestado: 2851/75 — SM
Shirley da Cruz Alvarenga
Mat. 12.645
Período: 22.09 a 21.20.75
Atestado: 2849/75 — SM

Brasília, 26 de setembro de 1975

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal — DAG/SEF

DEPARTAMENTO DA RECEITA

Atos do Diretor

PROCESSO N°.: 020.106/74
INTERESSADO: CONGREGAÇÃO CRISTA NO BRASIL

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO A IMUNIDADE, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territória! Urbano, relativo ao exercício de 1974, incidente sobre o imóvel localizado na Quadra 04, Lote Especil n° °02, Sobradinho, em favor da "CONGREGAÇÃO CRISTA NO BRASIL", de acordo com o Artigo 19, III,"b",da Constituição Federal.
Republique-se tendo em vista erro na publicação anterior, conforme fls. 21 do processo supramencionado e logo após restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais para as devidas anotações e providências.

BRASILIA, 25 de setembro de 1975.

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°.: 006.895/75
INTERESSADA: IGREJA DO NAZARENO DO BRASIL

Nos termos da delegaçao de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A IMUNIDADE, em favor da "IGREJA DO NAZARENO DO BRASIL", quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre os imóveis localizados na AE-SQ/Sul 411 — Igreja; SGA/NE Q. 603, Módulo "D" e Q. 9 — Área Especial para Igreja, relativo ao exercício de 1975, de acordo com o disposto na alínea "b", III, do Artigo 19 da Constituição Federal, combinado com o Artigo 9°., IV, alínea "b" da Lei n°. 5.172/66.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.

BRASILIA, 24 de setembro de 1975.

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°.: 019.867/75
INTERESSADO: EDUARDO LOUZADO PÁSCOA

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisao de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de "EDUARDO LOUZADO PÁSCOA", quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao exercício de 1975, incidente sobre o imóvel localizado à SQ/Sul 103, Bloco "G", Apartamento n°. 503, em nome de sua esposa, MARIA LUCIA AMORIM PÁSCOA, nos termos da Lei n°. 5.755, de 03 de dezembro de 1971.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.

BRASILIA, 25 de setembro de 1975.

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntario n° 149/75
Recorrente: Lenine Fiuza Lima
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Lenine Fiuza Lima, irresignado com a sentença de Primeira Instancia proferida no processo n° 142509/75, pertinente ao auto de infraçao n° 03.306, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 27 de agosto de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls. 7).
Recurso **tempestivo**, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 13 de agosto de 1975 (Recibo de fls. 6), evidenciando-se, assim, a observancia do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência previa da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 29 de setembro de 1975.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

"Republicado no "DF" n° 151, página n° 17, de 03/10/75, por incorreçao".

Recurso **ex-officio** n°. 163/73
Recorrente: Divisao de Tributos Diversos
Recorrida: Stefani e Cia. Ltda.

Recurso Voluntario n°. 146/73
Recorrente: Stefani e Cia. Ltda.
Recorrida: Divisão de Tributos Diversos
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Junior
ACORDÃO N°. 175/75 (1.286)

EMENTA: DECADENCIA — Auto de infração ou quaisquer medidas preparatórias para o lançamento, lavrados dentro do prazo habil para a constituiçao do crédito tributário, constituem-se no termo inicial da decadência (parágrafo 4°. do art. 150, da Lei n°. 5.172/66 e paragrafo único do art. 184, do Decreto-Lei n°. 82/66).
PRELIMINAR — Reformada, em grau de recurso, a decisao que julgou a extinção do direito da Fazenda, compete à Primeira Instância proferir o julgamento de merito.
CONVERSAO DO JULGAMENTO EM DILIGENCIA — FATOS NOVOS — Fatos novos surgidos em razao de documentos apresentados na fase recursal pelo sujeito passivo revel ensejam a conversão do julgamento em diligencia para o indispensavel exame pelo autuante.
Vistos, relatados e discutidos os autos dos Recursos **ex officio** n°. 163/73 e Voluntario n°. 146/73, em que são Recorrentes e Recorridos respectivamente, Stefani e Cia. Ltda. e Divisão de Tributos Diversos, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário para converter o julgamento em diligência, e ainda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso **ex officio** para determinar à Primeira Instância que julgue o seu merito por nao ter ocorrido a caducidade do direito da Fazenda. Tudo nos termos das notas taquigráficas. Eximiu-se

de votar o Juiz Newton Egydio Rossi.
Sala das Sessões - Brasilia-DF., em 30 de setembro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOAO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator

Recurso **ex officio** nº. 375/74
Recorrente: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Recorrido: Roque Helvecio da Cruz
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio
ACORDAO Nº. 176/75 (1.287)
EMENTA: AUTO DE INFRAÇAO — IMPROCEDENCIA — Improcedente é o auto, quando reconhecida na replica a veracidade das alegações do autuado.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso **ex officio** nº. 375/74, em que é recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Recorrido Roque Helvecio da Cruz, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigraficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 30 de setembro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator

Recurso Voluntario nº. 117/75
Recorrente: Equipe de Manutençao de Maquinas Ltda.
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes

ACORDAO Nº. 177/75 (1.288)
EMENTA: PROVA — AUSENCIA — Meras alegações são insuficientes para ilidir a açao fiscal regularmente intentada.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº. 117/75, em que e Recorrente Equipe de Manutenção de Maquinas Ltda. e Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigraficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 30 de setembro de 1.975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
ADOLFO DIAS LOPES
Redator

Recurso Voluntário nº. 61/75
Recorrente: Geraldo Carlos Vieira Silva
Recorrido: Departamento da Receita
Relator: Juiz Newton Egydio Rossi

ACORDAO Nº. 179/75 (1.290)
EMENTA: RECURSO VOLUNTARIO — INTEMPESTIVIDADE — Não se conhece de recurso interposto fora do prazo legal.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntario nº. 61/75, em que é Recorrente Geraldo Carlos Vieira Silva e Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à maioria de votos, nao conhecer do recurso, nos termos das notas taquigráficas. Foi voto vencido o do Juiz Newton Egydio Rossi.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 02 de outubro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
MAURO RENAN BITTENCOURT
Relator

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DF

As 15 h do dia 16 de setembro de 1975, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 11 de setembro de 1975. Foi lido para conhecimento do Plenário, cartão de agradecimento do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, endereçado ao Sr. Presidente, agradecendo os votos de pesar que recebeu deste Tribunal por ocasião do falecimento de seu filho Rogério Phinton Serejo Farias. Foram distribuídos os seguintes recursos: **Ex Officio** n. 130/75, sorteado para relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt; Voluntário nº. 129/75, sorteado para relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior; **Ex Officio** n. 127/75, sorteado para relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio; Voluntário nº. 123/75, sorteado para relator o Juiz Walter Basniaki Linhares. Da pauta de julgamento do dia constou: **Para início de votação:** RV-320/74, em que é recorrente Issa e Cia. Ltda., recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Eximiu-se de votar o Juiz Newton Egydio Rossi. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. RV-270/74, em que é recorrente Josefa de Holanda Teixeira, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para declarar nula de pleno direito a sentença de fls. 43, dos autos, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi. RV-345/74, em que é recorrente Klavdianos e Arvanitakis Ltda., recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Adolfo Lopes. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para declarar nula de pleno direito a sentença de Primeira Instância proferida a fls. 17, dos autos, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Adolfo Lopes. RV-360/74, em que é recorrente Khalil Abboud Ali Ahmad, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para declarar nula de pleno direito a setença de Primeira Instância proferida a fls. 11, dos autos, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. RV-06/75, em que é recorrente Geraldo Rmos de Castro, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão convocando outra para o dia 18 de setembro de 1975, às 15 h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Márcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 18 de setembro de 1975, data em que foi aprovada. DARIONE NUNES CARDOSO (Rep. Faz.); JOAO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz); WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz); MAURO RENAN BITTENCOURT (Juiz); NELSON FERNANDES EUSTAQUIO (Juiz); NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz); ADOLFO DIAS LOPES (Juiz); AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS — Juiz Presidente.

ATA DE SESSAO ORDINARIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCIAS DO DF.

Ás 15 h. do dia 18 de setembro de 1975, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 16 de setembro de 1975. Foram conferidos os acórdãos números: 168, 169 e 170/75, referentes aos Recursos Voluntários números: 546/74, 80 e 81/75, respectivamente. Da pauta de julgamento do dia constou: **Para prosseguimento de votação:** RV-79/75, em que é recorrente Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Walter Bansniaki Linhares. Os autos estavam com vista ao Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento. Foi voto vencido o do Juiz Relator, Walter Basniaki Linhares, que negava provimento ao Recurso por entender que somente através de Lei Complementar poderia a união isentar a Recorrente dos tributos de competência do Distrito Federal, tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. **Para início de votação:** RV-24/75, em que é recorrente Esso Brasileira de Petróleo S.A., recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para anular o processado a partir do Auto de Infração, inclusive tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. A seguir o Juiz Walter Basniaki Linhares solicitou ao Sr. Presidente licença para se ausentar da sessão, face a compromissos anteriormente assumidos, no que foi atendido pelo Sr. Presidente. RV-428/74, em que é recorrente Eridan Gomes Bezerra, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer dos recursos para converter o julgamento em diligência, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi, ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares. RV-55/75, em que é recorrente Josefa Antonio Diniz, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento. Foram votos vencidos os dos Juízes João Bispo dos Santos Junior e Adolfo Lopes, que negavam provimento ao Recurso por considerarem tipificado o fato descrito no Auto de Infração, tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi. Ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares. RV-316/74, em que é recorrente Hindi - Cia. Brasileira de Habitações, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para declarar nula a decisão de Primeira Instância prolatada a fls. 3, dos autos, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares. RV-21/75, em que é recorrente Jorge João da Silva, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria de votos, conhecer do Recurso para lhe dar provimento. Foram votos vencidos os dos Juízes João Bispo dos Santos Junior, Relator e Adolfo Lopes, que negavam provimento ao Recuso, por considerarem tipificado o fato descrito no Auto de Infração, tudo nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. RV-35/75, em que é recorrente Edvaldo Dias Carvalho Junior, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Adolfo Lopes. Concluído o Julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria, conhecer do recurso para lhe dar provimento. Foram votos vencidos os dos Juízes Adolfo Lopes -Relator e João Bispo dos Santos Junior, que negavam provimento ao Recurso por entenderem tipificado o fato descrito no Auto de Infração, tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares. O Sr. Juiz Mauro Renan Bittencourt usou da palavra para dar ciência ao Plenário, da publicação de diversas ementas oriundas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos, as primeiras referentes ao ICM incidente sobre Café adquirido ao IBC: outras relativas à inclusão de multa fiscal no crédito habilitado em falência, e a última sobre correção monetária calculada sobre multa fiscal. A Presidência agradeceu a iniciativa do Juiz Mauro Renan, solicitando à Secretaria providenciasse exemplares do Diário da Justiça dos dias 10 e 12 do corrente mês, a fim de serem distribuídos aos senhores Juízes. Nada mais havendo a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 23 de setembro de 1 975, às 15 h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assitente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 23 de setembro de 1 975, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Rep.Faz.) - JOAO BISPO DOS SANTOS (Juiz) - WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) - LOURIVAL ABADIA J. DE ALMEIDA (Juiz) - ADOLFO LOPES (Juiz) - MAURO RENAN BITTENCOURT (Juiz) - AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS Juiz Presidente.

ATA DE SESSAO ORDINARIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DF.

As 15 h. do dia 23 de setembro de 1975, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os juízes: Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Júnior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e o Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida, bem como o sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinaria realizada dia 18 de setembro de 1975. Foram distribuídos os seguintes recursos: Ex Officio nº. 131/75, sorteado para relator o Juiz Adoldo Lopes; Voluntario nº. 128/75 e Ex Officio nº. 132/75, sorteado para relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt; Ex Officio nº. 133/75, sorteado para relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior; Ex Officio nº. 139/75, sorteado para relator o Juiz Newton Egydio Rossi; Ex Officio nº. 140/75, sorteado para relator o Juiz Nelson Fernandes; Voluntario nº. 141/75, sorteado para relator o Juiz Walter Basniaki Linhares; Foi conferido o acórdão nº. 171/75, referente ao RV-82/75. No momento destinado a indicações e propostas, usou da palavra o Juiz Walter Basniaki Linhares para solicitar ao Sr. Presidente, o envio de um exemplar do Regimento Interno deste Tribunal ao Dr. Disimar Ribas de Carvalho, Prefeito de Telêmaco Borba, no Estado do Paraná, que deseja implantar naquele Municipio, o Conselho de Contribuintes. O Sr. Presidente comunicou ao Juiz Walter, que além de remeter a matéria solicitada, coloca esta Casa a disposição da referida autoridade para qualquer outra informaçao que o mesmo julgar necessário. Da pauta de julgamento do dia constou: Para prosseguimento de votaçao: RV-70/75 (RV-39/75), apenso, em que é recorrente Massa

Falida de Minart Decorações Ltda, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Os autos estavam com vista ao Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria de votos, conhecer dos recursos para lhes dar provimento parciais. Foi voto vencido, em parte, o do Juiz Adolfo Lopes que não excluia as multas ficais por entendê-las de caráter moratório, tudo nos termos das notas taquigráficas. Ausente a votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituido pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida, que se eximiu de votar, na forma do art. 49 do Regimento Interno. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Para inicio de votação: RV-318/74, em que é recorrente Moto Rio Ltda, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Walter Basniaki Linhares.Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, preliminarmente, à maioria de votos rejeitar a arguiçao de nulidade do auto de infração, e ainda, em preliminar, à maioria de votos, rejeitar a conversão do julgamento em diligência. No merito, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento. Foram votos vencidos na primeira arguição o do Juiz Relator Walter Basniaki Linhares, e na segunda, também o do Juiz Relator e o do Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida, tudo nos termos das notas taquigráficas. Ausentes à votação os Juízes, Newton Egydio Rossi e Nelson Fernandes Eustaquio, sendo o primeiro substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. RV-441/74, em que é recorrente Olimpio José de Negreiros, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento. Foram votos divergentes quanto aos fundamentos, os dos Juízes João Bispo dos Santos Junior e Adolfo Lopes. Tudo nos termos das notas taquigraficas. Ausentes à votação os Juízes Newton Egydio Rossi e Nelson Fernandes Eustáquio,sendo o primeiro substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. RV-44/75, em que é recorrente Vertical Construções e Montagens Industriais, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Adolfo Lopes. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausentes à votaçao os Juizes Newton Egydio Rossi e Nelson Fernandes Eustáquio, sendo o primeiro substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. Redator para o acórdão o Juiz Adolfo Lopes. REO-123/73, em que é recorrente Divisão de Tributos Diversos, recorrido Ali Mohamed Nimir Yussuf e relator o Juiz Adolfo Lopes. Concluido o Julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscias, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento, por considerar nao se ter operado a decadência do direito de a Fazenda constituir o crédito tributário no que concerne aos exercicios de 1965, 1966 e 1967, porem, declara-la, agora, face haver fluido o prazo quinquenal. Quanto ao exercício de 1968, ainda, conhecer do recurso para tambem declarar a decadência do direito da Fazenda. Tudo nos termos das notas taquigráficas. Ausentes à votação os Juízes: Newton Egydio Rossi e Nelson Fernandes Eustaquio, sendo o primeiro substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. Redator para o acórdão o Juiz Adolfo Lopes. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 25 de setembro de 1975, às 15 h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juizes presentes à sessão ordinaria do dia 25 de setembro de 1975, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO, (Rep. Faz); WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz); NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz); NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO (Juiz); ADOLFO DIAS LOPES (Juiz); JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz); MAURO RENAN BITTENCOURT (Juiz); AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS (Juiz Presidente)

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DF.

As 15 h. do dia 25 de setembro de 1 975 , reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Júnior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 23 de setembro de 1 975. O Juiz Newton Rossi justificou sua ausência a sessão anterior, alegando que, face a compromisso inadiável junto a Confederação Nacional do Comércio, não pode comparecer a esta sessão,tendo em vista à coincidência de horários.Submetida a justificativa ao Plenário, foi a mesma unanimimente aprovada. O Juiz Nelson Fernandes Eustáquio também justificou sua ausência à sessão anterior, alegando encontrar-se em Anápolis-GO, na oportunidade, e impossibilitado de retornar a tempo de participar da referida sessão, por motivo superveniente. Submetida a justificativa ao Plenário, foi a mesma unanimimente aprovada. Foram conferidos os acórdãos nºs 172, 173 e 174/75, referentes aos seguintes recursos: Ex Officio nº 72/75 e Voluntários nºs 496 e 392/74 , respectivamente. Foi sorteado o PE-01/75, sendo sorteado para relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Da pauta de julgamento do dia constou: Pedido de Esclarecimento nº 01/75, em que é requerente Fazenda Pública do Distrito Federal, requerida Junta dos Recursos Fiscais e relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Concluído o julgamento , foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do pedido para julgá-lo procedente, no sentido de esclarecer a decisão consubstanciada no acórdão nº 156/75, tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Declarou-se impedido de discutir e votar o Juiz João Bispo dos Santos Júnior. Para prosseguimento de votação: RV-102/75, em que é recorrente Brasil Gadelha Industria e Comércio Ltda. recorrido Srviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Adolfo Lopes. Concluído o julgamento, foi proverida a seguinte decisão: Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos não conhecer do recurso, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Adolfo Lopes. A seguir o Juiz Walter Basniaki Linhares solicitou licença ao sr. Presidente para se ausentar da presente sessão, para comparecer ao sepultamento da genitora do Secretário da Câmara de Valores mobiliários de Brasília, vítima de acidente automobilístico. O Sr. Presidente deferiu a solicitação do Juiz Walter, solicitando a S. Exa. que fizesse representar à Casa nos referidos funerais. RV-109/75, em que é recorrente Serveng-Civilsan S.A. Empresa Associada de Engenharia, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Os autos estavam com vista para o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Concluido o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria de votos, conceder do recurso para lhe dar provimento parcial, no sentido de aplicar a autuada a multa de salários-mínimos previstos na legislação específica à época da ação fiscal. Foi vencido, em parte, o do Juiz Newton Egydio Rossi, que dava provimento in totum ao recurso. Ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Para inicio de votação: RV- 491/74, em que é recorrente José Nunes Rosa, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluido o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento. Foram votos vendidos os dos Juízes, João Bispo dos Santos Júnior e Adolfo Lopes que negavam provimento ao recurso por entenderem tipificado o descrito no Auto de Infração. Ausente à votação, o Juiz Walter Basniaki Linhares. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Nada mais havendo a ser deliberado, nem quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 30 de setembro de 1.975, às 15 h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 30 de setembro de 1975, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Rep. Faz.) - JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz) - WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) - ADOLFO DIAS LOPES (Juiz) - NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz) - MAURO RENAN BITTENCOURT (Juiz) - NELSON FERNANDES EUSTAQUIO (Juiz) - AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS - Juiz Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Parecer nº 51/75-CEDF

Processo nº 069982/74-GDF

Autoriza o Colégio "Notre Dame", estabelecimento reconhecido, a implantar o Ensino de 1º Grau, instituído pela Lei nº 5.692/71.

HISTÓRICO - Em 18 de outubro de 1974 a direção do Colégio "Notre Dame" encaminha à Secretaria de Educação do Distrito Federal, por intermédio da então Divisão de Inspeção do Ensino, o pedido de autorização de funcionamento do ensino de 1º Grau, fazendo acompanhar, em anexo, para aprovação, o Regimento do Educandário.

Em data de 22 de outubro de 1974, o processo é remetido à Comissão designada pela O.S. nº 27/74-DIE, para efetuar a análise do Regimento Escolar.

Posteriormente, em 31 de janeiro de 1975, a Irmã Maria Merícia, na qualidade de Presidente da Entidade Mantenedora do Colégio "Notre Dame", comunica (fls. 42) que a Irmã Valéria Gelena Linck deixou a direção do Educandário, tendo transferido as funções para a Irmã Dora Walburga Schamaedecke, registrada sob o nº 380, no MEC. Foi comunicado ainda, na mesma oportunidade, que a secretária, Irmã Maria Liliana, se transferira para o Rio Grande do Sul, assumindo as funções a própria Presidente da entidade mantenedora.

O expediente em questão é complementado com o "Curriculum Vitae" das duas novas ocupantes de funções (fls. 43/48).

2. O Colégio "Notre Dame" foi fundado em 1963, quando mantinha: curso primário, autorizado a funcionar pela Portaria "E" nº 21/66 ' (fls. 108) e Jardim de Infância, ambos reconhecidos pela Portaria nº 20/70-SEC, de 24 de novembro de 1970 (fls. 109). O então curso ginasial, autorizado a funcionar pela Portaria de 28 de fevereiro de 1969, recebeu da SEC mais de uma prorrogação de autorização, até que se extinguiu, em 1974 (fls. 110/111).

3. Com a vigência da Lei nº 5692/71, o Colégio "Notre Dame" implantou as cinco primeiras séries do ensino de 1º grau, atingindo as oito séries no presente ano de 1975.

Em atendimento ao disposto no artigo 141, da Resolução nº 01/74-CEDF, o Educandário apresentou novo Regimento Es

colar para o funcionamento do Jardim de Infância e do ensino de 1º grau, sendo-lhe concedida autorização precária pelo órgão próprio da SEC, nos termos do artigo 160, da citada Resolução nº 01/74 (fls. 110).

4. Instruido o processo, nos termos das inspeções realizadas, o Diretor do DIE, pelo encaminhamento de fls. 119/121, datado de 3 de junho de 1975, propõe ao Conselho de Educação do Distrito Federal:

a) seja reconhecido o Colégio "Notre Dame";
b) seja reconhecido o Ensino de 1º Grau e Jardim de Infância do referido estabelecimento;
c) sejam aprovados os currículos apresentados.

ANÁLISE - 5. Na primeira proposta (requerimento inicial), o estabelecimento surge com a denominação de Centro Educacional "Notre Dame".

A Comissão de Estudos do DIE, quando da análise do Regimento (fls. 49), dentre as reformulações propostas, sugeriu a substituição do nome "Centro Educacional" por "Centro de Ensino".

Tendo em vista o estabelecimento pelo O.I. nº 377/74, da Secretaria Executiva do CEDF (fls. 63), foi apresentado um novo Regimento com as alterações sugeridas, mantendo-se, todavia, a denominação de Colégio "Notre Dame".

O Regimento Escolar foi aprovado pela Chefia da então Divisão de Inspeção de Ensino (fls. 88), cumprindo-se, assim, a orientação normativa traçada na Resolução nº 01/74-CEDF.

6. Vencido o problema referente à aprovação do Regimento Escolar, resta o exame, a seguir, da parte alusiva ao reconhecimento proposto pela Direção do DIE (fls. 121), e, ainda, sobre a aprovação dos currículos.

Pelo Parecer Conjunto nº 35/75-CEDF, determinou-se que:

"- 3) - Os estabelecimentos que tenham cursos reconhecidos (pelos Sistemas Federal e do Distrito Federal) pelo regime anterior à Lei 5692/71, deverão solicitar apenas autorização para implantação de ensino regido pela citada Lei, observando-se as normas do Parecer 45/74-CEDF, aplicáveis extensivamente, no que couber, ao Ensino de 2º grau. Sendo o estabelecimento considerado como reconhecido.
- 4) - Os estabelecimentos autorizados (pelos Sistemas Federal e do Distrito Federal) poderão solicitar seu Reconhecimento, desde que obedeçam ao previsto nos artigos 161 a 163 da Resolução 01/74 - CEDF, e tenham seus planos de implantação aprovados dentro das linhas fixadas pelo Parecer 45/74-CEDF, o que se aplicará, também, ao Ensino de 2º Grau".

7. A DIE/SEC, como já foi esclarecido, considera que foram atendidas, pelo Educandário, as condições estabelecidas pela Resolução nº 01/74, quanto à concessão de Reconhecimento do estabelecimento de ensino e levanta o aspecto de que o Colégio "Notre Dame" já teve os seus antigos Cursos Primário e de Jardim de Infância devidamente reconhecidos pela SEC/DF (fls. 119/121).

Restaria, pois, de acordo com a norma do item 3 do parecer conjunto, acima citado, solicitar-se apenas autorização para implantar o Ensino de 1º Grau, de acordo com a Lei nº 5692/71. E o estabelecimento, complementando a norma contida no mesmo item 3, é considerado como reconhecido.

8. O item 2 do parecer conjunto determina, por sua vez, que o reconhecimento será concedido, apenas, aos estabelecimentos de ensino, esclarecendo que os cursos referidos no artigo 161 da Resolução nº 01/74-CEDF, e que exigem reconhecimento, são os da modalidade supletiva.

Diante de tal interpretação, não se pode cogitar do reconhecimento dos Cursos de 1º Grau e do Jardim de Infância do Colégio "Notre Dame"

9. Trata o processo, por último, da aprovação dos currículos, que foram reformulados (fls. 92/93).

Segundo a instrução de fls. a proposta apresentada atende às exigências mínimas da regulamentação vigente, daí a razão pela qual a direção do DIE se manifesta pela aprovação dos currículos examinados.

Quanto a parte diversificada, a programação prevê, para a formação especial, o ensino de Práticas Industriais e Integradas do Lar para a 6ª, 7ª e 8ª séries, submetendo-se, assim, ao que se encontra determinado na regulamentação dos artigos 21 e 22, da Resolução nº 01/74-CEDF.

PARECER - Tendo em vista o exposto na análise, o parecer é no sentido de:

1) - considerar como já reconhecido o Colégio "Notre Dame", situado à Av. W5 - Q. 914 - Sul, nesta Capital, na forma do item 3 do Parecer Conjunto nº 35/75-CEDF;

2) - considerar prejudicado o pedido de reconhecimento dos Cursos de 1º Grau e de Jardim de Infância do Colégio "Notre Dame", conforme proposta de fls. 121, tendo em vista o disposto no item 2 do citado Parecer Conjunto nº 35/75-CEDF, onde se definiu que o reconhecimento será concedido apenas aos estabelecimentos de ensino e que, na forma do sub-item 2.1., da mesma regulamentação, os cursos constantes do artigo 161, da Resolução nº 01/74-CEDF, são os da modalidade supletiva;

3) - considerar aprovados os currículos propostos às fls. 92 e 93.

Por último, levando-se em consideração o que está inserido na parte final da instrução de fls. 118, o presente parecer conclui pela aprovação do "Curriculum Vitae " da professora Irmã Dora Walburga Schamaedecke para exercer a função de Diretora do mencionado Colégio "Notre Dame".

Sala "Helena Reis", Brasília, 2 de setembro de 1975.

Júlio César Santos
Relator

Aprovado na C.E. e em Plenário em 09/09/75.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer nº 56/75-CEDF

Processo nº 069936/74-GDF -

Autoriza a Escola São Carlos, estabelecimento reconhecido, a implantar o ensino de 1º Grau, do regime instituído pela Lei nº 5.692/71.

Senhora Presidente

A Escola São Carlos em ofício de 11/09/74 solicita ao DIE aprovação do Regimento Escolar e Autorização para implantar o 1º Grau nos termos da Lei 5692/71.

HISTÓRICO - 1) A Escola São Carlos funciona em Brasília desde o ano de 1963, quando mantinha os cursos pré-primário e primário.

2) - Em 1971 em vista do Parecer 130/71-CEDF, foi o mesmo reconhecido pela Portaria 41/71-SEC, extinto pela implantação da lei nº 5.692/71.

3) - Obteve autorização para o funcionamento do Curso Ginasial, por força do Parecer 52/68-CEDF e conforme Portaria de 20/12/68.

4) - Dita autorização foi prorrogada por mais dois anos pela Portaria 11/70-SEC.

5) - Em 11/10/74 entra aquele estabelecimento com ofício onde ora requer aprovação de seu Regimento Escolar e autorização para implantar nos termos da lei vigente o ensino de 1º Grau.

ANÁLISE - A Escola São Carlos é mantido pela Sociedade Educadora Beneficente com sede em São Paulo - S.P. e situa-se à Av. W/5 - Q. 905 Lotes 1 e 2.

No processo em tela pelo qual pede o estabelecimento aprovação do Regimento e implantação do Ensino de 1º Grau, examinado em sua conformidade com a Resolução 01/74-CEDF, verifica-se que:

a) O estabelecimento apresentou Regimento Escolar como prescreve a Resolução 01/74-CEDF, no que concerne ao ensino de 1º grau, tendo sido dito Regimento aprovado pelo DIE nos termos da Ordem de Serviço 25/75 (fls. 85) tendo sido o mesmo publicado no Distrito Federal, número de 16.07.75.

b) Obteve autorização a título precário para funcionamento conforme reza o relatório de inspeção prévia (fls. 114 - 122) nos termos do que prescreve a Resolução 01/74- CEDF art. 160 e de igual modo foram atendidas as condições estabelecidas nos artigos 154 e 155 da referida Resolução, como se segue:

I - Idoneidade moral e profissional tanto do Diretor como do corpo docente.

A Diretora é legalmente habilitada, bem como a Secretária e também os professores (fls. 102; 111 e 112).

II - Instalações físicas e pedagógicas satisfatórias.

Possui o estabelecimento, conforme vem no Relatório do DIE (fls. 114 a 122, 127 a 129) instalações e equipamento adequados e a carta de "Habite-se" consta de fls. 101

Como se trata de estabelecimento com cursos já reconhecidos o DIE-SEC julgou desnecessário novo pronunciamento do DAEI/FEDF.

III - A Escrituração escolar e o serviço de arquivo constam do Relatório da já citada inspeção prévia e a capacidade financeira da entidade mantenedora se comprova pelo documento de fls. 104 a 110 Balancete Patrimonial com data de 31/12/1974.

IV - A declaração de remuneração condigna ao professorado é o que revela os termos de fls. 92.

V - A proposta de anuidade escolar para o ano de 1975 teve aprovação no Parecer Conclusivo nº 9/75-CEmE-CEDF.

VI - A organização didática ajusta-se às diretrizes e bases fixadas em lei e a Escola São Carlos apresenta:

. Calendário escolar - fls. 89;

. Número de dias letivos como de lei - fls. 100;

. Regimento escolar, acima referido e que consta de fls. 53-81.

. Proposta curricular para os oito séries do ensino de 1º Grau - fls. 133 - 134.

Observe-se sobre a proposta curricular (anexado ao regimento escolar) que fora a mesma anteriormente indicada às fls. 28, 29 e 88, no caso, em arrepio à nova legislação vigente. Posteriormente reformulada, atende então ao que dispõe a lei e especificamente coaduna-se com os Pareceres 04/72 e 10/75-CEDF.

c) Vale ressaltar como bem indica a assessoria deste colegiado que o Parecer Conjunto nº 35/75-CEDF, assim se expressa no item 3: "Os estabelecimentos que tenham cursos reconhecidos pelos Sistemas Federal e do Distrito Federal, no regime anterior à Lei 5692/71 deverão solicitar apenas autorização para a implantação de ensino regido pela citada Lei, observando-se as normas do Parecer 45/74-CEDF, aplicáveis extensivamente, no que couber, ao ensino de 2º Grau. Sendo o estabelecimento considerado como reconhecido".

d) Conclui-se à vista dos elementos que instruem o processo em causa bem como pelos relatórios e opiniões favoráveis do DIE que:

. estão atendidas as exigências dos artigos 154 e 155 da Resolução 01/74-CEDF.

A Escola São Carlos é um estabelecimento reconhecido e que pode implantar o ensino de 1º Grau, nos termos da Lei 5692/71, observado o que estabelece o Parecer nº 45/74-CEDF

PARECER

O parecer é por que se autorize a implantação do ensino de 1º Grau na Escola São Carlos.

Aprovado na C.E. e em Plenário em 9/09/75.

Brasília, 29 de agosto de 1975.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Eudaldo Silva Lima
Relator

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer nº. 36/75-CEDF
Processo nº. 055658/75-GDF

Autorizaçao para exercício de Direção de Estabelecimento (Art. 79, da Lei 5692/71).

HISTÓRICO: a) Vem o presente processo a esta Câmara, por decisão do plenario;
b) A questão básica prende-se à exata inteligência do art. 79, da Lei 5692/71.

ANÁLISE: O exame da questão deve levar em conta tambem o disposto no Art. 46, da Lei 5540/68, por isto que a soluçao da matéria deve dirigir-se às linhas do Parecer 1076/73-CFE.

EM CONCLUSÃO: Opina-se por que seja autorizado o Professor Jose Alfredo Guntzel a exercer a título precário, a função de Diretor do Centro de Ensino Brasília, concedendo-se-lhe o prazo improrrogável de 3 (três) anos, a partir da publicação do ato de homologação do Parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal, para habilitar-se nos termos da legislação em vigor.

Sala "Helena Reis", Brasília, 09/07/75.

Carlos Fernando Mathias de Souza
Presidente — CLN

Anna Bernardes da Silveira Rocha

Júlio Cesar Santos

Aprovado na Câmara de Legislação e Normas em 9/7/75 e em Plenario em 16/7/75.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS

Parecer Conclusivo nº 44/75-CEnE

Aprova anuidades escolares da Associação Escola Americana de Brasília referentes ao exercicio de 1974/75 (Processo nº 058567/75-GDF).
A Comissão de Encargos Educacionais em 11/09/75, examinou a proposta de reajuste de anuidades da Associaçao Escola Americana de Brasília, e, tendo em vista a Resolução nº 01/75 CEDF, aprovou:
a) - para Jardim de Infancia Cr$ 2.405,00 (dois mil quatrocentos e cinco cruzeiros) reajustada em 30%;
b) - para 1ª à 6ª série Cr$ 10.285,00 (dez mil duzentos e oitenta e cinco cruzeiros) reajustado de 21%;
c) - 7ª e 8ª séries e 2º Grau Cr$ 12.935,00, (doze mil novecentos e trinta e cinco cruzeiros), reajustada em 30%;
Brasília, 11 de setembro de 1975
Eudaldo Silva Fernandes
Presidente
Lorival Vieira Fernandes
SUNAB
Jose Teixeira da Costa Nazareth
AEPE
Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF
Jose Durval de Araujo Lima
DIE
Aprovado na CEnE
em, 11 de setembro de 1975, e em Plenario em 16/09/75.
Conselho de Educação
Anna Bernardes da S. Rocha.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE 30 DE SETEMBRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias e de conformidade com o Processo nº 02139/75--FCDF,

R E S O L V E:

Autorizar o servidor MARCO ANTONIO DE CAMPOS GUIMARAES, Matrícula nº 12.966-GDF, bloqueado o Emprego de Assessor de Administração, nível EP-13, da TEP e exercendo o Emprego em Comissão, símbolo EC-8 de Secretario dos Orgãos Colegiados, desta Fundação Cultural, a viajar à cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período e 30 de setembro a 03 de outubro do corrente ano, em objeto de serviço desta Entidade.

Distrito Federal, 30 de setembro de 1975

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal

CONSELHO DELIBERATIVO

288ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DECISÃO 285/75
Processo Nº. 02205/74 — FCDF
EM, 26 de setembro de 1975
ASSUNTO SECRETARIA DO GOVERNO — Solicita encaminhar à Coordenaçao do Sistema de Orçamento/SEG, o orçamento sintetico da SEC, referente ao exercício de 1975.
O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, Da. DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS — Diretor Executivo
DECIDE:
Por unanimidade,
Autorizar a reformulação proposta pela Diretoria Executiva, aos fls. 48 do processo
PRESIDENTE: WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
CONSELHEIRO: JOSE PEREIRA LIRA
CONSELHEIRO: IVAN LUZ
CONSELHEIRO: FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
CONSELHEIRO: EDSON NERY DA FONSECA
CONSELHEIRO: ALOYSIO MAGALHAES
DIRETOR EXECUTIVO: RUY PEREIRA DA SILVA

288ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DECISÃO 286/75
PROCESSO Nº. 02096/75 — FCDF
Em, 26 de setembro de 1975
ASSUNTO CARROSSEL PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA. — Encaminha proposta para fornecimento de um equipamento carrossel completo.
O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS — D. Executiva-Substituta
DECIDE:
Por unanimidade,
Autorizar a dispensa de licitação para aquisição de um equipamento de teatro móvel, no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), com base no Art. 39, Inciso I, letra "d" da Resoluçao nº. 036/74 — CD e de acordo com as informações constantes do processo.
PRESIDENTE: WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
CONSELHEIRO: JOSE PEREIRA LIRA
CONSELHEIRO: IVAN LUZ
CONSELHEIRO: FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
CONSELHEIRO: EDSON NERY DA FONSECA
CONSELHEIRO: ALOYSIO MAGALHAES
DIRETOR EXECUTIVO: RUY PEREIRA DA SILVA

288ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DECISÃO 287/75
PROCESSO Nº. 01301/75 FCDF
EM, 26 de setembro de 1975
ASSUNTO COORDENADOR DO CNRC — Propõe realização de uma exposição de carrancas do Rio Sao Francisco.
O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS — D. Executiva-Substituta
DECIDE:
Por unanimidade,
Aprovar o orçamento proposta para a exposição "Carrancas do Rio Sao Francisco", no valor de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), discriminadas aos fls. 12 do processo.

PRESIDENTE: WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
CONSELHEIRO: JOSE PEREIRA LIRA
CONSELHEIRO: IVAN LUZ
CONSELHEIRO: FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
CONSELHEIRO: EDSON NERY DA FONSECA
CONSELHEIRO: ALOYSIO MAGALHAES
DIRETOR EXECUTIVO: RUY PEREIRA DA SILVA

288ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DECISÃO 288/75
PROCESSO Nº. 01860/75 — FCDF
EM, 26 de setembro de 1975
ASSUNTO WALTER A. MELLO, Assessor — Propõe realizaçao de uma exposiçao de "Roberto Burle Marx".
O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS — D. Executiva-Substituta
DECIDE:
Por unanimidade,
Suplementar o orçamento da exposição de ROBERTO BURLE MARX em Cr$ 458,36 (quatrocentos e cinqüenta e oito cruzeiros e trinta e seis centavos) e autorizar o remanejamento solicitado, de acordo com as informações de fls. 15v do processo.
PRESIDENTE: WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
CONSELHEIRO: JOSE PEREIRA LIRA
CONSELHEIRO: IVAN LUZ
CONSELHEIRO: FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
CONSELHEIRO: EDSON NERY DA FONSECA
CONSELHEIRO: ALOYSIO MAGALHAES
DIRETOR EXECUTIVO: RUY PEREIRA DA SILVA

288ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DECISÃO 289/75
PROCESSO Nº. 01958/75 — FCDF
EM, 26 de setembro de 1975
ASSUNTO PAULO GALANTE — Assessor — Sugere transferência de saldo de dotaçao de Ballet para Música.
O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, Da. DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS — Diretor Executivo
DECIDE:
Por unanimidade,
Retificar os termos da Decisão nº. 276/75, de 17/09/75, deste Colegiado que passa ter a seguinte redaçao: "conceder uma ajuda financeira ao grupo GEMunB para realização de 02 (dois) recitais, de acordo com as informações constantes do processo.
PRESIDENTE: WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
CONSELHEIRO: JOSE PEREIRA LIRA
CONSELHEIRO: IVAN LUZ
CONSELHEIRO: FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
CONSELHEIRO: EDSON NERY DA FONSECA
CONSELHEIRO: ALOYSIO MAGALHAES
DIRETOR: EXECUTIVO: RUY PEREIRA DA SILVA

288ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DECISÃO 290/75
PROCESSO Nº. 02072/75 — FCDF
EM, 26 de setembro de 1975
ASSUNTO AURORA VASCONCELOS SOBRAL — Solicita copatrocínio para realizar uma Exposição de Jóias.
O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, Da. DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS — Diretor Executivo
DECIDE:
Por unanimidade,
Referendar o ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO que, "ad referendum" deste Colegiado, autorizou a colaboração desta Entidade na realização de uma exposição dos trabalhos da artista AURORA VASCONCELOS SOBRAL, no hall do Torre Palace Hotel, no período de 1º. a 10 de outubro do corrente ano, com despesas em até Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), discriminadas aos fls. 02 do processo.
PRESIDENTE: WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
CONSELHEIRO: JOSE PEREIRA LIRA
CONSELHEIRO: IVAN LUZ
CONSELHEIRO: FRANCISCO DE ASSIS GRIECO

CONSELHEIRO: EDSON NERY DA FONSECA

CONSELHEIRO: ALOYSIO MAGALHAES

DIRETOR EXECUTIVO: RUY PEREIRA DA SILVA

288ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DECISÃO 291/75

PROCESSO Nº. 01409/75 FCDF
EM, 26 de setembro de 1975
ASSUNTO ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL - Solicita colaboração para realizar uma Exposição do Artista Plastico "GILBERTO LYRIO MELLO"

O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, Dr. DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS - Diretor Executivo

DECIDE:

Por unanimidade,
Referendar o ato do Excelentissimo Senhor Presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO que, "ad referendum" deste Colegiado, autorizou a colaboração desta Entidade à Associaçao de Ensino Unificado do Distrito Federal, para realização de uma exposiçao do artista GILBERTO LYRIO MELLO, com despesas em até Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), discriminadas aos fls. 03 do processo.

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, Presidente; JOSÉ PEREIRA LIRA, Conselheiro; IVAN LUZ, Conselheiro; FRANCISCO DE ASSIS GRIECO, Conselheiro; EDSON NERY DA FONSECA, Conselheiro; ALOYSIO MAGALHAES, Concelheiro; RUY PEREIRA DA SILVA, Diretor Executivo.

LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Treze volumes contendo decretos de 1960 a 1973

Para assinatura

dirigir-se à Procuradoria Geral -

4a. Subprocuradoria Geral -

Edifício Brasília, 8º andar - D.F. - 70.000.

Informações: Divisão de Legislação e Assuntos da Administração Indireta

Tel. 23-5047

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Processo N°: 062165/75
Interessado: Carlos Alberto M. Silva
Assunto: Carta de Habite-se - QL 5/9, n° 16 HI/Sul
Despacho: Defiro

Processo N°: 053367/75
Interessado: Adonides Mendes
Assunto: Carta de Habite-se - QI B/1, n° 4, HI/Sul
Despacho: Defiro

Processo N°: 058565/75
Interessado Mauro de Alencar Pecury
Assunto: Carta de Habite-se - Q.706/7, bo. 3. SCR/Norte
Despacho: Defiro

Processo N°: 057291/75
Interessado: Rinaldo Barreto Mayer (Habite-se)
Assunto: Aprovação de Projeto - QI 5/2 n° 8, HI/Sul
Despacho: Defiro

Processo N°: 063953/75
Interessado: Ney Carneiro
Assunto: Carta de Habite-se QI 1/13, n° 3, HI/Sul,
Despacho: Defiro

Processo N°: 061381/75
Interessado: Paulo Roberto Almeida Borges Leal
Assunto: Carta de Habite-se - QI 5/17, n° 15, HI/Sul
Despacho: Defiro

Processo N°: 065036/75
Interessado: Euripedes Silveira
Assunto: Aprovaçao de Projeto QI 3/4 N° 16 HI/Sul
Despacho: Exigência

Processo N°: 065168/75
Interessado: Sociedade de Habitação de Interesse Social Ltda
Assunto: Alvará de Construção SQ.416 Bl. "P" HC/Norte
Despacho: Defiro

Processo N°: 063079/75
Interessado: José Afonso Ottoni Candido
Assunto: Carta de Habite-se Q.315 Bl. "B" N° 13 CL/Sul
Despacho: Defiro

Processo N°: 063152/75
Interessado: Maria Luiza Centeno Braun
Assunto: Carta de Habite-se QL 2/1 N° 14 HI/NORTE
Despacho: Defiro

Processo N°: 062021/75
Interessado: ENCOL S/A Engenharia Comercio e Industria
Assunto: Carta de Habite-se Q.202 Projeçao 6 HC/Norte
Despacho: Defiro

Processo N°: 064552/75
Interessado: Ministério da Saúde
Assunto: Alvara de Construção Projeção 11 Bl. "G" E.M
Despacho: Defiro

Processo N°: 065021/75
Interessado: Silva e Ribas Ltda
Assunto: Aprovação de Toldo Q. 408 Bl. "D" N° 19 CL/Sul
Despacho: Exigência

Processo N°: 061977/75
Interessado: José Alves da Cunha
Assunto: Aprovação de Projeto Q.311 Bl. "A" N° 1 CL/Sul
Despacho: Exigência

Processo N°: 064373/75
Interessado: José Diniz Lara
Assunto: Aprovaçao de Projeto Trecho 3 N°. 27 MLI/NORTE
Despacho: Exigencia

Processo N°: 064585/75
Interessado: Alvara de Construção Q. 712 Bl. "J" N° 39HCG/-norte
Despacho: Defiro

Processo N°, 063691/75
Interessado: Madeireira Central ltda
Assunto: Alvará de Construção Q.1. N° 441 IA/SUL
Despacho: Defiro

Processo N°: 065018/75
Interessado: Sociedade de Habitação de Interesse Social Ltda
Assunto : Alvará de Construção SQ. 416 Bl. "J" HC/Norte
Despacho: Defiro

Processo N°: 064119/75
Interessado: COTRIL COM. DE TRATORES E IMPLEMENTOS LTDA
Assunto: Aprovação de Projeto Trecho 11 SGTC/SUL
Despacho: Aprovo

Processso N°: 065031/75
Interessado: Zadi Paranyba Duarte
Assunto: Aprovação d Projeto Q.509 N° 04 MSPW/SUL
Despacho: Exigência

Processo N°: 065160/75
Interessado: Colégio Cor Jesu
Assunto: Aprovação de Projeto Q.615 N°s. 104 a 111 GA/SUL
Despacho: Exigência

Processo N°: 065191/75
Interessado: Isabela'S
Assunto: Letreiro Luminoso Q.103 Bl. "A" N° 15 CL/SUL
Despacho: Exigência

Processo N°: 062329/75
Interessado: Centro Radiológico de Brasília Ltda
Assunto: Carta de Habite-se Q.716 Bl. "A" HL/SUL
Despacho: Defiro

Processo N°: 064692/75
Interessado: Vicente Leopoldo Garcia e Garcia
Assunto: Aprovação de Projeto QI. 5/2 N° 12 HI/Sul
Despacho: Aprovo
De Ordem, encaminhe-se para publicação
Brasília, 04/09/75
SEÇÃO DE EXPEDIENTE
DLFO—SVO—GDF
GERSON FILIU

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA NONGENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRA DO DISTRITO FEDERAL, ENGENHEIRO SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos quinze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 938a. reunião do Conselho de Administração. sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal; Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVAO, com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, RENOR SANT'ANNA, INACIO DE LIMA FERREIRA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, e JOSÉ DE LOURDES BRANDAO, Membro Suplente do Conselho. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Ausentes, com as falhas devidamente justificadas, os Conselheiros FRANCISCO FONTES HUPSEL e ROBERTO QUEIROZ COBRA. Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, o Senhor Presidente, dando inicio ao exame dos processos constantes da pauta concedeu a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA, que relatou este processo: 01) N°. 18.410/75, referente à dispensa de licitação para execução das obras necessárias ao CARROSSEL HIPICO, para comemoração do dia do soldado, junto à Torre de Televisão e do dia da Pátria. 07 de setembro. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, RESOLVE: a)- dispensar a licitação, nos termos do art. 3°., letra "h", Resolução n°. 075/75—CA, dada a urgência para execução das obras; b) autorizar à NOVACAP a adjudicar a uma firma a execução das referidas obras; c) que os preços deverão ser aprovados pela Divisão Técnica/DE, desde que haja recursos para. tal; d) que o processo deverá retornar á apreciação deste Conselho". Em prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro INACIO DE LIMA FERRIERA, que relatou os processos a seguir relacionados: 02) N°. 13.709/75, referente à Concorrência N°. 004/75- CPL, para construção total, sob o regime de empreitada por preço global, de 03 prédios destinados à administração, oficinas e auditório para o DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Concorrência N°. 004/75— CPL, e autoriza a contratação da firma ESTACON ESTACAS SANEAMENTO E CONSTRUÇOES S/A, para construção total, sob o regime de empreitada por preço global, de 03 (TRES) prédios destinados à administração, oficinas e auditório, para o DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, pelo valor deCr$62.912.478,42SESSENTA E DOIS MILHOES, NOVECENTOS E DOZE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E OITO CURZEIROS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS), e prazo de 720 (SETECENTOS E VINTE) dias, contado da data de expedição da Ordem de Serviço, para conclusão dos serviços, ficando o Edital e a proposta como partes integrantes do Contrato." 03) — N°. 17.374/75, em que a firma COENCISA COMPANHIA DE ENGENHARIA CIVIL, solicita liberação de faturas. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, dispensa em caráter excepcional a firma COENCISA de apresentar o Alvará de Construção, para o efeito de liberação de suas faturas. "A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro JOSÉ DE LOURDES BRANDAO, que relatou o seguinte processo: 04) N°. 18.342/75, referente ao termo de renovação do Convênio firmado em 15—09—72, entre o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA e do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do Edifício Sede do Departamento de Imprensa Nacional Nesta Capital. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um termo de renovação do Convênio firmado em 15 de setembro de 1972, entre o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a intervenciência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA e do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construcão do Edifício Sede do Departamento de Imprensa Nacional, nesta Capital, visando suplementar o valor do Convênio em mais Cr$ 79.000.000,00 (SETENTA E NOVE MILHOES DE CRUZEIROS) e prorrogar o prazo de sua execução até 31 de dezembro de 1977, na forma da minuta de fls. 16 e 17//. Em seguida, o Senhor Presidente, concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou os seguintes processos: 05) N°. 16.099/71 e anexos 77.141/70, 16.100/71 e 48.355/69, que cuida de restituição à NOVACAP de importância paga a maior à firma ELEVADORES SUR S/A, referente a reajustamento de preços dos serviços de fornecimento e montagem de elevadores em prédios de apartamentos do EMFA, na SQS 112- Contrato : n°. 094/67 e Termo de Aditamento n°. 395/67. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator, resolve determinar seja efetuado um levantamento para o fim de se fixar o montante da importância a ser restituída ao EMFA, e reembolsada à NOVACAP. Após o Senhor Diretor Superintendente , se for o caso, determinará as providências cabiveis, de acordo com o item 02 do voto do Relator. "06) N°. 02.751/73, referente à escrituração das multas aplicadas a firmas empreiteiras e fornecedoras correspondentes a contratos firmados por força de Con ênios. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a exposição feita pelo Senhor Diretor Superintendente da NOVACAP, constante às fls. 23 do processo n°. 2.751/73, autoriza a reversão aos órgãos convenentes das multas contratuais aplicadas às subempreiteiras de obras com a NOVACAP. "Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, NOEMIA CELLES SEIFERT, Secretária substituta, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, RENOR SANT'ANNA, INACIO DE LIMA FERREIRA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, JOSÉ DE LOURDES BRANDAO, DARIO DÉLIO CARDOSO, NOEMIA CELLES SEIFERT (Secretária substituta).

ATA da nongentésima quadragésima terceira reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada em caráter extraordinário, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se extraordinariamente, a 943ª. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, ROBERTO QUEIROZ COBRA, FRANCISCO FONTES HUPSEL, RENOR SANT'ANNA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO e INÁCIO DE LIMA FERREIRA. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Aberta a sessao, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente, dando início ao exame dos assuntos constantes da pauta, concedeu à palavra ao Conselheiro ROBERTO QUEIROZ COBRA, que relatou este processo: 01) - Nº. 14.732/75 e anexos, referente as alterações de especificações em troca de serviços e consequente alteração do valor contratual, de interesse da firma SENAP Engenharia e Comércio Ltda. - Obra do MINISTÉRIO DA SAUDE. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, face ao exposto e com base no resumo elaborado pelos elementos da NOVACAP, RESOLVE: 1) - autorizar as modificações constantes da planilha resumo, fls. 138 e 139 com o correspondente débito ao contrato da SENAP no valor de Cr$ 484.048,91, bem como o início imediato dos mesmos; 2) - que face a pendência dos itens Ar Condicionado, Coifa e Fogao e Reforço da Lage, este depois seja aumentado até a solução final pelas seguintes parcelas: 2.1)-Ar condicionado-Cr$ 331.829,75 2.2)-Coifa-Cr$ 19.800.00; 2.3)-Fogão-Cr$ 7.200,00-1º subtotal: Cr$ 358.829,75 - BDI de 25% - Cr$ 89.707,44 - 2º. subtotal: Cr$ 448.537,19; 2.4) - Reforço da Laje já com BDI de 25% - Cr$ 27.301,25 - Total do Item: Cr$ 475.838,44. Totalizam o débito final do Contrato a soma dos débitos dos Ítens 1 e 2, ou seja: Cr$ 484.048,91 mais 475.838,44 igual Cr$ 958.887,35; 3) - que o processo retorne à DE para continuidade de seus estudos referentes aos serviços do item 2 supra; 4) - que este débito, no valor de Cr$ 958.887,35, à firma SENAP, após determinação e concordância de valores entre as partes, seja utilizado para execução destes itens pendentes e de outros decorrentes de alterações que se fizerem necessárias ou forem solicitados pelo Ministério, sem contudo ultrapassar o valor do Contrato inicial". Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL, que relatou o seguinte processo: 02) - Nº. 19.294/75 e anexos, em que a DIRETORIA ADMINISTRATIVA apresenta sugestões para a venda, através de leilão, de materiais considerados inservíveis à NOVACAP. A decisão prolatada foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta dos presentes processos, autoriza a alienação dos materiais considerados inservíveis, antieconômicos e ociosos à NOVACAP na forma de leilão, em caráter experimental, devendo a Diretoria Administrativa adotar as providências cabíveis e legais, objetivando a concretização da venda desses materiais". Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA que relatou este processo: 03)- Nº 17.684,75, concernente ao Termo de Convênio a ser firmado entre a CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, dos serviços de urbanização das QI-7/13 e QI-7/14 - SHI/Sul, em Brasília/DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um termo de Convênio entre a CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, dos serviços de urbanização das QI-7/13 e QI-7/14 - SHI/Sul, em Brasília, Distrito Federal, dando-se ao mesmo o valor de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) e prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, na forma da minuta de fls. 32 a 35". Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou o seguinte processo: 04) - Nº. 15.079/75, referente à TOMADA DE PREÇOS nº. 071/75-CPL, para construção total, por administração contratada da Tribuna de Honra, Bilheterias, Muro Externo, Alambrado e complementação do Trecho de Arquibancada e Vestiário para o ESTÁDIO DE TAGUATINGA, situado no Centro Esportivo de Taguatinga, em Brasília, DF. A decisão aprovada foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator, re-ratifica sua decisão proferida na 940ª. sessão, realizada em 22.08.75, para o fim de alterar o valor do Contrato a ser firmado com a firma SANTA BÁRBARA ENGENHARIA S/A, de Cr$ 2.000.000,00 para Cr$ 1.141.419,60 (hum milhão, cento e quarenta e hum mil, quatrocentos e dezenove cruzeiros e sessenta centavos), autorizando ainda o aditamento ao Contrato até o valor estimado de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) tão logo a Administração Regional de Taguatinga efetue a transferência dos recursos". Quanto aos processos nº.s 10.448/75 e 12.197/75 foram baixados em diligência pelo Relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu ROSEANA MACIEIRA DE ARAUJO COSTA, Secretária, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO; JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES; ROBERTO QUEIROZ COBRA; FRANCISCO FONTES HUPSEL; RENOR SANT'ANNA; FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO; INÁCIO DE LIMA FERREIRA; DARIO DÉLIO CARDOSO, Consultor Jurídico; ROSEANA MACIEIRA DE ARAUJO COSTA, Secretária

DIRETORIA DA NOVACAP

ATA DA MILÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada em caráter extraordinário.

Aos quinze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se extraordinariamente a 1.069ª. reunião da Diretoria da NOVACAP, sob a Presidência do Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores JOÃO MANCINI; ROBERTO DE OLIVEIRA, MAURO DE ALENCAR FECURY e EMMANUEL PEDROSA FILHO. Estiveram também presentes a reunião, o Senhor Consultor Jurídico da Superintendência, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Dando início à reunião foram relatados os seguintes processos 01) - Nº 18.342/73 - Termo de renovação do convênio firmado em 15-09-72, entre o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA e do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do Edifício Sede do Departamento de Imprensa Nacional, nesta Capital. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator, autoriza a efetivação de um termo de renovação de convênio firmado em 15 de setembro de 1972, entre o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA e do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, regulando a administração pela NOVACAP das obras de construção do Edifício Sede do Departamento de Imprensa Nacional, esta capital, visando a suplementar o valor do convênio em mais Cr$ 79.000.000,00 (setenta e nove milhões de cruzeiros) e prorrogar o prazo de sua execução até 31 de dezembro de 1977, na forma da minuta de fls. 16 e 17, ouvido o Egrégio Conselho de Administração. "Relator Diretor Superintendente JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. 02) - Nº. 02.751/73. Escrituração das multas aplicadas a firmas empreiteira e fornecedoras correspondentes a contratos firmados por força de convênios. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator, encaminha a matéria à superior decisão do Egrégio Conselho de Administração. "Relator: Diretor Superintendente JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. 03) Nº. 12.981/75- ELIOMAR ALVES DE ALENCAR e ADÃO ANDRADE DE SOUZA encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 11.618,00 (onze mil, seiscentos e dezoito cruzeiros). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por ELIOMAR ALVES DE ALENCAR e ADÃO ANDRADE DE SOUZA, relativa ao adiantamento concedido para compra de passes autorizados através do processo nº. 07.919/75, no valor de Cr$ 11.618,00 (onze mil, seiscentos e dezoito cruzeiros); que deverá ser creditado em conta. "Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 04) - Nº. 23.981/74 - BOLIVAR DE OLIVEIRA - encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 3.373,64 (três mil, trezentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e quatro centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por BOLIVAR DE OLIVEIRA, referente a despesas - com diárias, e passagens de ida e volta a São Paulo, concedido através do processo nº. 14.422/74 e APPD nº. 022/GS, no valor de Cr$ 3.373,64 (três mil. trezentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e quatro centavos). Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 05) 13.960/75 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NÓBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 11.956,32 (onze mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros e trinta e dois centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, APROVA a prestação de contas apresentada por CARLOS VIEIRA e MURILO AVELINO DA NÓBREGA, relativa a despesas realizadas com diversas aquisições de materiais, por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº. 07.593/71, no valor de Cr$ 11.956,32 (onze mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros e trinta e dois centavos). "Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 06) - Nº 01.670/75 - IANDIR VIEIRA DA SILVA - encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros). DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos aprova a prestação de contas apresentada por IANDIR VIEIRA DA SILVA, referente a adiantamento para cobrir despesas - com diárias, durante a viagem que o mesmo realizou à cidade do Rio de Janeiro através do processo nº. 31.580/74, no valor de Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) que deverá ser créditados em conta "Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 07) - Nº. 04.750/75 - MOACIR LASNEAUX — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 2.392,80 (dois mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros e oitenta centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por MOACIR LASNEAUX, referente a adiantamento concedido para aquisição de passagens a São Paulo através do processo nº. 20.551/74, no valor de Cr$ 2.392,80 (dois mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros, e oitenta centavos), que deverá ser creditado em conta. "Relator: Diretor JOÃO MANCINI. - 08) - Nº. 12.932/75 ELIOMAR ALVES DE ALENCAR e ADÃO ANDRADE DE SOUZA encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 11.618,00 (onze mil, seiscentos e dezoito cruzeiros). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova, a prestação de contas apresentada por ELIOMAR ALVES DE ALENCAR e ADÃO ANDRADE DE SOUZA, referente ao adiantamento concedido para compra de passes autorizados através do processo nº. 06.295/75, no valor de Cr$ 11.618,00 (onze mil, seicentos e dezoito cruzeiros), que deverá ser creditado em conta." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 09) - Nº 15.571/75 - JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 3.067 ,20 (três mil, sessenta e sete cruzeiros e vinte centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, e de acordo com o que consta dos autos, APROVA a prestação de contas apresentada por JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, referente a Adiantamento de Diárias concedido. Através das APPD nºs 72-80 e 84/GS, no valor de Cr$ 3.067,20 (três mil, sessenta e sete cruzeiros e vinte centavos). Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 10)- Nº 14.185/75 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NÓBREGA encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 10.528,46 (dez mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros e quarenta e seis centavos). DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator e de Acordo com o que consta dos autos, APROVA a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NÓBREGA, relativa à despesas realizadas com diversas aquisições de materiais, por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/75, no valor de Cr$ 10.528,46 (dez mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros e quarenta e seis centavos). Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 11) - Nº 04.751/75 GERALDO MENDES VIEIRA - encaminha pretaçao de contas no valor de Cr$ 2.166,72 (dois mil, cento e sessenta e seis cruzeiros e setenta e dois centavos). DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, APROVA a prestação de contas apresentada por GERALDO MENDES VIEIRA, relativa a Diarias, concedida através do processo nº 20.551 e APPD Nº 037/GS, por conta do Suprimento Rotativo, no valor de Cr$ 2.166,72 (dois mil, cento e sessenta e seis cruzerios e setenta e dois centavos). "Relator: Diretor JOÃO MANCINI 12)-Nº 16.405/75 Divisão do Patrimônio, solicita aquisição de Shampoo para lavagem de viatura e Detergente para lavagem de Chassis. DECISÃO: A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 248/75 e autoriza dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma DIVERSEY WILMINGTON S/A - PROD. QUIMICOS, pelo valo global de Cr$ 14.731,20 (quatorze mil, setecentos, e trinta e um cruzeiros e vinte centavos) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 15 do presente processo. "Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 13) - Nº 17.247/75 - Divisão do Patrimônio, solicita aquisição de 10 Tb. de óleo texamatic. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o convite nº 258/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma TEXACO S/A, pelo valor global de Cr$ 13.668,00 (treze mil, seiscentos e sessenta e oito cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 13/14 do presente processo. "Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 14) - Nº 11.170/75 - Departamento de Manutençao, solicita aquisiçao de peças para veículos. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo nº 11.170/75, RESOLVE: Homologar o Convite realizado, autorizando a emissão de Nota de Empenho, por estimativa, a favor da firma BRASILIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S/A - BRASAL, no valor de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para fornecimento parcelado conforme necessidade do Departamento de Manutençao, de peças e acessórios da linha Volkswagen". Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 15) - Nº 13.709/75 -

DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Concorrência nº 004/75-CPL, para construçao total, sob o regime de empreitada por preço global, de 03 prédios destinados a administraçao, oficinas e auditório, para o Departamento de IMPRENSA NACIONAL. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator, encaminha o processo ao Egregio Conselho de Administração, solicitando seja homologada a Concorrência nº 004/75 CLP e autorizada a contratação da firma ESTACON-ESTACAS SENEAMENTO E CONSTRUÇÕES S/A , para construçao total, sob o regime de empreitada por preço global, de 3 (três) prédios destinados a administração, oficinas e auditório, para o Departamento de Imprensa Nacional, pelo valor de Cr$ 62.912.478,42 (sessenta e dois milhões, novecentos e doze mil, quatrocentos e setenta e oito cruzeiros e quarenta e dois centavos), e prazo de 720 (setecentos e vinte) dias, contados da data da expedição da Ordem de Serviço, para conclusão dos serviços, ficando o Edital e a proposta como parte integrante do contrato". Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 16) - Nº 01.228/75 TECNICS-COM E INDUSTRIA LTDA - pagamento de serviços e reparos na fonte luminosa, situada na Praça do Buriti. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista do que consta do processo, encaminha o mesmo ao Egregio Conselho de Administração, opinando pela aprovação do pagamento de serviços e reparos na fonte luminosa, situada na Praça do Buriti. "Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 17) - Nº 18.410/75 Dispensa de licitação para execução das obras necessarias ao Carrossel Hípico, para comemoração do dia do Soldado, junto à Torre de Televisão e Parada de 07 de setembro. DECISÃO: "A DIRETORIA, com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, OPINANDO: a) - pela dispensa de licitação nos termos do art. 3º, letra "H", Resolução nº 75/75-CA., dada a urgência para execuçao das obras; b) - seja permitida a NOVACAP adjudicar a uma firma a execução das referidas obras; c) - estes preços deverao ser aprovados pela Divisao Tecnica/D.E." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 18) - Nº 32.022/72 - CONSTRUTORA BETER S/A - solicita revelação de multa aplicada por atraso na obra do Bloco "B" do Palacio do Buriti. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo, reconsidera a multa aplicada à CONSTRUTORA BETER S/A, na importância de Cr$ 50.392,00 (cinquenta mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros) pelo atraso no fornecimento e colocaçao de esquadrias metalicas na obra do Bloco "B" do Palácio do Buriti". Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 19) - Nº 17.374/75 DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - COENCISA COMPANHIA DE ENGENHARIA CIVIL - liberação de faturas. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, DECIDE encaminhar o presente ao Egregio Conselho de Administração, opinando seja a firma COENCISA, dispensada de apresentar o Alvará para liberaçao de suas faturas". Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 20) - Nº 16.139/75 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Convite nº 236/75 - CPLM, para aquisiçao de diversos materiais, destinados a obra 1.212 Garagem do Ministério da Fazenda. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, em conformidade com a Resolução nº 075/75-CA, homologa o convite nº 236/75-CPLM, aprovando as propostas declaradas vencedoras, para o fornecimento de diversos materiais conforme especificações do PA., nº 178/75, destinados a obra 1.212 - Garagem do Ministério da Fazenda, pelo valor total de Cr$ 8.411,60 (oito mil, quatrocentos e onze cruzerios e sessenta centavos), conforme distribuição abaixo: MAREISA S/A COMÉRCIO E INDUSTRIA-Iens, 01, 04, 05, 09 e 10 Cr$ 6.998,20 - MADEIREIRA CEDRO LTDA - Itens 02, 03, 11 e 12 Cr$ 1.427,40-Com o prazo de entrega imediata, de acordo com as normas vigentes na NOVACAP. Emita-se Notas de Empenho nos valores correspondentes a cada uma das firmas. "Relator — Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 21) - Nº 16.813/75 — DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES — Convite nº 252/75-CPLM, para aquisição de 33u. de Mangueira para incêndio, de nylon, revestida internamente com borracha, com 30m cada, 1.1/2" completas com bico e adaptadores (engates rápidos), destinadas a obra 1.302 — Reforma do M.I.C. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, com conformidade com a Resoluçao nº 075/75-CA, homologa o convite nº 252/75-CPLM; aprovando a proposta da firma CASA PLANETA DE BRASILIA S/A, para o fornecimento de 33u. de mangueira para incêndio, de nylon, revestida internamente com borracha com 30m cada, 1.1/2 , completas com bico e adaptadores (engates rapidos), destinadas a obra 1.302 — Reforma do M.I.C., pelo valor total de Cr$ 32.307,00 (trinta e dois mil, trezentos e sete cruzeiros), com prazo de entrega de 20 a 40 dias, e de acordo com as normas vigentes da Novacap - Emita-se Nota de Empenho. "Relator — Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 22) — nº 15.985/75 — Convite nº 246/75-CPLM, realizado em 30 de julho de 1975, para aquisição de materiais de laboratório, destinados à Divisão de Tecnologia-DeU. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, HOMOLOGA o Convite nº 246/75-CPLM, para a aquisição de materiais de laboratório, no valor global de Cr$ 23.224,84 (vinte e tres mil, duzentos e vinte e quatro cruzeiros e oitenta e quatro centavos), às firmas OCM-Organização Carvalho de Moraes e Plantel S/A. únicas participantes, que propuseram os menores preços. A entrega dos materiais deverá ser feita no prazo de 20/30 (vinte a trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho pelas firmas interessadas. "RELATOR: Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY. 23) - Nº 14.709/75 — Dispensa de multa, por atraso na entrega de "tutores" de madeira. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista a informação do DPJ de que o atraso no fornecimento dos "tutores" de madeira, nao prejudicou a programação dos trabalhos de arborização, RATIFICA o parecer do Serviço Jurídico, pela dispensa das multas aplicadas ao senhor VICENTE PINTO DE SOUZA, no valor global de Cr$ 4.117,28 (quatro mil, cento e dezessete cruzeiros e vinte e oito centavos), através dos processos nºs 05.793/75, 08.392/75, e 09.645/75. "RELATOR: Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY. 24) — Nº 13.711/75 — Carta Convite nº 058/75- CPL, para fornecimento e plantio de grama em areas da Asa Norte. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, HOMOLOGA a Carta Convite nº 058/75-CPL, com alteração do local dos serviços da ACADEMIA DE TENIS DE BRASILIA, para a Asa Norte, e tendo em vista o parecer técnico do DPJ e o critério estabelecido pela CPL, ítem 4.1 da Carta Convite, AUTORIZA a contrataçao da firma T.W. LACERDA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM, para execução dos serviços propostos. O Contrato tera o valor de Cr$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos cruzeiros), podendo oscilar em 10% (dez por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual, com 135 (centro e trinta e cinco) dias de prazo para conclusao, contado da data da expedição da Ordem de Serviço. "RELATOR: Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY. 25) — Nº 11.227/75 — Anulação da Carta Convite nº 046/75-CPL. DESIÇÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, ANULA a carta Convite nº 046/75-CPL, por conveniencia administrativo, tendo em vista o inciso no ítem 12.2, Capítulo 11 da Carta Convite". RELATOR: Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reúnião, da qual, para constar, eu ROSEANA MACIEIRA DE ARAUJO COSTA, secretaria, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos senhores Diretores presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES - Diretor Superintendente. MAURO DE ALENCAR FECURY- Diretor de Urbanização. JOÃO MANCINI. Diretor Financeiro. EMMANUEL PEDROSA FILHO - Diretor de Edificações. ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ - Diretor Administrativo - DARIO DÉLIO CARDOSO - Consultor Jurídico. ROSEANA MACEIERA DE ARAUJO COSTA — Secretária.

ATA DA MILESIMA SETUAGESIMA SEGUNDA REUNIAO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se a 1.072ª. reuniao da Diretoria da NOVACAP, sob a Presidencia do Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores JOAO MANCINI, ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ e EMMANUEL PEDROSA FILHO. Estiveram tambem presentes a reunião, o Senhor Consultor Jurídico DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a falta devidamente justificada, o Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY. Dando início à reuniao foram relatados os seguintes processos: 01) — Nº. 19.109/75 - Diretoria Administrativa, apresenta sugestões quanto à decoração e aquisição de mobiliario destinado às Residências Funcionais. DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo nº. 19.109/75, encaminha o assunto à consideração do Egregio Conselho de Administração, opinando: seja fixado o limite de gastos, por unidade, para a decoraçao e aquisição dos mobiliarios para as Residências Funcionais em Cr$ 35.833,33 (trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e três cruzeiros e trinta e três centavos), obedecendo o seguinte esquema para aquisição dos mobiliarios: DOTAÇAO — 4.1.3.03 — Nessa rubrica poderão ser adquiridos, geladeiras, televisores e maquinas de lavar roupa VALOR DISPONIVEL — Cr$ 12.500,00 — DOTAÇAO — 4.1.4.03 — Nessa rubrica poderão ser adquiridos, Móveis de Quarto, salas de Estar e Jantar VALOR DISPONIVEL Cr$ 21.666,66 — DOTAÇAO — 3.1.2.12 Nessa rubrica poderão ser adquiridos, colchões, cobertores e travesseiros VALOR DISPONIVEL Cr$ 1.666,67 total Cr$ 35.833,33. As aquisições deverão ser procedidas, mediante consulta, a pelo menos 3 (três) firmas especializadas no ramo, para fornecimento dos mobiliarios necessarios, anteriormente mencionados, dentro dos recursos existentes, obedecido o teto máximo de Cr$ 35.833,33 (trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e três cruzeiros e trinta e três centavos) por unidade residencial, na proporção de que cada casa seja concluida." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 02) — Nº. 19.079/75 — DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO solicita a aquisição de 04 (quatro) camionetas Volkswagen-Tipo PICK —UP e 03 (três) camionetas Volkswagen — Tipo KOMBI STANDARD. DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o constante do Processo nº. 19.079/75, encaminha o presente ao Egregio Conselho de Administração, opinando: a) — Pela dispensa de licitação nos termos do artigo 3º. letra "E", da Resoluçao nº. 75/75—CA; b) — Pela aquisiçao diretamente da VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A., de 04 (quatro) camionetas, Tipo PICK—UP e 03 (três) camionetas, tipo KOMBI STANDARD, conforme especificações às fls. 03/06, pelo valor global de Cr$ 233.230,40 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e trinta cruzeiros e quarenta centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela fabricante às fls. 03/06 do presente processo." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 03) — Nº. 16.517/75 — Gabinete da Superintendência, solicita aquisição de cortinas em tafetá da Camasmie, forrada em brim de primeira qualidade, com gravatas e argolas, para as Residências Funcionais nºs. 10, 11, 12 e 13. DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator, Homologa o Convite nº. 260/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma TAPEÇARIA PLANALTO LTDA., pelo valor global de Cr$ 32.058,00 (trinta e dois mil, cinquenta e oito cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 16 do presente processo." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 04) — Nº.16.156/75 — Departamento de Manutenção solicita aquisição de 200 chapas de compensado de Cedrinho de 1ª — 2,20 x 1,60 x 4 mm. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, Homologa o Convite nº. 266/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma MADEIREIRA CEDRO LTDA., pelo valor global de Cr$ 11.120,00 (onze mil, cento e vinte cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 16 do presente processo." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 05) — -Nº17.933/75- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO — SETRAN — propõe a criaçao do Emprego em Comissão simbolo EC-10, de "Encarregado do Pool de Transportes" a ser criado no Setor de Indústrias. DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator, aprova a criação do Emprego na TEC, símbolo EC-10, no valor de Cr$ 2.387,00 (dois mil, trezentos e oitenta e sete cruzeiros), para o Encarregado do "Pool de Transportes" no Setor de Indústria e Abastecimento. Ouça-se o Egrégio Conselho de Administração e apos, ao Excelentissimo Senhor Governador do Distrito Federal." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 06) — Nº. 18.434/75 — Divisão do Patrimônio, solicita aquisição de 50 kg. Eletrodos OK 46,00 de 2,50m/m, e outros. DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator, Homologa o Convite nº. 269 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com as firmas CASA PLANETA DE BRASILIA S/A e SERMAQ SERRAS E MAQUINAS LTDA. pelo valor global de Cr$ 3.485,00 (tres mil, quatrocentos e oitenta e cinco cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 12 e 14 do presente processo." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 07) — Nº. 16.992/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestaçao de contas no valor de Cr$ 7.329,03 (sete mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e três centavos). DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, Aprova a prestaçao de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, relativa a despesas realizadas com aquisiçao de materiais por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº. 07.593/75 no valor de Cr$ 7.329,03 (sete mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e três centavos)." Relator: Diretor JOAO MANCINI. 08) — Nº. 16.993/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA — encaminham prestaçao de contas no valor de Cr$ 11.291,00 (onze mil, duzentos e noventa e um cruzeiros). DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, Aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, relativa a despesas realizadas com aquisiçao de materiais por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº. 07.593/74 no valor de Cr$ 11.291,00 (onze mil, duzentos e noventa e um cruzeiros)." Relator: Diretor JOAO MANCINI. 09) — Nº. 14.056/75 RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTAO ROCHA MIRANDA — encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 336,00 (trezentos e trinta e seis cruzeiros). DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, Aprova a prestação de contas apresentadas por RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTAO ROCHA MIRANDA, relativa a despesas realizadas com aquisição de peças e de acessórios para veículos, destinadas ao Departamento de Manutenção da NOVACAP, por conta do Suprimento Rotativo concedido atraves do processo nº. 05.113/74, no valor de Cr$ 336,00 (trezentos e trinta e seis cruzeiros)." Relator: Diretor JOAO MANCINI. 10) — Nº. 15.742/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA — encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 11.285,20 (onze mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros e vinte centavos). DECISAO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, Aprova a prestaçao de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA relativa a despesas realizadas com diversas aquisições de materiais, por conta do Suprimento Rotativo concedido atraves do processo nº. 07.593/74, no valor de Cr$ 11.285,20 (onze mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros e vinte centavos)." Relator: Diretor JOAO MANCINI. Nada mais

havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu NOEMIA CELLES SEIFERT, Secretaria substituta, lavrei a presenta Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.
JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES — Diretor Superintendente; JOAO MANCINI — Diretor Financeiro; EMMANUEL PEDROSA FILHO — Diretor de Edificações; ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ — Diretor Administrativo; DARIO DELIO CARDOSO — Consultor Jurídico; NOEMIA CELLES SEIFERT - Secretária-Substituta.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Diretor

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 206 DE 25 DE SETEMBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº. 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 02739/75—DER—DF,

RESOLVE:
Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado JOAO DIAS CONCEIÇAO, Trabalhador, Nivel EP-01, matricula nº. 92.526, da Tabela de Empregos Permanentes—TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal—DER—DF, a partir de 25 de setembro de 1975.
Brasília, DF, 25 de setembro de 1975
Engº. ARTHUR COELHO DE MELLO
DIRETOR GERAL DO DER—DF.
EM EXERCICIO

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 208 DE 26 DE SETEMBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" nº. 465, de 10 de dezembro de 1965,

RESOLVE:
Designar, o servidor ASSIS COUTINHO, Mestre de Obras, Nivel EP-14, Matricula nº. 92.145, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER—DF, para substituir o Chefe do Setor de Conservaçao do 2º. DR., Símbolo EC-06, durante suas férias regulamentares no período de 20.10.75 à 18.11.75
Brasília, DF, 26 de setembro de 1975
Engº. NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER — DF.

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 209 DE 30 DE SETEMBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" nº. 465 de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 02775/75 — DER—DF,

RESOLVE:
Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO, Lubrificador, nivel EP-03, matrícula nº. 90051, da Tabela de Empregos Permanentes — TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal — DER—DF, a partir de 29 de setembro de 1975.
Brasília, DF, 30 de setembro de 1975
Engº. NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER—DF.

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 210 DE 30 DE SETEMBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "E" nº. 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 02783/75 — DER—DF.

RESOLVE:
Designar o servidor SEVERINO ANTONIO DE OLIVEIRA, Nivelador, Nível EP-07, Matricula nº. 91.267, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal — DER—DF, para substituir o Chefe do Setor de Topografia do 2º. DR., Símbolo EC-06, durante o impedimento do titular, JOAO RAFAEL VIDAL, que se encontra afastado do trabalho, para tratamento de saúde.
Brasília-DF, 30 de setembro de 1975
Engº. NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER — DF.

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 211 DE 01 DE OUTUBRO DE 1.975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº. 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 02796/75 — DER—DF,

RESOLVE:
Rescindir o contrato de trabalho com o empregado VALDOMIRO VIGILATO, Motorista, nível EP-07, matrícula nº. 91.969, da Tabela de Empregos Permanentes — TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal — DER—DF, a partir de 01 de outubro de 1.975.
Brasília, DF, 01 de outubro de 1975
Engº. NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER — DF.

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 212 DE 02 DE OUTUBRO DE 1.975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" nº. 465 de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 02829/75 — DER—DF,

RESOLVE:
Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado SALVADOR DE SOUSA OLIVEIRA, Trabalhador, nível EP-01, matrícula nº. 92.441, da Tabela de Empregos Permanentes — TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 01 de outubro de 1975.
Brasília, DF, 02 de outubro de 1975
Engº. NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER-DF

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 213 DE 02 DE OUTUBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" nº. 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 02808/75 — DER—DF,

RESOLVE:
Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado RAIMUNDO VICENTE DE OLIVEIRA, Trabalhador, Nível EP-01, matricula nº. 92.187, da Tabela de Empregos Permanentes — TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal — DER—DF, a partir de 01 de outubro de 1975.
Brasília, DF, 02 de outubro de 1975
Engº. NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER — DF.

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 214 DE 02 DE OUTUBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" nº. 465 de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 02807/75 — DER — DF,

RESOLVE:
Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado FRANCISCO ANTONIO PASSOS CARVALHO, Servente, Nível EP-03, matrícula nº. 92.499, da Tabela de Empregos Permanentes—TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do distrito Federal—DER—DF, a partir de 01 de outubro de 1975.
Brasília, DF, 02 de outubro de 1975
Engº. NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER — DF.

SERVIÇO DO PESSOAL
SALARIO-FAMILIA CONCEDIDO
INTERESSADO: Antônio Jose de Deus
MATRICULA Nº: 01.501
REQUERIMENTO: 122/75-DER-DF.
DESPACHO: Concedo Salário-Família, pelo dependente VILMAR TEIXEIRA DE DEUS, filho, nascido em 24 de abril de 1975. Autorizo o pagamento a partir de ABRIL de 1.975.
Brasília-DF, 03 de setembro de 1.975
RAIMUNDO BARBOSA DA COSTA
Chefe do Serviço do Pessoal

1º DISTRITO RODOVIÁRIO

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE JUNHO DE 1975
O ENGENHEIRO CHEFE DO 1º. DISTRITO RODOVIARIO, usando das atribuições que lhe confere a INSTRUÇAO DE SERVIÇO "P" nº. 094/68—DER/DF, de 11.07.68, baixada pelo Senhor Diretor Geral do DER/DF,

RESOLVE:
Aplicar a penalidade disciplinar de SUSPENSAO por 3 (três) dias, à partir de 25.06.75, ao servidor MESSIAS FREITAS SILVA, funçao Operador de Maquinas Pesadas, matrícula nº. 90.721-C, por falta grave em serviço.
Engº. Miguel Farah
Chefe do 1º. Distrito Rodoviario.
DER-DF

CONSELHO RODOVIARIO

ATA da 426a. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e cinco, no Edifício - Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte - Bloco "C"- Brasília-DF, PRESIDENCIA: Presidiu a reunião o Doutor Joir da Silva Martins Brasileiro, Chefe do Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, Substituto legal do Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras, Engº. Sizínio de Andrade Galvão, Presidente Nato deste Conselho. CONSELHEIROS PRESENTES: Aloysio de Carvalho Silva, Carlos Alberto Ribeiro de Brito, Geraldo Rodrigues dos Santos, Jethro Bello Torres, João Mata Pires, Joffre Mozart Parada e Nid Dutra d'Amorim, tendo como Secretário o servidor João Daniel de Souza Queiroz. ABERTURA DA SESSAO E LEITURA DA ATA: As onze horas, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. EXPEDIENTE: O Conselho tomou conhecimento das Atas da 737a. 738a. reuniões da Junta de Controle do DER—DF, bem como dos relatórios que as acompanhavam, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos. ORDEM DO DIA: 1) Processo Nº. 02279/75— referente à proposição da Assessoria de Programação do DER—DF, no sentido de ser incluída na programação de obras do corrente exercício, a recuperação da Estrada-Parque Indústria e Abastecimento— EPIA, no trecho compreendido entre o Balão do Torto e o Setor Militar Urbano.— Distribuído ao Conselheiro Jethro Bello Torres, para relatar. Após tomar ciência do processo, o Conselheiro designado Relator, solicitou ao Sr. Presidente fosse o mesmo baixado em diligência, a fim de serem anexadas cópias dos Orçamentos referentes aos serviços a serem executados na Estrada-Parque Indústria e Abastecimento—EPIA, no trecho acima citado. O Sr. Presidente determinou o atendimento à solicitação do Conselheiro Jethro Bello Torres, e tão logo procedida a anexação das cópias dos Orçamentos a que se refere a diligência, restitua-se o processo ao Relator, para emissão de seu parecer. 2) Processo Nº. 02366/75— referente à exposição de motivos da Assessoria de Programação, objetivando a alteração do Programa de Trabalho e Orçamento Sintético do DER—DF, para o corrente exercício.— Distribuído ao Conselheiro Aloysio de Carvalho Silva, para relatar. 3) Processo Nº. 02466/75— referente ao parecer conclusivo da Junta de Controle do DER—DF, nos Balancetes do mês de JULHO/75.— Distribuído ao Conselheiro João Mata Pires, para relatar. ASSUNTOS DIVERSOS: Foram discutidos assuntos técnico-administrativos de interesse do Departamento. ENCERRAMENTO: As doze horas, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Daniel de Souza Queiroz, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Conselheiros presentes.

JOIR DA SILVA MARTINS BRASILEIRO (PRESIDENTE), JOAO DANIEL DE SOUZA QUEIROZ (SECRETARIO), GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS (CONSELHEIROS), CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE BRITO (CONSELHEIRO), JETHRO BELLO TORRES (CONSELHEIRO), JOAO MATA PIRES (CONSELHEIRO), ALOYSIO DE CARVALHO SILVA (CONSELHEIRO), NID DUTRA D'AMORIM (CONSELHEIRO), JOFFRE MOZART PARADA (CONSELHEIRO).

Não permita que crianças brinquem com fogos de artifícios, fósforos, ou soltem balões. Essas brincadeiras, aprentemente inocentes, podem transformar-se em imprevistas catástrofes.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE 30 DE SETEMBRO DE 1975
O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:
Fazer cessar, a partir desta data, a Instruçao de 15.08.74, que concedeu à servidora MARIA JOSE NASCIMENTO, servente, matrícula 220, da Tabela de Empregos Permanentes, a Gratificação de Auxiliar de Gabinete II, da "Tabela de Gratificação de Representação por exercício em Gabinetes de Diretorias", desta Fundação.
Brasília, 30 de setembro de 1.975

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

Não fume em locais perigosos, especialmente onde haja inflamáveis, ou à hora de deitar-se. A ponta de cigarro não deve ser atirada a esmo.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DIVISÃO OPERACIONAL

Atos do Diretor

Interessado: JOÃO GONÇALVES BRAGA
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº 110/75 - DO: SUSPENDE por 02 (dois) dias, o empregado JOÃO GONÇALVES BRAGA, matrícula 73.468, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, pelos motivos contidos no O.I. nº. 142/75—DMC.

Interessado: WALDEMIR ARAUJO COSTA
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 111/75 — DO: SUSPENDE por 02 (dois) dias, o empregado WALDEMIR ARAUJO COSTA, matrícula 73.480, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, pelos motivos contidos no O.I. nº. 143/75-DMC.

Interessado: OLINTHO SILVÉRIO AFONSO
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 112/75 — DO: SUSPENDE por 03 (três) dias, o empregado OLINTHO SILVÉRIO AFONSO, matrícula 70.710, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, pelos motivos contidos no O.I. nº. 138/75 — DMC.

Interessado: JOÃO EVANGELISTA CHAVES
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 113/75 — DO: SUSPENDE por 03 (três) dias, o empregado JOÃO EVANGELISTA CHAVES, matrícula 72.671, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, pelos motivos contidos no O.I. nº. 138/75 — DMC.

Interessado: FRANCISCO DA SILVA NETO
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 114/75 — DO: SUSPENDE por 05 (cinco) dias, o empregado FRANCISCO DA SILVA NETO, matrícula 71.690, Vigia EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito de Limpeza de Sobradinho, pelos motivos contidos no O.I. nº. 0141/75 — DLS.

Interessado: FLORÊNCIO ANTONIO DOS SANTOS
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 115/75 — DO: ADVERTE pelas constantes faltas ao serviço, o empregado FLORÊNCIO ANTONIO DOS SANTOS, matrícula 73.291, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição, conforme consta do O.I. nº. 208/75 — DMV.

Interessado: FRANCISCO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 116/75 — DO: SUSPENDE por 01 (hum) dia, o empregado FRANCISCO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, matrícula 73.683, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição, pelos motivos contidos no O.I. nº. 213/75 — DMV.

Interessado: JOSÉ CARLOS MACHADO
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 117/75 — DO: SUSPENDE por 01 (hum) dia, o empregado JOSÉ CARLOS MACHADO, matrícula 73.706, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Varriçao, pelos motivos contidos no O.I. nº. 214/75 — DMV.

Interessado: ERCILIO GOMES DA SILVA
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 118/75 — DO: ADVERTE pelas constantes faltas ao serviço, o empregado ERCILIO GOMES DA SILVA, matrícula 73.857, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição, conforme consta do O.I. nº. 218/75 — DMV.

Interessado: FRANCISCO DIAS DOS SANTOS
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 119/75 — DO: ADVERTE pelas constantes faltas ao serviço, o empregado FRANCISCO DIAS DOS SANTOS, matrícula 73.925, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição, conforme consta do O.I. nº. 224/75 — DMV.

Interessado: GABRIEL BARROS NOGUEIRA
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 120/75 — DO: ADVERTE pelas constantes faltas ao serviço, o empregado GABRIEL BARROS NOGUEIRA, matrícula 73.947, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição conforme consta do O.I. nº. 225/75 — DMV.

Interessado: CARLOS GOMES NASCIMENTO
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 121/75 — DO: ADVERTE pelas constantes faltas ao serviço, o empregado CARLOS GOMES NASCIMENTO, matrícula 73.965, Gari EP.03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição, conforme consta do O.I. nº. 227/75 — DMV.

SÉRGIO ANTONIO GARCIA ALVES
Divisão Operacional
Diretor

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 05 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:
designar LEONIDIO FERREIRA DA SILVA, Agente Auxiliar de Polícia "B", matricula nº 30.217, para substituir o Chefe do Serviço de Administraçao, Símbolo FC-8, da Policia Civil do Distrito Federal, por motivo de licença médica a partir de 01 de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 05 de setembro de 1.975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública do DF

PORTARIA DE 05 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:
designar JOSE MARIA ALVES, Motorista Policial "A", matrícula nº 32.163, para substituir o Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-13, da Delegacia de Menores da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares a partir de 01 de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 05 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretario de Segurança Pública

PORTARIA DE 08 DE SETEMBRO DE 1975.
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, da Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965,

RESOLVE:
instaurar Processo Disciplinar, a ser promovido pela Comissão Permanente de Disciplina, para apurar faltas atribuídas ao Patrulheiro "B" JOSE RODRIGUES CAVALCANTE, matrícula nº 31457, conforme noticia o expediente protocolizado sob o nº 124.032/75-SEP.
DISTRITO FEDERAL, 08 DE SETEMBRO DE 1975.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 08 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53 da Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965,

RESOLVE,
instaurar Processo Disciplinar a ser promovido pela Comissão Permanente de Disciplina, para apurar faltas atribuídas ao Patrulheiro "B" BENEDITO BARBOSA DE ARAUJO, matrícula nº 31183, conforme noticia o expediente protocolizado sob o nº 124.269/75-SEP.
DISTRITO FEDERAL, 08 DE SETEMBRO DE 1975.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretario de Segurança Pública

PORTARIA DE 08 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o paragrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Transito e, ainda, o que consta do Processo nº 124.173/75-SEP,

RESOLVE:
designar os Médicos Legistas Drs. EULER COSTA VIDIGAL, WILSON CAMPOS DE MIRANDA e HERMES RODRIGUES DE ALCANTRA, para sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial - ORTOPEDICA, a fim de examinar o Senhor WILSON ANTONIO DE SALGADO, para fins de renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 08 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 09 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

designar JOSE FERREIRA NOBRE DE ALMEIDA, Agente Auxiliar de Policia "A", matrícula nº 32.689, para substituir o servidor NEJO FIRMINO DOS SANTOS, matrícula nº 31.551, Chefe de Subgrupamento de Operações Especiais do Grupamento de Operações Especiais da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares a partir de 1º de setembro de 1975.
Distrito Federal, 09 de setembro de 1.975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 09 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Codigo Nacional de Trânsito e, ainda, o que consta do Processo nº 124.539/75-SEP,

RESOLVE:

designar os Medicos Legistas Drs. JOSE FELIPE DOS SANTOS, WILSON CAMPOS DE MIRANDA e MARCIO BAUM DI DOMENICO, para, sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial - OFTALMOLOGICA, a fim de examinar o Senhor SERGIO BRUNACCI, para fins de obtenção da Carteira Nacional de Habilitaçao.
Distrito Federal, 09 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 10 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURAN-

ÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

designar JOSEFA GILZA PINTO DA SILVA, Oficial de Administração "B", matrícula nº 32.019, para substituir o Chefe do Serviço de Administração do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares a partir de 11 de setembro de 1975.
Distrito Federal, 10 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 10 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Transito e, ainda o que consta do Processo nº 122.760/75-SEP,

RESOLVE:

designar os Médicos Legistas Drs. JOSE FELIPE DOS SANTOS, ARY LOUZADA DIAS e ISAAC BARRETO RIBEIRO, para, sob a presidência do primeiro, comporem Junta Medica Especial - OFTALMOLOGICA, a fim de examinar o Senhor EXPEDITO PEREIRA MAIA, para fins de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretario de Segurança Publica

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITC FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 1.175, de 23 de outubro de 1969,

RESOLVE:

designar o Ten R/1 RAMON ROMERO, Chefe do Centro de Telecomunicações da Divisão de Telecomunicações da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da SEP, para compor Comissões Eaminadoras de Trânsito do Departamento de Transito do Distrito Federal.
Distrito Federal, 16 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretario de Segurança Pública

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto n? 1.175, de 23 de outubro de 1969,

RESOLVE:

designar GERALDO DE ALMEIDA BORGES, Chefe da Seção Técnica de Tráfego da Divisão de Engenharia de Transito do DETRAN, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito do Departamento de Transito do Distrito Federal.
Distrito Federal, 16 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON- Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o paragrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Transito e, ainda o que consta do processo nº 124.560/75—SEP,

RESOLVE:

designar os Medicos Legistas Drs. JOSE FELIPE DOS SANTOS, WILSON CAMPOS DE MIRANDA e HELCIO LUIZ MIZIARA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Junta Médica Especial - OFTALMOLOGICA, a fim de examinar o Senhor GENSERICO RONDON, para fins de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 16 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretario de Segurança Publica

PORTARIA DE 17 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1976,

RESOLVE

designar o Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, para supervisionar as obras de edificação da Sede desta Secretaria, executadas pela firma ESTACON S.A. através de Convênio com a NOVACAP.
Distrito Federal. 17 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 18 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que perceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Transito e, ainda, o que consta do Processo nº. 124.533/75—SEP.

RESOLVE:

designar os Médicos Legistas Drs. JOSE FELIPE DOS SANTOS, EDMUNDO SOUZA e HERMES RODRIGUES DE ALCANTARA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial - OFTALMOLOCA, a fim de examinar o Senhor JAIME IZIDIO DOS SANTOS, para fins de renovação de sua Carteira Nacional de Habilitaçao.
Distrito Federal, 18 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 18 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 1.175, de 23 de outubro de 1969,

RESOLVE:

designar o Bacharel VICENTE PAULO DUTERCIL COLÁS FILHO, Delegado de Policia, para compor Comissões Examinadoras de Transito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.
Distrito Federal, 18 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON- Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 22 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

designar os servidores EDISON LASMAR, Delegado, de Polícia, PC-201.8, matrícula nº 30.009. ARMANDO SENNA DE CARVALHO, Delegado de Polícia PC-201.7, matrícula nº 33.331, e CARLOS VERISSIMO DOS SANTOS - Assessor, matricula nº 30.083, para, como representantes da SEP, participarem do 1º Simpósio Nacional de Serviço Militar, a realizar-se em Brasília, no período de 22 a 30 de novembro do corrente ano.
Distrito Federal, 22 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 23 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito e tendo em vista o que consta do Processo nº 124172/75 SEP,

RESOLVE:

designar os Drs. JOSE FELIPE DOS SANTOS, HELCIO LUIZ MIZIARA e ISAAC BARRETO RIBEIRO, para sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial - OFTALMOLOGICA, a fim de examinar o Senhor EURIPEDES RICARDO THOMAZ, para fins de obtenção da Carteira Nacional de abilitaçao.
Distrito Federal, 23 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON-Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 23 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

designar o Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE - Crea 35350 6ª. RG, Assessor, para elaborar o projeto de Arquitetura da Delegacia de Polícia a ser edificada na Ceilandia, de acordo com o "Plano de Infra-Estrutura da Ceilandia", do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 23 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretaria de Segurança Pública

PORTARIA DE 23 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 1.175, de 30 de outubro de 1969,

RESOLVE:

dispensar a pedido, o Bacharel SERGIO FIALHO RIBEIRO, do encargo de Membro de Comissões Examinadoras de Transito do Departamento de Trânsito.
Distrito Federal, 23 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretario de Segurança Pública

PORTARIA DE 23 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito e, ainda, o que consta do Processo nº 124.561/75-SEP,

RESOLVE:

designar os Médicos Legistas Drs. JOSE FELIPE DOS SANTOS, WILSON CAMPOS DE MIRANDA e MARCIO BAUM DI DOMENICO, para sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial - OFTALMOLOGICA, a fim de examinar o Senhor MARIO DE ALMEIDA, para fins de obtenção de Carteira Nacional de Habilitação Categoria Profissional.
Distrito Federal, 29 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

SECA, para fins de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 23 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretario de Segurança Pública

PORTARIA DE 25 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 1.175, de 23 de setembro de 1969,

RESOLVE:

designar o Engenheiro AZIZ TAJRA NETO, para compor Comissões Examinadoras de Transito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.
Distrito Federal, 25 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON-Cel
Secretario de Segurança Publica

PORTARIA DE 26 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, da Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965,

RESOLVE:

conceder à Comissao Permanente de Disciplina trinta (30) dias de prorrogação do prazo para conclusão do Processo Disciplinar nº 12/75- CPD, instaurado pela Portaria de 31 de julho de 1975, em que figura como acusado ANTONIO DE FRANÇA CARDOSO.
Distrito Federal, 26 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 29 DE SETEMBRO DE 1975
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito e, ainda, o que consta do Processo nº 124.561/75-SEP,

RESOLVE:

designar os Médicos Legistas Drs. JOSE FELIPE DOS SANTOS, WILSON CAMPOS DE MIRANDA e MARCIO BAUM DI DOMENICO, para sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial - OFTALMOLOGICA, a fim de examinar o Senhor MARIO DE ALMEIDA, para fins de obtenção de Carteira Nacional de Habilitação Categoria Profissional.
Distrito Federal, 29 de setembro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº 043/75 DE 03 DE SETEMBRO DE 1975.
O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 29, inciso XV do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº 2877, de 04/04/75, combinado com o artigo 16 do decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975

RESOLVE:

Designar o servidor CONCEIÇÃO MENDES, Desenhista, Nível 14-B, Matricula nº 11.348, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, no período de 02 de setembro a 31 de outubro, a servidora ELZA ARAUJO DE SOUZA, Secretária Datilógrafa da 3ª Subprocuradoria Geral, em virtude de licença para tratamento de saúde concedida à referida servidora.
Brasília, em 03 de outubro de 1975
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral em exercicio

2ª SUBPROCURADORIA - GERAL

Atos do Procurador-Chefe

Processo nº.: 22.164/75
Interessado: ALFREDO GUEDES FILHO
Assunto: PEDIDO DE CANCELAMENTO

ALFREDO GUEDES FILHO requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre su imóvel, no(s) exerci-

cio(s) de 1974
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.

DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$ 7,75 (sete cruzeiros e setenta e cinco centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 03 (três) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 193,79 (cento e noventa e três cruzeiros e setenta e nove centavos), vencera quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 191,00 (cento e noventa e um cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador Geral

Processo nº.: 22.412/75
Interessado: MARIA HELENA PENNA SCORZA
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
MARIA HELENA PENNA SCORZA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no(s) exercício(s) de 1973/74.
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$ 13,66 (treze cruzeiros e sessenta e seis centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior no valor de Cr$ 219,86 (duzentos e dezenove cruzeiros e oitenta e seis centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 216,00 (duzentos e dezesseis cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador Geral

Processo nº.: 22.009/75
Interessado: JOVENTINO ANTONIO DE OLIVEIRA
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
JOVENTINO ANTONIO DE OLIVEIRA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no(s) exercício(s) de 1969 a 74 .
Processo devidamente instruido.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido debito, acrescido da importância de Cr$ 141,84 (cento e quarenta e um cruzeiros e oitenta e quatro centavos), correspondente à mora do periodo de parcelamento, seja pago em 08 (oito) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 997,91 (novecentos e noventa e sete cruzeiros e noventa e um centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 989,00 (novecentos e oitenta e nove cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador - Geral

Processo Nº: 22.675/75
Interessado: Manoel Benedito Marques
Assunto: Parcelamento de Débito Fiscal
MANOEL BENEDITO MARQUES, requereu, através de seu representante legal, parcelamento de seu débito fiscal, proveniente de Imposto de Circulação de Mercadorias no(s) exercicio (s) de 1972 e 1973. Para isto, apresenta um avalista, proprietário de imóvel ao Distrito Federal.
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas fls.

Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
Decidindo, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$74,46 (setenta e quatro cruzeiros e quarenta e seis centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 10 (dez) prestações mensais . A primeira, e maior, no valor de Cr$898,75 (oitocentos e noventa e oito cruzeiros e setenta e cinco centavos), vencera quarenta e oito horas após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, e das Notas Promissórias, pelo requerente e seu avalista, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas no valor de Cr$879,00 (oitocentos e setenta e nove cruzeiros) cada uma, vencerão nos dias 28 de cada mês.
Brasília, 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA-Geral
ROBERTO PIRES BARBOSA
2º Subprocurador Geral

Processo nº: 22.659/75
Interessado: André Corsine Paiva
Assunto: Pedido de Parcelamento
ANDRE CORSINE PAIVA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1973
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$7,81 (sete cruzeiros e oitenta e um centavos) correspondente à mora do período de parcelamento seja pago em 04 (quatro) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$217,29 (duzentos e dezessete cruzeiros e vinte e nove centavos), vencera quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$209,00 (duzentos e nove cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA GERAL
ROBERTO PIRES BARBOSA
2º Subprocurador Geral

Processo Nº: 22.156/75
Interessado: Luiz Carlos Bettiol
Assunto: Pedido de Parcelamento
LUIS CARLOS BETTIOL requereu parcelamento de seu debito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercicio (s) de 1971 a 73.
Processo devidamente instruido.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido debito, acrescido da importancia, de Cr$1.557,00 (hum mil, quinhentos e cinquenta e sete cruzeiros), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 15 (quinze) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$3.381,42 (três mil, trezentos e oitenta e um cruzeiros e quarenta e dois centavos), vencerao quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Divida Fiscal na SCDA desta Subprocuradoria-Geral o que devera ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA GERAL
ROBERTO PIRES BARBOSA
2º Subprocurador Geral

Processo nº.: 22.038/75
Interessado: LUCIO BATISTA ARANTES
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
LUCIO BATISTA ARANTES requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no(s) exercicio(s) de 1974
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido debito, acrescido da importancia de Cr$ 42,35 (quarenta e dois cruzeiros e trinta e cinco centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 484,86 (quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros e oitenta e seis centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 478,00 (quatrocentos e setenta e oito cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador Geral

Processo nº.: 22.112/75
Interessado: MARTINIANO ALVES COELHO
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
MARTINIANO ALVES COELHO requereu parcelamento de seu debito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no(s) exercício(s) de 1971 a 74.
Processo devidamente instruido.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido debito, acrescido da importância de Cr$ 17,37 (dezessete cruzeiros e trinta e sete centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 06 (seis) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 193,31 (cento e noventa e três cruzeiros e trinta e um centavos), vencerá quarenta e oito horas, apos a assintura do Termo de Reconhecimento de Divida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 188,00 (cento e oitenta e oito cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, DF 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador-Geral.

Processo nº.: 22.118/75
Interessado: SALEH JORGE DAHER
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
SALEH JORGE DAHER requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no(s) exercício(s) de 1974.
Processo devidamente instruido.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido debito, acrescido da importância de Cr$ 715,77 (setecentos e quinze cruzeiros e setenta e sete centavos), correspondentes à mora do período de parcelamento, seja pago em 11 (onze) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 1.834,83 (um mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros e oitenta e três centavos), vencera quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias apos a publicação desta decisao no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 1.815,00 (um mil, oitocentos e quinze cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador Geral

Processo nº.: 22.146/75
Interessado: ROCILDA DO NASCIMENTO SECUNDO
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
ROCILDA DO NASCIMENTO SECUNDO requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no(s) exercicio(s) de 1973 e 74.
Processo devidamente instruido.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido debito, acrescido da importância de Cr$ 87,36 (oitenta e sete cruzeiros e trinta e seis centavos), correspondentes à mora do periodo de parcelamento, seja pago em 07 (sete) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 626,96 (seiscentos e vinte e seis cruzeiros e noventa e seis centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que devera ocorrer ate três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 612,00 (seiscentos e doze cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador Geral.

PROCESSO Nº: 03.905/74
INTERESSADO: IRMAOS RIVETTI LTDA
ASSUNTO: Parcelamento de Debito Fiscal

IRMAOS RIVETTI LTDA requereu parcelamento de seu debito fiscal, proveniente de I.C.M., exercício(s) de 1971.
Para isto, apresenta um avalista, proprietário de imóvel no Distrito Federal.
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
Decidindo, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$ 309,54 (trezentos e nove cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 20 (vinte) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 1.186,88 (um mil, cento e oitenta e seis cruzeiros e oitenta e oito centavos), vencerá quarenta e oito horas após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, e das Notas Promissórias, pelo requerente e seu avalista, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer ate três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 1.165,00 (um mil, cento e sessenta e cinco cruzeiros), cada uma, vencerão nos dias 28 de cada mês.
Brasilia, 12 de junho de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador Geral

Processo nº.: 13.793/74
Interessado: EWERTINA DE SOUZA CARVALHO
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
EWERTINA DE SOUZA CARVALHO requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no(s) exercício(s) de 1971 a 73.
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$ 18,32 (dezoito cruzeiros e trinta e dois centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 212,77 (duzentos e doze cruzeiros e setenta e sete centavos), vencera quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias

após a publicação desta decisao no "Distrito Federal". As demais parcelas no valor de Cr$ 206,00 (duzentos e seis cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. Subprocuradoria-Geral
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador-Geral

Processo Nº: 21.488/75
Interessado: Joao Batista Costa
Assunto: Pedido de Parcelamento
JOÃO BATISTA COSTA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1969 a 73.
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$3,70 (tres cruzeiros e setenta centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 03 (três) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$238,31 (duzentos e trinta e oito cruzeiros e trinta e um centavos), vencera quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que devera ocorrer até três dias após a publicação dessa decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$229,00 (duzentos e vinte e nove cruzeiros)
vencerão nos dis 28 decada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasilia DF, 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA GERAL
ROBERTO PIRES BARBOSA
2º Subprocurador Geral

Processo Nº: 21.494/75
Interessado: José Marciano Costa
Assunto: Pedido de Parcelamento
JOSE MARCIANO COSTA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercicio (s) de 1969
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia, de Cr$5,25 (cinco cruzeiros e vinte e cinco centavos), correspondente à mora do período de parcelamento seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$218,63 (duzentos e dezoito cruzeiros e sessenta e três centavos), vencera quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA dsta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias apos a publicaçao desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$216,00 (duzentos e dezesseis cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasilia, DF,14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA GERAL
ROBERTO PIRES BARBOSA
2º. Subprocurador Geral

Processo Nº: 21.504/75
Interessado: Francisco Araújo Freitas
Assunto: Pedido de Parcelamento
FRANCISCO ARAUJO FREITAS requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1970 a 74.
Processo devidamente instruido.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido debito, acrescido da importância de Cr$19,88 (dezenove cruzeiros e oitenta e oito centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$321,45 (trezentos e vinte e um cruzeiros e quarenta e cinco centavos), vencerá quarenta e oito horas, apos a assinatura do Termo de Reconhecimento de Divida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que devera ocorrer ate três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$318,00 (trezentos e dezoito cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissorias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA GERAL
ROBERTO PIRES BARBOSA
2ª Subprocurador Geral

Processo Nº.: 21.558/75
Interessado: JOSÉ ALFREDO MARTINEZ DA SILVA
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
JOSÉ ALFREDO MARTINEZ DA SILVA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1973/74.
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 52,27 (cinquenta e dois cruzeiros e vinte e sete centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 06 (seis) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 506,16 (quinhentos e seis cruzeiros e dezesseis centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 492,00 (quatrocentos e noventa e dois cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. SUBPROCURADORIA—GERAL
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador-Geral.

Processo Nº.: 21.597/75
Interessado: RAIMUNDO BENTO DE ARAUJO
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
RAIMUNDO BENTO DE ARAUJO requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1969,
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 16,19 (dezesseis cruzeiros e dezenove centavos) correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 261,44 (duzentos e sessenta e um cruzeiros e quarenta e quatro centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento da Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 254,00 (duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros). vencerão nos dias 28 de cada mês.

Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília-DF, 14 de agosto de 1975
2ª. SUBPROCURADORIA—GERAL
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador-Geral.

Processo Nº.: 21.693/75
Interessado: JOSÉ BONIFACIO COSTA FILHO
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
JOSÉ BONIFACIO COSTA FILHO requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1973,
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 13,31 (treze cruzeiros e trinta e um centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 224,93 (duzentos e vinte e quatro cruzeiros e noventa e três centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal", As demais parcelas, no valor de Cr$ 213,00 (duzentos e treze cruzeiros). vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª. SUBPROCURADORIA—GERAL
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador-Geral.

Processo nº.: 21.835/75
Interessado: AMARILIS ROCHA DE COUTO LEMOS
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
AMARILIS ROCHA DE COUTO LEMOS requereu parcelamento de seu debito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1974.
Processo devidamente instruido.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido, acrescido da importancia de Cr$ 39,38(trinta e nove cruzeiros e trinta e oito centavos) correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 452,63 (quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros e sessenta e três centavos) vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que devera ocorrer até tres dias após a publicação desta decisao no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 444,00 (quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF, 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA-GERAL
Roberto Pires Barbosa
2º Subprocurador Geral

Processo nº.: 21.876/75.
Interessado: MARIA DINELLI KLIER
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
MARIA DINELLI KLIER requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1974.
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Calculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 7,27 (sete cruzeiros e vinte e sete centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 03 (três) prestações mensais. A primeira e maior, no valor de Cr$ 229,00 (duzentos e vinte e nove cruzeiros), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que devera ocorrer até três dias após a publicaçao desta decisao no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 226,00 (duzentos e vinte e seis cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília,DF., 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA-GERAL
Roberto Pires Barbosa
2º Subprocurador-Geral

Processo nº: 21.889/75
Interessado: NEYLITO CASTRO VIANA
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO
NEYLITO CASTRO VIANA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercício (s) de 1972/73.
Processo devidamente instruído.
Certidões de debito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$ 9,00 (nove cruzeiros), correspondente a mora do periodo de parcelamento, seja pago em 04 (quatro) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 250,40 (duzentos e cinquenta cruzeiros e quarenta centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Divida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que devera ocorrer até tres dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 243,00 (duzentos e quarenta e tres cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissorias, avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasilia, DF, 14 de agosto de 1975
2ª SUBPROCURADORIA-GERAL
Roberto Pires Barbosa
2º Subprocurador-Geral

PROCESSO Nº: 40.424/73
INTERESSADO: TERTULIANO VICENTE
ASSUNTO: PEDIDO DE PARCELAMENTO
TERTULIANO VICENTE requereu, parcelamento de seu débito fiscal para com o Govêrno do Distrito Federal, incidente sôbre seu imóvel. no (s) exercicio (s) de 1968 a 1971.
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls. Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importancia de Cr$ 6,57 (seis cruzeiros e cinquenta e sete centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 04 (quatro) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 246,31 (duzentos e quarenta e seis cruzeiros e trinta e um centavos) vencera quarenta e oito horas, após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicaçao desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 239,00 (duzentos e trinta e nove cruzeiros), vencerao nos dias 28 de cada mês. Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Brasília, DF., 09 de maio de 1975
2ª Subprocuradoria Geral
Luiz Carlos B. Neves
2º Subprocurador Geral Substituto

ATAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA INDUSTRIA VILLARES S/A, EM 05 DE ABRIL DE 1973, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DE (TRÊS) 3 ELEVADORES INSTALADOS NA TORRE DE TELEVISÃO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 11 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta ca-

pital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 29.873/74, e, do outro, a firma INDUSTRIA VILLARES S/A, sediada a Av. W/3-Sul, quadra 503, Bloco "C" Loja nº 71, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 61460762/9, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, aqui representada pelo Senhor JOÃO ROBERTO DE MIRANDA, brasileiro, casado, industriário, portador da Carteira de Identidade nº 105.439-SEGO e CIC Nº 010.974.311, residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente Termo de Renovação do contrato celebrado entre as mesmas partes em 05 de abril de 1973, lavrado às fls. 338/340 do Livro nº 12 de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicada no órgão oficial "Distrito Federal" de 25 de abril de 1973, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA — Através do presente instrumento fica renovado o contrato celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a firma INDUSTRIA VILLARES S/A, aos 05 (cinco) dias do mês de abril de 1973, lavrado às fls. 338/340, do Livro nº 12 de Registros de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, objetivando a manutenção de 03 (três elevadores instalados na Torre de Televisão, nesta capital. CLÁUSULA SEGUNDA — A CONTRATADA, obriga-se a executar para o DISTRITO FEDERAL durante o ano de 1975, nos 03 (três) elevadores instalados na Torre de Televisão os serviços discriminados: a) inspeção dos elevadores periodicamente, e, sempre que se tornar necessário; b) regulagem e ajuste nos quadros de comando, seletores, indutores, freios, mecanismos de portas, indicadores de posição, anunciadores de chavadas, corrediças do carro e do contrapeso, relés, escovas, chaves, contactos e outros partes acessórias, a fim de proporcionar aos elevadores um funcionamento eficiente e econômico; c) lubrificação e limpeza, de acordo com a necessidade local, das máquinas, motores, geradores, quadros de comando, seletores, indutores, limites, guias, partes externas do carro, contrapeso, mecanismos da porta e demais partes mecânicas e elétricas dos elevadores; d) serviço de prontidão para atender com presteza durante o horário normal de trabalho, a qualquer chamado sobre o funcionamento deficiente dos elevadores ou de suas partes componentes; e) serviço de emergência a qualquer hora do dia ou da noite, fora do horário normal de trabalho, inclusive aos domingos e feriados, para casos de necessidades inadiáveis de auxilio técnico; f) substituição ou reparo, quando exigido pela boa técnica, de toda e qualquer peça dos elevadores, tanto mecânico como elétrico, inclusive as que forem danificadas por mau trato ou uso inadequado dos elevadores. CLÁUSULA TERCEIRA — O DISTRITO FEDERAL obriga-se: a) proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços e permitir o livre acesso às instalações dos elevadores, quando solicitada pela CONTRATADA, ou por seus empregados em serviço; b) manter a casa de máquinas, o poço e demais dependências dos elevadores livres e desimpedidos, não depositando neles materiais estranhos que desvirtuem os fins desses recintos; c) não permitir o ingresso de terceiros à casa de máquinas, bem como a intervenção de estranhos nas instalações dos elevadores; d) comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada no funcionamento dos elevadores; e) executar os serviços que a CONTRATADA venha a julgar necessários para a segurança e bom funcionamento dos elevadores. CLÁUSULA QUARTA - O valor do presente contrato é de Cr$ 35.520,00 (TRINTA E CINCO MIL QUINHENTOS E VINTE CRUZEIROS), resultante do preço mensal de Cr$ 2.960,00 - (DOIS MIL NOVECENTOS E SESSENTA CRUZEIROS). Os recursos para fazer face às despesas com a execução deste contrato, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal - Secretaria de Serviços Públicos, para o corrente exercício - Lei nº 6.190, de 17 de dezembro de 1974. e correrão à conta do Elemento: 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS — Conforme Nota de Empenho nº 026/75-SSP, no valor de Cr$ 35.520,00 (TRINTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E VINTE CRUZEIROS), emitida pela Secretaria de Serviços Públicos. CLÁUSULA QUINTA — O pagamento pelos serviços mencionados na Cláusula Primeira deste instrumento deverá ser feito mensalmente e até no máximo 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao vencido. CLÁUSULA SEXTA — O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas no artigo 9º e seguintes do Decreto nº 2819, de 31 de dezembro de 1974, CLÁUSULA SÉTIMA — O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da CONTRATADA, expirando sua vigência no dia 31 de dezembro de 1975, sendo que os seus efeitos retroagem ao dia 1º de janeiro do corrente ano. CLÁUSULA OITAVA — O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos: a) independentemente de qualquer aviso ou notificação, quando ocorrer falta de cumprimento das obrigações constantes da Cláusula Segunda; b) mediante aviso por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias, por qualquer das partes. Em qualquer outra hipótese, concretizando o ato ou omissão que der motivo à rescisão, cessará por completo, qualquer responsabilidade da outra parte. A rescisão, em qualquer hipótese, não obriga nenhuma das partes à indenização. CLÁUSULA NONA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, apara dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela CONTRATADA: (as.) JOÃO ROBERTO DE MIRANDA; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) BENILDE CARDOSO ROSA.—CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registros e Contratos e Convênios Nº 22, fls. 141/43 da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 29/09/1975. VALMIR DE TORRES MAGALHÃES—Seção de Registros de Contratos e Convênios-DAA/1ª SPRG-Chefe-Substituto. RECIBO Nº 092961-Valor Cr$ 330,00. VISTO, Em, 30/09/75-CARLOS ROBICHEL PENHA—1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal-(Substituto).

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADA A SENHORA HERCILIA MARIA DE BRITO NASCIMENTO, NA FORMA ABAIXO.

Aos dezoito (18) dias do mês de setembro do ano e mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Senhor Governador, no Processo nº 332.966/73, e, do outro, a Senhora HERCILIA MARIA DE BRITO NASCIMENTO, brasileira, desquitada, comerciante inscrita na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o nº 070552762, residente e domiciliada nesta capital doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar, o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação, será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Box nº 05, do Bloco "I", medindo 10m2 (DEZ METROS QUADRADOS), da Feira Modelo de Sobradinho. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependencia, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e a OUTORGADA não terá direito em tempo algum, à indenização ou retenção da referida benfeitoria. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA poderá comercializar, no varejo, vendas de produtos hortigranjeiros, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento não assegura exclusividade a OUTORGADA de operar com produtos de sua especialidade. CLÁUSULA SEXTA - A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações da linha de comercialização da OUTORGADA, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. CLÁUSULA SETIMA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e a fazer respeitar pelos empregados e prepostos, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 01 (UM), salário-mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. CLÁUSULA NONA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. CLAUSULA DECIMA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado ou preposto da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho - SEF, ou onde este determinar, de 1º de janeiro de 1975 a 31 de maio de 1975, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$150,70 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS), e a partir de 1º de junho de 1975, Cr$200,00 (DUZENTOS CRUZEIROS) até o dia 10 (DEZ) após o vencimento de cada mês. PARAGRAFO PRIMEIRO - O atraso do pagamento de que trata a presente cláusula, sujeitará a OUTORGADA as seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito; b) mora de 01% (UM POR CENTO) sobre o valor do débito. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atrato no pagamento da importância devida, por mais de 30 (TRINTA) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - O valor da Taxa de Ocupação estipulada na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA DECIMA QUARTA - A vigência do presente Termo de Ocupação é de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir de 1º de março de 1975 a 28 de fevereiro de 1977, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho, CLÁUSULA DECIMA SEXTA - A OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie) no prazo de 30 (TRINTA) dias a partir da assinatura deste instrumento correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA DECIMA SETIMA - A OUTORGADA se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. A OUTORGADA deverá afixar na dependencia, objeto do presente Termo de Ocupação, Tabela de Preços dos produtos a serem comercializados, e não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. CLÁUSULA DECIMA NONA - O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual CLÁUSULA VIGESIMA - O OUTORGANTE em hipótese alguma, terá qualquer obrigação com terceiros com os quais eventualmente a OUTORGADA tenha ou venha a ter contatos ou compromissos. CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA - O OUTORGANTE poderá, a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida, aplicando-se a OUTORGADA as taxas de uso do novo local designado. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Obriga-se a OUTORGADA a utilizar o BOX objeto deste instrumento imediatamente apos sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. PARÁGRAFO UNICO - A inobservância do acima disposto, implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA - O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". PARÁGRAFO UNICO - Correrão por conta da OUTORGADA todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. CLÁUSULA VIGESIMA QUARTA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo de Ocupação serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas Cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral, do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (SETE) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO OUTORGANTE: (as) FERNANDO CORASSA; PELA OUTORGADA: (as) HERCILIA MARIA DE BRITO NASCIMENTO. TESTEMUNHAS: (as) JOSE OSEAS DOS SANTOS e (as) JARBAS ANTONIO DA SILVA. CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº 22, fls. 176/78, da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 29/09/1975. - VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES- Seção de Registros da Contratos e Convênios - DAA/1ª SPRG-Chefe - Substituto - VISTO: em 30/09/75. CARLOS ROBICHEZ PENNA — 1º Subprocurador-Geral -Substituto. RECIBO: Nº 092857- Valor Cr$250,00

TERMO DE RENOVAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE AREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A SENHORA RAIMUNDA SOUZA BATISTA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 21 dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria do Governo, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 221.581/75, e, do outro, a Senhora RAIMUNDA SOUZA BATISTA, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada nesta capital, inscrita na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o nº 07005961-6, doravante denominada simplesmente OUTORGADA,

resolvem firmar, com fulcro no Artigo 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, a presente renovação do termo celebrado entre as mesmas partes em 31 de janeiro de 1974, lavrado às fls. 113/116, do livro nº 18, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Suprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", de 03 de abril de 1974, mediante as seguintes cláusulas: **CLAUSULA PRIMEIRA** - Através deste instrumento, fica renovado o TERMO DE OCUPAÇAO DE AREA para fins comerciais, situada na Feira Modelo de Sobradinho, celebrado entre as mesmas partes, em 31 de janeiro de 1974, com fundamento no artigo 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. **CLAUSULA SEGUNDA** - Este instrumento compreende a dependência denominada Box nº 04, do Bloco "H", medindo 10 m2 (dez metros quadrados). **CLAUSULA TERCEIRA** - Nenhuma alteração poderá ser feita na área mencionada na cláusula anterior, sem a prévia e expressa autorização do DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada a realização de qualquer benfeitoria, esta incorporar-se-á imediatamente ao imóvel, não cabendo a OUTORGADA direito, em tempo algum de retenção ou idenização. **CLAUSULA QUARTA** - A OUTORGADA poderá comercializar, no varejo, vendas de aves vivas, fazendo-o exclusivamente na dependência referida na Cláusula Primeira. **CLAUSULA QUINTA** - O presente ajuste não assegura exclusividade a OUTORGADA de operar com produtos de sua especialidade. **CLAUSULA SEXTA** - A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações na linha de comercialização, dependerão de autorização do DISTRITO FEDERAL, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. **CLAUSULA SETIMA** - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e a fazer respeitar pelos seus empregados e prepostos, o Regimento da Feira Modelo de Sobradinho, do qual tem pleno conhecimento que passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, bem como as instrução baixadas pelo DISTRITO FEDERAL. **CLAUSULA OITAVA** - O descumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 01 (UM) salário-mínimo regional ao DISTRITO FEDERAL, a ser recolhida na mesma modalidade da Taxa de Ocupação. **PARAGRAFO UNICO** - Em se verificando reincidência, o presente instrumento será rescindido, sem que caiba a OUTORGADA qualquer direito a indenização. **CLAUSULA NONA** - O DISTRITO FEDERAL poderá exigir o afastamento, do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado ou preposto da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconviniente ao interesse público. **CLAUSULA DECIMA** - São de inteira inteira responsabilidade do DISTRITO FEDERAL, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. **CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA** - A OUTORGADA pagará ao DISTRITO FEDERAL, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, na Coletoria de Sobradinho, ou onde for determinado, a partir de 1º de janeiro de 1975 a 31 de maio de 175, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 150,70 (cento e cinquenta cruzeiros e setenta centavos) e, a partir de 1º de junho de 1975, Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) valor reajustado segundo o critério do Artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, obedecido o coeficiente de correção monetária fixado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **CLAUSULA DECIMA SEGUNDA** - O valor da Taxa de Ocupação será reajustável segundo o critério do Artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, obedecido os coeficientes da correção monetária fixados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **CLAUSULA DECIMA TERCEIRA** - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades do Distrito Federal, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. **CLAUSULA DECIMA QUARTA** - A OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao DISTRITO FEDERAL, por danos ou riscos de qualquer espécie, no prazo de 30 (trinta) dias a partir de publicação deste instrumento, correspondente à área objeto do presente instrumento. **CLAUSULA DECIMA QUINTA** - A OUTORGADA se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área ocupada. **CLAUSULA DECIMA SEXTA** - A OUTORGADA deverá afixar, na dependência ocupada, Tabela de Preços dos produtos à venda, sendo-lhe defeso excedê-la. **CLAUSULA DECIMA SETIMA** - O presente instrumento não poderá ser transferido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. **CLAUSULA DECIMA OITAVA** - O DISTRITO FEDERAL, em hipótese alguma, terá qualquer obrigação relacionada com terceiros que tenham ou venham a ter contratos ou compromissos com a OUTORGADA. **CLAUSULA DECIMA NONA** - O DISTRITO FEDERAL poderá a seu critério, mediante aviso prévio a OUTORGADA, remanejar a área dada em ocupação, exigindo-se-lhe as taxas relativas ao novo local designado. **CLAUSULA VIGESIMA** - Obriga-se a OUTORGADA a utilizar o Box objeto deste instrumento, imediatamente após sua assinatura e com a constância ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. **PARAGRAFO UNICO** - A inobservância do disposto nesta cláusula, implicará na cassação da presente ocupação. **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria do Governo, designará um executor para o presente termo, ao qual, incumbirão as atribuições dispostas no Artigo 9º e seguintes do Decreto nº 2.819, de 31 de dezembro de 1974. **CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA** - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, que decorrem do presente ajuste, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. **CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA** - Este termo terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", sendo que seus efeitos retroagem a 1º de janeiro de 1975, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias do seu término. **CLAUSULA VIGESIMA QUARTA** - A OUTORGADA impenderá o pagamento das despesas com a publicação. **CLAUSULA VIGESIMA QUINTA** - Fica o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim juntos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) FERNANDO CORASSA; PELA OUTORGADA: (as.) RAIMUNDA SOUZA BATISTA. TESTEMUNHAS: (as.) JOSE OSEAS DOS SANTOS e (as.) JARBAS ANTONIO DA SILVA.

CERTIDAO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 22 fls. 61/63 da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

Brasília. 25 setembro de 1975VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES: Seção de Registros e Contratos e Convênios DAA/1ª SPRG—Chefe Substituto. CARLOS ROBICHEZ PENNA 1º Subprocurador-Geral. Subsitituto. VISTO; EM, 29/09/75 Recibo Nº 092963 - Valor Cr$ 250,00

TERMO DE OCUPAÇAO DE AREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADO O SENHOR SEBASTIAO ANACLETO DE ALMEIDA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 15 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Senhor Governador, no Processo Nº. 332.966/73, e, do outro o Senhor SEBASTIAO ANACLETO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, comerciante, inscrito na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o Nº. 07053335—0, residente domiciliado nesta capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADO, resolvem firmar, o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas: **CLAUSULA PRIMEIRA**— O presente Termo de Ocupação, será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei Nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964. **CLAUSULA SEGUNDA**— Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Area Nº. 16, do Bloco "C", medindo 05 m2 (CINCO METROS QUADRADOS), da Feira Modelo de Sobradinho. **CLAUSULA TERCEIRA**— Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e o OUTORGADO não terá direito em tempo algum, a indenização ou retenção da referida benfeitoria. **CLAUSULA QUARTA**— O OUTORGADO poderá comercializar, no varejo, vendas de produtos hortigranjeiros, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. **CLAUSULA QUINTA**— O presente instrumento não assegura exclusividade ao OUTORGADO de operar com produtos de sua especialidade. **CLAUSULA SEXTA**— A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações da linha de comercialização do OUTORGADO, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. **CLAUSULA SÉTIMA**— O OUTORGADO obriga-se a respeitar e a fazer respeitar pelos empregados e prepostos, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. **CLAUSULA OITAVA**— O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará ao OUTORGADO ao pagamento de multa no valor de 01 (UM) salário-mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. **CLAUSULA NONA**— Verificando-se a reincidência do OUTORGADO, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. **CLAUSULA DÉCIMA**— O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho de qualquer empregado ou preposto do OUTORGADO, cuja presença se torne comprovadamente incoveniente ao interesse público. **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**— São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA**— O OUTORGADO pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho —SEF, ou onde este determinar, de 1º. de janeiro de 1975 a 31 de maio de 1975, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 37,60 (TRINTA E SETE CRUZEIROS E SESSENTA CENTAVOS), e, a partir de 1º. de junho de 1975, Cr$ 50,00 (CINQUENTA CRUZEIROS) até o dia 10 (DEZ) após o vencimento de cada mês. **PARAGRAFO PRIMEIRO**— O atraso do pagamento de que trata a presente cláusula, sujeitará ao OUTORGADO as seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito; b) mora de 01% (UM POR CENTO) sobre o valor do débito. **PARAGRAFO SEGUNDO**— O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (TRINTA) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Anterior. **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA**— O valor da Taxa de Ocupação estipulado na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º. da Lei Nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA**— A vigência do presente Termo de Ocupação é de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir de 1º. de janeiro de 1975 a 31 de dezembro de 1976, sem prejuízo da precariedade na Cláusula Primeira, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA**— O OUTORGADO obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos, para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA**— O OUTORGADO se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie) no prazo de 30 (TRINTA) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA**— O OUTORGADO se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA**— O OUTORGADO deverá afixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, Tabela de Preços, dos produtos a serem comercializados, e não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. **CLAUSULA DÉCIMA NONA**— O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. **CLAUSULA VIGÉSIMA**— — O OUTORGANTE em hipótese alguma, terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais eventualmente o OUTORGADO, tenha ou venha a ter contratos ou compromissos. **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**— O OUTORGANTE poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida, aplicando-se ao OUTORGADO as taxas de uso do novo local designado. **CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA**— Obriga-se ao OUTORGADO a utilizar a Area objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. **PARÁGRAFO UNICO**— A inobservância do acima disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**— O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". **PARAGRAFO UNICO**— Correrão por conta do OUTORGADO todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. **CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA**— Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo de Ocupação serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. **CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA**— Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (SETE) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO OUTORGANTE: (as.). FERNANDO CORASSA; PELO OUTORGADO; (as.) SEBASTIAO ANACLETO DE ALMEIDA, TESTEMUNHAS: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JARBAS ANTONIO DA SILVA.

CERTIDAO— Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº. 21 fls. 343/45 da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 29/09/1975. VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES; Seção de Registros de Constratos e Convênios DAA/1ª SPRG —Chefe Subsituto) CARLOS ROBICHEZ PENNA (1º. Subprocurador-Geral do Distrito Federal - RECIBO Nº 092929 — Valor Cr$ 250,00).

TERMO DE OCUPAÇAO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADO O SENHOR JOSÉ ALVES PIMENTA, NA FORMA ABAIXO.

Aos vinte e dois (22) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Senhor Governador, no Processo nº. 332.966/73, e, do outro, o Senhor JOSÉ ALVES PIMENTA, brasileiro, casado, comerciante, inscrito na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o Nº. 070555931, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADO, resolvem firmar, o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas: **CLAUSULA PRIMEIRA**— O presente Termo de Ocupação, será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964. **CLAUSULA SEGUNDA**— Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada **Box Nº. 08, do Bloco** "H", medindo 10m2 (DEZ METROS QUADRADOS), da Feira Modelo de Sobradinho, **CLAUSULA TERCEIRA**— Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e o OUTORGADO não terá direito em tempo algum, à indenização ou retenção da referida benfeitoria. **CLAUSULA QUARTA**— O OUTORGADO poderá comercializar, no varejo, vendas de aves vivas, fazendo-o exclusivamente na Dependência, objeto deste Termo de Ocupação. **CLAUSULA QUINTA**— O presente instrumento não assegura exclusividade ao OUTORGADO de operar com produtos de sua especialidade. **CLAUSULA SEXTA**— A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações da linha de comercialização do OUTORGADO, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. **CLAUSULA SÉTIMA**— O OUTORGADO obriga-se a respeitar e a fazer repeitar pelos empregados e prepostos, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLAUSULA OITAVA— O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará o OUTORGADO ao pagamento de multa no valor de 01 (UM) salário-mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. **CLAUSULA NONA**— Verificando-se a reincidência do OUTORGADO, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. **CLAUSULA DÉCIMA**— O OUTORGANTE poderá exigir a afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado ou preposto do OUTORGADO, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**- São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA**— O OUTORGADO pagará ao OUTORGANTE; na Coletoria de Sobradinho- SEF, ou onde este determinar, de 1º. de janeiro de 1975 a 31 de maio de 1975, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 150,70 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS) e, a partir de 1º. de junho de 1975, Cr$ 200,00 (DUZENTOS CRUZEIROS), até o dia 10 (DEZ) após o vencimento de cada mês **PARAGRAFO PRIMEIRO**— O atraso do pagamento de que trata a presente Cláusula, sujeitará o OUTORGADO as seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito; b) mora de 01% (UM POR CENTO) sobre o valor do débito **PARAGRAFO SEGUNDO**— O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (TRINTA) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Anterior. **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA**— O valor da Taxa de Ocupação estipulada na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º., da Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA**— A vigência do presente Termo de Ocupação é de 24)VINTE E QUATRO) meses, contados a partir de 1º. de abril de 1975 a 31 de março de 1977, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA**— O OUTORGADO obriga-se a manter e funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** — O OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie) no prazo de 30 (TRINTA) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente à área objeto do presente Termo de ocupação. **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA**— O OUTORGADO se compromete, a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA**— O OUTORGADO deverá afixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, Tabela de Preços dos produtos a serem comercializados, e não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. **CLAUSULA DÉCIMA NONA**- O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. **CLAUSULA VIGÉSIMA**— O OUTORGANTE, em hipótese alguma, terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais eventualmente o OUTORGADO tenha ou venha a ter contratos ou compromissos. **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**— O OUTORGANTE, poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar área permitida, aplicando-se ao OUTORGADO as taxas de uso do novo local designado. **CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA**— Obriga-se O OUTORGADO a utilizar o Box objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar, a demanda e o interesse geral. **PARAGRAFO UNICO**— A inobservância do acima disposto, implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. **CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**- O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". **PARAGRAFO UNICO**— Correrão por conta do OUTORGADO todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. **CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA**— Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo de Ocupação, serão inscritos em dívida ativa, e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. **CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA**— Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para djrimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláuslas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (SETE) vias datilógrafadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO OUTORGANTE: (as.) FERNANDO CORASSA; PELO OUTORGADO: (as.) JOSÉ ALVES PIMENTA. TESTEMUNHAS: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JARBAS ANTONIO DA SILVA.

CERTIDAO- Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraida do **Livro de Registro de Contratos e Convênios** Nº. 22 fls. 180/82 da 1º. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal., BRASILIA, 29/09/1975, VISTO Em, 30/09/75, CARLOS ROBICHEZ PENNA 1º. Subprocurador-Geral do Distrito Federal (Substituto), VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES **Seção de Registros** de Contratos e Convênios DAA/1º. SPRG— Chefe Substituto, RECIBO Nº. 092930 Valor Cr$ 250,00.

TERMO DE OCUPAÇAO DE AREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADO O SENHOR LUIZ TERTULIANO DA SILVA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 16 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Senhor Governador, no Processo Nº. 332.966/73, e, do outro, o Senhor LUIZ TERTULIANO DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, inscrito na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o Nº. 07053540—0, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADO, resolvem firmar, o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas: **CLAUSULA PRIMEIRA**— O presente Termo de Ocupação, será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964. **CLAUSULA SEGUNDA**— Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Box Nº. 03, do Bloco "F", medindo 10 m2 (DEZ METROS QUADRADOS), da Feira Modelo de Sobradinho, **CLAUSULA TERCEIRA**— Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e o OUTORGADO não terá direito em tempo algum, a indenização ou retenção da referida benfeitoria. **CLAUSULA QUARTA**— O OUTORGADO poderá comercializar, no varejo, vendas de carnes salgadas, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. **CLAUSULA QUINTA**— O presente instrumento não assegura exclusividade ao OUTORGADO de operar com produtos de sua especialidade. **CLAUSULA SEXTA**— A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações da linha de comercialização do OUTORGADO, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. **CLAUSULA SÉTIMA**— O OUTORGADO obriga-se a respeitar e a fazer respeitar pelos empregados e prepostos, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. **CLAUSULA OITAVA**— O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará ao OUTORGADO ao pagamento de multa no valor de 01 (UM) salário-mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. **CLAUSULA NONA**— Verificando-se a reincidência do OUTORGADO, o Termo de Ocupação será rescindido sem que caiba qualquer direito de indenização. **CLAUSULA DÉCIMA**— O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado ou preposto do OUTORGADO, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**— São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA**— O OUTORGADO pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho—SEF, ou onde este determinar, de 1º. de janeiro de 1975 a 31 de maio de 1975, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 150,70 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS), e a partir de 1º. de junho de 1975, Cr$ 200,00 (DUZENTOS CRUZEIROS) até o dia 10 (DEZ) após o vencimento de cada mês. , **PARAGRAFO PRIMEIRO**— O atraso do pagamento de que trata apresente cláusula. sujeitará ao OUTORGADO as seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito; b) mora de 01% (UM POR CENTO) sobre o valor do débito. **PARAGRAFO SEGUNDO**— O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (TRINTA) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Anterior. **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA**— O valor da Taxa de Ocupação estipulada na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º., da Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA**— A vigência do presente Termo de Ocupação é de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir de 1º. de janeiro de 1975 a 31 de dezembro de 1976, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA**— O OUTORGADO obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA**— O OUTORGADO se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie) no prazo de 30 (TRINTA) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA**— O OUTORGADO se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA**— O OUTORGADO deverá afixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, Tabela de Preços dos produtos a serem comercializados, e não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. **CLAUSULA DÉCIMA NONA**— O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. **CLAUSULA VIGÉSIMA**— O OUTORGANTE em hipótese alguma, terá qualquer obrigação com relação a terceiros que com os quais eventualmente o OUTORGADO, tenha ou venha a ter contratos ou compromissos. **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**— O OUTORGANTE poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida, aplicando-se ao OUTORGADO as taxas de uso do novo local, designado. **CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA**— Obriga-se ao OUTORGADO a utilizar o Box objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo de Sobradinho, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. **PARAGRAFO UNICO**— A inobservância do acima disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. **CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**— O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial. **DISTRITO FEDERAL". PARAGRAFO UNICO**— Correrão por conta do outorgado todas as despesas, decorrentes da publicação deste instrumento. **CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA**— Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo de Ocupação serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. **CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA**— Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas, relativas ao cumprimento do presente ins-

trumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se a presente em livro próprio da 1°. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraidas 07 (SETE) vias datilógrafadas de igual teor e forma para um único efeito legal, depois de lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO OUTORGANTE: (as.) FERNANDO CORASSA, PELO OUTORGADO: (as.) LUIZ TERTULIANO DA SILVA. TESTEMUNHAS: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JARBAS ANTONIO DA SILVA.

CERTIDÃO- Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N°. 22 fls. 160/62, da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. BRASILIA— 29/09/1975, VISTO Em, 30/09/75, CARLOS ROBICHEZ PENNA (1°. Subprocurador Geral do Distrito Federal -Substituto-)., VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES (Seção de Registro de Contratos e Convênios DAA/1°. SPRG— Chefe Substituto) RECIBO N°. 092856 Valor Cr$ 250,00.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO, PELA SEGUNDA, PARA O PRIMEIRO, DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE (UMA) ESCOLA PARQUE, NA ENTREQUADRAS 303/304-NORTE, DESTINADA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 24 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Superintendencia da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor Secretário de Educação e Cultura, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo n° 059.073/75, e, do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente, NOVACAP, aqui representada pelo seu Diretor-Superintendente, Senhor JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, com base na Lei n° 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais estatutos da NOVACAP e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1055ª. e 924ª. Sessões, realizadas, respectivamente, em 26 e 30 de junho de 1975, deliberam firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLAUSULA PRIMEIRA — O DISTRITO FEDERAL, através deste instrumento, incumbe à NOVACAP a administração da obra de construção e urbanização de 01 (uma) Escola-Parque, na Entrequadra 303/304-Norte, destinada à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA — O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, fornecerá à NOVACAP o projeto de arquitetura da unidade escolar mencionada na Cláusula Primeira, bem como as determinações da distribuição do sistema estrutural, das redes elétricas, hidráulicas, sanitária e telefônica, e, ainda, projeto de urbanização e respectiva especificação botânica alusiva ao paisagismo. CLÁUSULA TERCEIRA— Compete a NOVACAP: a) Realizar projetos complementares, tais como cálculos dos projetos estruturais das instalações hidráulica, sanitária, elétrica e telefônica, orçamento e outros cálculos; b ecutar obras civis e urbanização da área construída. CLÁUSULA QUARTA — Todos os atos necessários à execução da obra, objeto do presente convênio, fica outorgado pelo DISTRITO FEDERAL à NOVACAP, a qual poderá, para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente se assim julgar conveniente, realizar e aproveitar licitação, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas a legislação e normas vigentes na NOVACAP. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A licitação que venha a ser promovida pela NOVACAP obedecerá às prescrições do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967 e diplomas legais posteriores. PARÁGRAFO SEGUNDO — No caso de ser aplicada multa aos empreiteiros da obra, esta reverterá em favor do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA QUINTA — As obras objeto deste contrato serão realizadas, com observâncias das normas contidas no Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n° 73.140, de 9 de novembro de 1973. CLÁUSULA SEXTA — O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas no Artigo 9° e seguintes das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n° 2.819, de 31 de dezembro de 1974. CLÁUSULA SÉTIMA — A supervisão dos serviços a serem executados caberá à Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA OITAVA - No caso de inadimplência contratual por parte de empreitada da obra, poderá o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura solicitar à NOVACAP a paralização da mesma, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis por força do contrato. CLÁUSULA NONA — O valor do presente convênio é de Cr$ 7.200.000,00 (SETE MILHÕES E DUZENTOS MIL CRUZEIROS), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício- Lei n° 6.190, de 17 de dezembro de 1974, e correrão à conta do seguinte Elemento: 4.0.0. - DESPESAS DE CAPITAL — 4.1.0.0 - INVESTIMENTOS — 4.1.2.0 - SERVIÇOS EM REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL — PROJETO — SEC 1.019, conforme Nota de Empenho n° 080/75-SEC, emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. PARÁGRAFO UNICO - O valor estabelecido nesta cláusula, dependendo do custo a ser obtido pela NOVACAP nas licitações, poderá ser alterado mediante acordo entre as partes. CLÁUSULA DÉCIMA — A importância mencionada na Cláusula anterior será entregue à NOVACAP pelo DISTRITO FEDERAL, respeitando o cronograma de desembolso da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta-corrente, a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente convênio, reservando-se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como seu andamento, ao prévio recolhimento dos recursos, na forma estipulada na Cláusula anterior. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A NOVACAP prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, trimestralmente, através da Secretaria de Educação e Cultura, das importâncias que lhe forem entregues. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — A NOVACAP fornecerá ao DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, cópia do contrato que firmar com terceiros para execução da obra. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — A NOVACAP fica dispensada do recolhimento de caução em garantia pela boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135 do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", podendo ser renovado, prorrogado ou aditado de comum acordo entre as partes. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.)) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; Pela NOVACAP: (as.) JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) NANCY CARVALHO LIMA.CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N° 21, fls. 391/93 da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. BRASILIA,29/09/1975 WALDEMIR DE TORRES MAGALHAES—Seção de Registros de Contratos e Convênios DAA/1ª SPRG-Chefe-Substituto. VISTO EM, 30/09/75—CARLOS ROBICHEZ PENHA—1° Subprocurador-Geral do Distrito Federal-(Substituto)

TERMO DE OCUPAÇAO DE AREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADO O SENHOR CORDIOLANDO RODRIGUES PINHEIRO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 09 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Senhor Governador, no Processo n°. 332.966/73, e, do outro o Senhor CORDIOLANDO RODRIGUES PINHEIRO, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o n°. 07053300—8, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADO, resolvem firmar, o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas: CLAUSULA PRIMEIRA — O presente Termo de Ocupação, será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei n°. 4.545, de 10 de dezembro de 1964. CLAUSULA SEGUNDA — Este termo de Ocupação compreende a dependência denominada Box n°. 04, do Bloco "E", medindo 10m2 (DEZ METROS QUADRADOS), da Feira Modelo de Sobradinho. CLAUSULA TERCEIRA — Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e o OUTORGADO não terá direito em tempo algum, à indenização ou retenção da referida benfeitoria. CLAUSULA QUARTA — O OUTORGADO poderá comercializar, no varejo, vendas de produtos hortigranjeiros, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. CLAUSULA QUINTA — O presente instrumento não assegura exclusividade ao OUTORGADO de operar com produtos de sua especialidade. CLAUSULA SEXTA — A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações da linha de comercialização do OUTORGADO, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. CLAUSULA SETIMA — O OUTORGADO obriga-se a respeitar e a fazer respeitar pelos empregados e prepostos, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLAUSULA OITAVA — O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará o OUTORGADO ao pagamento de multa no valor de 01 (UM) salário-mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. CLAUSULA NONA — Verificando-se reincidência do OUTORGADO, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. CLAUSULA DECIMA — O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado ou preposto do OUTORGADO, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA — São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA — O OUTORGADO pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho—SEF, ou onde este determinar, de 1°. de janeiro de 1975 a 31 de maio de 1975, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 150,70 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS) e, a partir de 1°. de junho de 1975, Cr$ 200,00 (DUZENTOS CRUZEIROS), até o dia 10 (DEZ) após o vencimento de cada mês. PARAGRAFO PRIMEIRO — O atraso do pagamento de que trata a presente cláusula, sujeitará ao OUTORGADO as seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito; b) mora de 01% (UM POR CENTO) sobre o valor do débito. PARAGRAFO SEGUNDO — O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (TRINTA) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Anterior.CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - O valor da Taxa de Ocupação estipulado na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5°., da Lei n°. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLAUSULA DECIMA QUARTA — A vigência do presente Termo de Ocupação é de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir de 1°. de abril de 1975 a 31 de março de 1977, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecendência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. CLAUSULA DECIMA QUINTA — O OUTORGADO obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. CLAUSULA DECIMA SEXTA — O OUTORGADO se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie) no prazo de 30 (TRINTA) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente à área objeto do presente Termo de Ocupação. CLAUSULA DECIMA SETIMA — O OUTORGADO se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. CLAUSULA DECIMA OITAVA — O OUTORGADO deverá afixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, Tabela de Preços dos produtos a serem comercializados, e não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. CLAUSULA DECIMA NONA — O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. CLAUSULA VIGESIMA — O OUTORGANTE em hipótese alguma, terá qualquer obrigação com relação a terceiros que com os quais eventualmente o OUTORGADO, tenha ou venha a ter contratos ou compromissos. CLAUSULA VIGESIMA PRIMEIRA — O OUTORGANTE, poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área prmitida, aplicando-se ao OUTORGADO as taxas de uso do novo local designado. CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA — Obriga-se o OUTORGADO a utilizar o Box objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. PARAGRAFO UNICO — A inobservância do acima disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA — O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". PARAGRAFO UNICO - Correrão por conta do OUTORGADO todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. CLAUSULA VIGESIMA QUARTA — Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo de Ocupação serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLAUSULA VIGESIMA QUINTA — Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado

em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO OUTORGANTE: (as.) FERNANDO CORASSA, pelo outorgado, (as.) CORDIOLANDO RODRIGUES PINHEIRO. TESTEMUNHAS: (as.) JOSE OSEAS DOS SANTOS e (as) JARBAS ANTONIO DA SILVA.
CERTIDAO: — Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraído do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº. 21, fls. 331/33 da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal. Brasília, 29/09/1975 - VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES — Seção de Registros de Contratos e Convênios - DAA/1ª. SPRG — Chefe - Substituto. VISTO: Em, 30/09/75 - CARLOS ROBICHEZ PENNA — 1º. Subprocurador-Geral do Distrito Federal (Substituto) - RECIBO Nº. 092933 Valor Cr$ 250,00.

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADA A SENHORA FRANCISCA FERNANDES DE ALMEIDA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 17 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Senhor Governador, no Processo nº 332.966/73, e, do outro, a Senhora FRANCISCA FERNANDES DE ALMEIDA, brasileira, casada, comerciante, inscrita na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o nº 07006964-6, residente e domiciliada nesta capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar, o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA — O presente Termo de Ocupação, será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA — Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Box nº 04, do Bloco "J", medindo 10m2 (DEZ METROS QUADRADOS), da Feira Modelo de Sobradinho. CLÁUSULA TERCEIRA — Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e altorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e, sendo autorizada, qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e a OUTORGADA não terá direito em tempo algum, a indenização ou retenção da referida benfeitoria. CLÁUSULA QUARTA — A OUTORGADA poderá comercializar, no varejo, vendas de ovos, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA — O presente instrumento não assegura exclusividade à OUTORGADA de operar com produtos de sua especialidade. CLÁUSULA SEXTA — A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificações da linha de comercialização da OUTORGADA dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. CLÁUSULA SÉTIMA — A OUTORGADA, obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos empregados e prepostos, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - O Não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 01 (UM) salário-mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. CLÁUSULA NONA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA — O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado ou preposto da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho-SEF, ou onde este determinar, de 1º de janeiro de 1975 a 31 de maio de 1975, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 150,70 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS) e, a partir de 1º de junho de 1975, Cr$ 200,00 (DUZENTOS CRUZEIROS) até o dia 10 (DEZ) após o vencimento de cada mês. PARÁGRAFO PRIMEIRO-O atraso do pagamento de que trata a presente cláusula, sujeitará a OUTORGADA as seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito; b) mora de 01% (UM POR CENTO) sobre o valor do débito. PARÁGRAFO SEGUNDO— O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (TRINTA) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação, ou notificação Judicial ou extra- Judicial sem prejuízo do disposto no Parágrafo Anterior. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — O Valor da Taxa de Ocupação estipulado na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — A vigência do presente Termo de Ocupação é de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir de 1º de janeiro de 1975 a 31 de dezembro de 1976, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento, o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — A OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie) no prazo de 30 (TRINTA) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A OUTORGADA se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A OUTORGADA deverá afixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, Tabela de Preços dos produtos a serem comercializados, e não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. CLÁUSULA DÉCIMA NONA— O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. CLÁUSULA VIGÉSIMA — O OUTORGANTE em hipótese alguma, terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais eventualmente a OUTORGADA, tenha ou venha a ter contratos ou compromissos. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — O OUTORGANTE, poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida, aplicando-se à OUTORGADA as taxas do uso do novo local designado. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — Obriga-se a OUTORGADA, a utilizar o Box objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. PARÁGRAFO UNICO — A inobservância do acima disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA — O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". PARÁGRAFO ÚNICO — Correrão por conta da OUTORGADA todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA — Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo de Ocupação serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA — Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (as.) FERNANDO CORASSA; Pela OUTORGADA: (as.) FRANCISCA FERNANDES DE ALMEIDA: Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JARBAS ANTONIO DA SILVA. CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 21, fls. 372/74 da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 29/09/1975. VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES— Seção de Registros de Contratos e Convênios DAA/1ª SPRG—Chefe. Substituto. RECIBO. Nº 092931; Valor Cr$ 250,00 VISTO: Em, 30/09/75-CARLOS ROBICHEZ PENNA-1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal.-(Substituto).

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
EDITAL
2ª. Publicação

O Coordenador do Sistema de Pessoal notifica os servidores abaixo relacionados, licenciados para trato de interesses particulares, em licença extraordinária ou licença para acompanhar o cônjuge, que se encontram em lugar incerto e não sabido ou que não atenderam notificação nominalmente expedida, para apresentarem, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da última publicação deste Edital, perante esta Coordenação, localizada no Edifício Brasília, 11º andar - SBS - Brasília - Distrito Federal, opção pela concorrência à inclusão no novo Plano de Classificação de Cargos, como clientela originária, secundária ou geral, de Categorias Funcionais que integrarão o Quadro de Pessoal do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

2. A opção pelo novo Plano de Classificação de Cargos do Distrito Federal importará na desistência da licença a partir do dia imediato à inclusão no novo Plano.

3. A falta de manifestação formal no prazo estabelecido, será considerada como opção tácita pela desistência de concorrer ao novo Plano, e de ser incluído no Quadro Suplementar previsto no parágrafo único, do artigo 14 da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

MATR.	N O M E	C A R G O	NÍVEL
15562	Abilio Henrique da Costa	Mec.Mot.Comb.	10-C
11933	Adalgisa Vieira Dantas	Servente	05
04592	Adalma Xavier de Melo	Servente	05
03693	Adélia Leite Coelho	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19

03697	Ademizia Vieira de Moraes	Of. de Adm.	12-A
04603	Ajaise Melo Minervini	Prof.Ens.Elem.	13-B
03709	Alberto Armando Pellicciari	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
06682	Alceu Ricardo Veloso	Mestre de Obras	13-B
08343	Alcides de O.D.Filho	Escriturário	08-A
10179	Alpheu Thomaz Leite	Ass. de Adm.	18-B
10997	Altino José Pereira	Aux. de IRLAT	05
04633	Alzira Zazina Schelb	Prof.Ens.Elem.	13-B
07961	Amélia M.A.Pascoal Campelo	Prof.Ens.Elem.	13-B
08109	Ana Maria Moreira Batista	Prof.Ens.Elem.	13-B
08989	Anderson Braga Horta	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
04493	Anibal Guimarães Souza	Mec.Mot.Comb.	09-B
03734	Anisio Soares Nogueira	Aux. de Bibliot.	07
14449	Anna Valério Guedes	Caixa Operador	08
01273	Antonio Cruz	Motorista	08-A
13411	Antonio de Souza Monteiro	Esc. Datil.	07
17063	Antonio Inácio dos Anjos	Trabalhador	01
14757	Fabio Saliba	Desenhista	16-C
16354	Francisco Alves de Souza	Pedreiro	08-A
06503	Francisco Amaro da Silva	Motorista	08-A
02516	Francisco Bernardo da Silva	Trabalhador	01
07028	Francisco de Castro Sampaio	Téc.Laboratório	12-A
11225	Francisco Macedo de Moraes	Op. Rural	06
14009	Francisco Soares de Menezes	Aux.Medição	06
15271	Genésio Gomes de Melo	Guarda	08-A
08714	Geralda V.C.Nogueira	Prof.Ens.Elem.	13-B
08116	Geraldo Alves da Silva	Atendente	09
00444	Geraldo Alves de Souza	Servente	05
12207	Geraldo Flávio Vieira	Trabalhador	01
16143	Geraldo Soares de Oliveira	Motorista	08-A
02058	Getulio Costa Machado	Escriturário	08-A
06571	Gilson Pinto	Mensageiro	01
15829	Gilvan Pereira de Araújo	Motorista	10-B
07290	Glória Martins D.Campos	Prof.Ens.Elem.	13-B
01007	Hailhi Lauriano Dias	Recreador	07
04996	Helé Parrode Bernardes	Prof.Ens.Elem.	13-B
03963	Hélio Magalhães de Oliveira	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
05007	Hemicencia Maria de Barros	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
11916	Henoque Ramos da Cunha	Trabalhador	01
08903	Hilário Poubel Fernandes	Escriturário	08-A
05027	Iara Pessoa Sant'Ana	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
13829	Idorcino Rodrigues da Silva	Motorista	08-A
07722	Ignácio Brandão G. Neto	Ag.Fisc.Trib.	"B"
07806	Ilma Melo Diniz	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
00872	Irene Ordine L.H.D'El-Rei	Of. de Adm.	14-B
05883	Ivan Correa	Elet.Inst.	08-A
33296	Ivone de Almeida Nóbrega	Escriturário	08-A
13502	Jaci Francisca dos S.Silva	Telefonista	07-B
07063	Jacimar Torres Carvalho	Prof.Ens.Elem.	13-B
05735	Jaime Valim	Mec.Mot.Comb.	08-A
09790	Jair Paula Teixeira	Apont.Fiscal	10-C
15029	Jane Stela Meira de Siqueira	Escriturário	10-B
04471	Jason Garcia Souza	Of. de Adm.	16-C
06595	Jayme Soares B. Sobrinho	Recepcionista	10
00994	Jeannette Wojsist R.da Cunha	Agente Social	10
13003	Jerônima de Oliveira Souza	Tel. Encarreg.	11
11997	Jesus Nunes de Freitas	Esc. Datil.	07
16202	João Batista da Costa	Of. de Adm.	16-C
09667	João Batista Pontes	Apontador Fiscal	10-C
15120	João Cavalcante da Silva	Of. de Adm.	12-A
02088	João de Almeida	Servente	05
01625	João de Souza Lima	Guarda	08-A
12278	João Emidio Vieira	Auxiliar Rural	03
08377	João Rufino de Souza	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
00229	Joaquim Miguel da Silva	Esc.Datilógrafo	07
09679	José Alves da Silva	Apontador Fiscal	10-C
14923	José Ananias Barbosa	Esc. Datilógrafo	07
03751	Antonio Nogueira Soares	Escriturário	08-A
07742	Antonio Pereira Batista	Atendente	09
13190	Antonio Pereira Reis	Of. de Adm.	14-B
14553	Antonio Sofonias de Araújo	Carpinteiro	09-B
00318	Antonio Rodrigues de Oliveira	Carpinteiro	08-A
11107	Arione Américo Azevedo	Telegrafista	16-C
11096	Ariovaldo do Amaral Fortes	Mestre(M.M.Comb.)	14-B
03588	Arlete Silva Costa Neto	Of. de Adm.	14-B
11665	Arlindo Rodrigues Campos	Aux. Rural	03
06047	Arminda Oliveira E.S.Martins	Atendente	09
08293	Ayrton Magalhães Santos	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
03779	Azize Drumond	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
02421	Basílio Fernandes Barbosa	Trabalhador	01
10718	Belmir Viena de Aquino	Elet.Instalador	09-B
16652	Benedito Elias de Medeiros	Servente	05
04723	Benigna Maria de F.V.Boas	Prof.Ens.Elem.	13-B
08807	Cádmo de Castro e S. Filho	Of. de Adm.	12-A
04733	Carime Bittar Mendes	Prof.Ens.Elem.	13-B
07643	Celestina B. da C.L.Viana	Prof.Ens.Elem.	13-B
10082	Celso Alves Pereira	Desenhista	16-C
07272	Cleunice Monteiro Wolney	Prof.Ens.Elem.	13-B
33283	Crisantina Bezerra Costa	Escriturário	10-B
08849	Dacio Moreira Neto	Esc.Datil.	07
17131	Dionisio Gomes de Godoi	Trabalhador	01
13937	Dimas Bastos de Oliveira	Op.Eq.Telecom.	12-B
12781	Dirce Beato	Telefonista	06-A
03841	Domingos Nunes Franco	Servente	05
09870	Dorival Josué Cozza	Ass. de Adm.	17-A
04855	Dulce Helena dos S. Cramer	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
08762	Eburnea Hermínia N.Veloso	Prof.Ens.Elem.	13-B
09649	Edmundo Edval de Olinda	Escriturário	08-A
16981	Elcy de Paula Matsuda	Telefonista	07-B
08132	Elda Granato Arnizaut Duarte	Prof.Ens.Elem.	13-B
04887	Eleusa L. do C. Cerqueira	Prof.Ens.Elem.	13-B
05853	Eliane Afonso Teixeira	Escriturário	10-B
03866	Eliane Marie Lucy Schith	Prof.Ens.Méd.	19
08107	Elisa A.S.Mendes Barcelar	Prof.Ens.Elem.	13-B
09595	Elson Antunes de Souza	Apont.Fiscal	08-B
16041	Eluff Gadia	Of. de Adm.	14-B
01018	Emília Faria	Of. de Adm.	12-A
15098	Erasmo Silva	Of. de Adm.	12-A
03882	Esther Almeida Valadares	Prof.Ens.Méd.	MG1.02.19
10991	Eurico Fernandes Pereira	Aux. de Eng.	13-B
16690	Euzébio Del Rio Matellam	Servente	05
14678	Fábio Queiroz Reis	Cond. Técnico	16-A
14969	Manoel Almeida Neto	Esc.Datilógrafo	07
04165	Márcio Monteiro Guimarães	Op.Cinematográfico	07
03090	Maria Amélia Caltabiano Neves	Prof.Ens.Elem.	13-B
10112	Maria Amélia de M.F.Ferreira	Of. de Adm.	12-A
10052	Maria Ângela Coutinho Ferreira	Prof.Ens.Elem.	13-B
06214	Maria Aparecida V. Silva	Servente	05
03114	Maria Augusta C.L.Rodrigues	Prof.Ens.Elementar	13-B
03146	Maria da Conceição V. de Araújo	Prof.Ens.Elementar	13-B
03185	Maria da Glória M. Costa	Prof.Ens.Elementar	13-B
09531	Maria da Luz Aparecida Carvalho	Prof.Ens.Elementar	13-B
08056	Maria da Paz Cintra	Prof.Ens.Elementar	13-B
03236	Maria de Lourdes R.Rodrigues	Prof.Ens.Elementar	13-B
13097	Maria do Carmo M.Vasconcelos	Telefonista	06-A
12842	Maria Dorotéia Muniz	Caixa Operador	08
12265	Maria dos Anjos P.Pinnelli	Telefonista	07-B
03163	Maria Eloi P.Brauna	Prof.Ens.Elementar	13-B
03164	Maria Emilia Soares Procópio	Ag.Fisc.Tributos	"A"
03202	Maria Ida Marques Batista	Prof.Ens.Elementar	13-B
07269	Maria Leda S.C.Galvão	Prof.Ens.Elementar	13-B
03384	Maria Lima Xavier	Prof.Ens.Elementar	13-B
08076	Maria Lúcia Amaral Queiroz	Prof.Ens.Elementar	13-B
09512	Maria Luzia de Melo Leal	Escriturário	10-B
07040	Maria Silva de Oliveira Tzemos	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
03310	Maria Thereza N. da Frota	Prof.Ens.Elementar	13-B
03318	Marilia Garcia F. Neves	Prof.Ens.Elementar	13-B
03321	Marilza Braga Nogueira	Prof.Ens.Elementar	12-A
04238	Mário Sebastião Coutinho	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
02197	Marise Travassos de M.Silva	Esc.Datilógrafo	07
03359	Maura Manata Sardinha	Prof.Ens.Elementar	13-B
12749	Mauro Machado	Apont. Fiscal	08-B
08735	Meiriel de Abreu Sousa	Prof.Ens.Elementar	13-B
03363	Meyri Monteiro dos Santos	Prof.Ens.Elementar	13-B
03412	Nair de Araújo Casamayor	Prof.Ens.Elementar	13-B
05433	Nely Amorim de Almeida	Atendente	09
05441	Neuzimar Pereira Santos	Atendente	09
16436	Newzon Lopes Fontoura	Pedreiro	09-B
03455	Nilza Freitas Castello Branco	Prof.Ens.Elementar	13-B
15978	Oldemar Barreto Pereira	Nivelador	10-B
01350	Olímpio Pereira Cardoso	Motorista	08-A
12114	Osvaldo José Rosa	Op.Máq.Pesadas	10-A
08941	Oswaldo de Sousa e Silva	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
04307	Otávio Augusto A.C.Finali	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
01192	Raimundo Cavalcante Parente	Fisc.Vigilância	10
01458	Raimundo Cláudio da Silva	Cond.Topografia	11-A
06970	Raimundo Nonato de Souza	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
11126	Raimundo Ribeiro de Souza	Aux. Portaria	08-B
13781	Raimundo Santos de Oliveira	Aux. Portaria	07-A
08541	Regina Alves Rio Branco	Prof.Ens.Elementar	13-B
08613	Regina Stela Lopes	Prof.Ens.Elementar	13-B

14924	José Antonio dos Santos	Escriturário	08-A
15034	José Cjaves Freire	Escriturário	08-A
10691	José dos Anjos Barreto Filho	Escriturário	10-B
04095	José dos Santos	Escriturário	08-A
11234	José Ferreira	Of. de Adm.	12-A
06195	José Francisco Bernardes	Datilógrafo	07
12176	José Francisco da Cruz	Aux. de Medição	06
01846	José Gomes Mendonça	Ag.Fisc.Tributos	"B"
16103	José Gonçalves dos Santos	Leiturista	06
10240	José Jorge Filho	Nivelador	10-B
07803	José Luiz Joffely	Ag.Fisc.Tributos	"B"
09365	José Maria Goulart	Motorista	10-B
15780	José Oliveira de Souza	Motorista	08-A
01224	José Rildo de Medeiros Guedes	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
04101	Joselita Boyance Sancho	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
00978	Juares José da Silva	Agente Social	10
08648	Julia Francisca G. de Moraes	Prof.Ens.Elem.	13-B
11288	Julio Cezar Rabelo	Mec. de Máquinas	10-C
04113	Laercio Anhezini	Of. de Adm.	12-A
01339	Lauremy Lima	Motorista	12-C
04116	Laurita F.C.M. de Oliveira	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
03011	Lea Siffert Torres	Prof.Ens.Elem.	13-B
13652	Lino Soares de Oliveira	Escriturário	10-B
06430	Luciano Rodrigues de Andrade	Guarda de Vigil.	08
05182	Luiz Carlos Castelo Branco	Caixa	14-B
16133	Luiz Carlos Ferreira	Escriturário	10-B
11651	Luiz Fernandes da Rocha	Of. de Adm.	14-B
02173	Luzia Glória de Ascenção	Servente	05
16387	Manoel Adicio de Lira	Pedreiro	08-A
06173	Rilmar José Gomes	Téc.Laboratório	12-A
08960	Robério Suiz Gonçalves	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
07009	Romeu Barbosa Jobim	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
04357	Rubens Baptista de Oliveira	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
04368	Salomé Steinmiz Berryman	Prof.Ens.Médio	19
07112	Sebastião Martins Coelho	Téc.Laboratório	12-A
05552	Sebastião Teixeira da Silva	Ascensorista	08-A
17550	Sergipe de Souza	Servente	05
00150	Silvestre José da Rocha	Carpinteiro	09-B
07079	Solange Maria Rios Sannovicz	Prof.Ens.Médio	MG1.02.19
06993	Sylvio Ramos Furquim Leite	Téc.Contabilidade	15-C
05565	Sonia Maria dos R.B.da Cruz	Escriturário	08-A
04390	Stênio Silva Rios	Prof.Ens.Médio	19
16223	Thelma Martins Ribeiro	Of. de Adm.	16-C
07078	Therezinha da C.C.Oliveira	Prof.Ens.Elementar	13-B
08494	Therezinha de Castro Barreto	Copeira	04-A
14135	Valmir Rodrigues da Silva	Aux. Portaria	08-B
04418	Victorino Ribeiro Coelho	Prof.Ens.Médio	19
16148	Walmir Felipe Manzi	Of. de Adm.	14-B
04439	Zélia Maria Cardim de Souza	Prof.Ens.Elementar	13-B
09871	Zenaide Lima Alves	Of. de Adm.	14-B
01366	Zeza Jardim de Oliveira	Motorista	08-A

Brasília(DF), 29 de setembro de 1975

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Coordenador do Sistema de Pessoal
- S E A -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

Chamamos a atenção dos interessados para as datas e horários das reuniões da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, com a finalidade de receber propostas para fornecimento de materiais e prestação de serviços, conforme discriminação abaixo:

EDITAL Nº	OBJETO	DATA DO RECEBIMENTO	HORÁRIO
53/75 - S E A	MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO	15.10.75	15:00 horas
54/75 - S E A	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MICROFILMAGEM-CONVENCIONAL E POR PROCESSAMENTO DE DADOS.....	27.10.75	15:00 horas
55/75 - S E A	MÓVEIS ESCOLARES (Cadeiras e carteiras escolares, mesas; quadro-negro, quadro escolar).....	16.10.75	15:00 horas
56/75 - S E A	MATERIAL PARA OBRAS; FERRAGENS.....	17.10.75	14:30 horas
57/75 - S E A	APARELHOS DE COMUNICAÇÃO (Gravadores; caixa acústica; (aparelho telefônico de disco e comum).....	17.10.75	16:30 horas
58/75 - S E A	APARELHOS DE TIPO DOMÉSTICO E DE REFRIGERAÇÃO (Aspirador de pó; aparelho receptor de televisão; enceradeira elétrica, bebedouro etc).....	20.10.75	15:00 horas
59/75 - S E A	ARTIGOS DE HIGIENE E CONSERVAÇÃO (papel higiênico)...	21.10.75	15:00 horas
60/75 - S E A	MÁQUINAS E APARELHOS FOTO-CINEMATOGRÁFICOS (projetor de slides; projetor cinematográfico; retroprojetor ; ampliador; máquina fotográfica etc).....	22.10.75	15:00 horas

Os Editais e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria Executiva da referida Comissão, situada à Sobreloja do Edifício Seguradoras (IRB) - SBS, no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 2 de outubro de 1975.

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DER—DF
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCORRÊNCIAS
AVISO
CONCORRÊNCIA Nº- 004/75

ELABORAÇAO DE ESTUDOS VISANDO A IMPLANTAÇAO DE UM SISTEMA PARA TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS, INTERLIGANDO AS CIDADES SATELITES DE TAGUATINGA, CEILANDIA, GAMA, GUARA, NUCLEO BANDEIRANTE E ADJACENCIAS COM O PLANO PILOTO, EM BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal avisa aos interessados que a Comissão de Licitação designada pela Portaria S.V.O. de 3 de outubro de 1975 estará reunida às 9:00 (nove) horas do dia 7 (sete) de outubro próximo, no Edifício Sede do DER-DF localizado no S.A.I.- Norte lote C para abertura dos invólucros intitulados "PROPOSTA DE EXECUÇAO" das empresas habilitadas na licitação em referência.

Brasília, 2 de outubro de 1975
ROBERTO VITORIA PINHEIRO
Presidente da Comissão Permanente de Concorrências - DER-DF

"CERRADO"

Revista Trimestral

Que leva ao ruralista a informação necessária.

Editada pela Fundação Zoobotânica do DF.

Procure-a nos postos de revenda de material agropecuário.

Redação: Edifício Brasília, 16º andar

sala 1.604 - Distrito Federal.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
AVISO

15º	Rosemery Cabral da Silva	36,00	24,05	60,05
16º	Miriam Farias de Oliveira	48,00	12,03	60,03
17º	Ivani José de Oliveira	43,00	15,95	58,95
18º	Conceição de Maria Bertrand	38,00	20,13	58,13
19º	Neide Dias dos Santos	41,00	16,21	57,21
20º	Marilena Fernandes B. C.Azevedo	43,00	13,33	56,33
21º	Antonio César Castelo Branco	43,00	13,33	56,33
22º	Vera Lúcia Ayres Braga	39,00	17,25	56,25
23º	Maria do Socorro Cavalcante	49,00	07,06	56,06
24º	Maria do Carmo D. Ferreira	41,00	14,90	55,90
25º	Assunção de Maria R. Fialho	45,00	10,46	55,46
26º	Jurema Peixoto Souza	44,00	11,24	55,24
27º	Therezinha de Jesus A.Souza	36,00	18,56	54,56
28º	Carmem Machado V. Lopes	36,00	18,56	54,56
29º	Terezinha de Jesus R.Barbosa	41,00	13,33	54,33
30º	Vanuza Rocha	35,00	19,08	54,08
31º	Maria Márcia Costa Farnese	42,00	12,03	54,03
32º	Mara Rúbia Gomes Pinheiro	41,00	11,24	52,24
33º	Ana Maria Cavalcante Lima	37,00	15,16	52,16
34º	Valma Silva da Cunha	44,00	07,32	51,32
35º	Rita de Cássia Teixeira Silva	40,00	11,24	51,24

Brasília, de de 1 975

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
DIRETOR EXECUTIVO

Tendo em vista a homologaçao do Exmo. Sr. Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, constante do Processo nº 0498/75, torno público a classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público para o Emprego de Assistente Social I, da Tabela de Empregos Permanentes da Fundação, que atenderam à convocação do Edital publicado no DISTRITO FEDERAL de 03.06.75.

ASSISTENTE SOCIAL I

Class.	Nome:	Nota da Prova esc.	Nota do Currículo	Nota Global
1º	Maria Concilia G. da Rocha	48,00	40,00	88,00
2º	Odila Macedo Falcão	49,00	37,91	86,91
3º	Reinaldo Aládio P. Filho	47,00	39,74	86,74
4º	Maria Arlette Aun de Barros	50,00	36,08	86,08
5º	Edson Jobim Machado	45,00	36,60	81,60
6º	Maria da Graça R. Cartagenes	40,00	39,22	79,22
7º	Marineide L. Guerra Ribas.	43,00	29,54	72,54
8º	Isabel Regina B. Paschoal	56,00	15,95	71,95
9º	Tânia Rocha de Araujo	39,00	30,07	69,07
10º	Maria Filismina de Moura	44,00	21,44	65,44
11º	Maria Rosilar Teles Pinheiro	42,00	22,48	64,48
12º	João Aparecido de Oliveira	43,00	21,18	64,18
13º	Maria de Lourdes M. Silvestre	52,00	11,24	63.24
14º	Miriam Vaz Parente	46,00	15,42	61,42

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 2.00